

crônos

ISSN 1802-5560

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 21 n. 1
jan./jun. 2020



Dossiê

**DEMOCRACIA, CONFLITO
POLÍTICO E HEGEMONIA**

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
------------------------	----------

DOSSIÊ

DEMOCRACIA, CULTURA E CONVERGÊNCIA: HISTÓRICO E PROBLEMAS NA REGULAMENTAÇÃO DO RÁDIO, DA TV E DA INTERNET NO BRASIL	5
DEMOCRACY, CULTURE AND CONVERGENCE: HISTORY AND PROBLEMS IN THE REGULATION OF RADIO, TV AND INTERNET IN BRAZIL	

Ruy Alkmim Rocha Filho

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A ATUALIDADE DO MARXISMO	25
JOURNEYS OF JUNE 2013 AND THE CURRENT STATE OF MARXISM	

Daniel Araújo Valença

DISPUTAS HEGEMÔNICAS NOS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013	48
HEGEMONIC DISPUTES IN THE MOVEMENTS OF JUNE 2013	

Angelo Giroto Neto

MOVIMENTOS SOCIAIS, ARENAS DECISÓRIAS E DINÂMICAS NA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	70
SOCIAL MOVEMENTS, DECISION-MAKING AND DYNAMICS IN THE DEVELOPMENT OF THE TERRITORIES OF CITIZENSHIP PROGRAM	

Shesby André Medeiros do Nascimento

Jenair Alves da Silva

Joana Tereza Vaz de Moura

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

O ARTISTA E AS INTERPRETAÇÕES DA MODERNIDADE: LEITURAS DE CHARLES BAUDELAIRE	86
THE ARTIST AND INTERPRETATIONS OF MODERNITY: READINGS OF CHARLES BAUDELAIRE	

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar

O CONCEITO DE TÉCNICA EM ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER E ÁLVARO VIEIRA PINTO .	99
THE CONCEPT OF TECHNIQUE IN ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER AND ÁLVARO VIEIRA PINTO	

José Ernesto de Fáveri

Sandro Luiz Bazzanella

POIESIS

QUEIMA BABYLON	122
Adélia Danielli	

ENTREVISTA

POPULISMO E FUNDAMENTALISMO NA ATUAÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS: UMA ENTREVISTA A MARCELO NATIVIDADE PARA A REVISTA CRONOS.....	123
POPULISM AND FUNDAMENTALISM IN THE POLITICAL ACTION OF PROTESTANTS: AN INTERVIEW WITH MARCELO NATIVIDADE FOR CRONOS MAGAZINE	
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior	

RESENHAS

A CIÊNCIA DA POLÍTICA - UMA INTRODUÇÃO	131
THE SCIENCE OF POLITIC - AN INTRODUCTION	
Pablo Diego Santos Avelino	
SOBRE O CANSAÇO DA SOCIEDADE	136
ABOUT SOCIETY TIREDNESS	
José Waldeyr Santos Adelino	
Tadeu de Oliveira Silva	

EXPEDIENTE.....	140
------------------------	------------

EDITORIAL

A Revista CRONOS, periódico oficial do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, vem anunciar aos leitores mais uma edição, apresentando um conjunto de textos que se constitui em provocações para a reflexão. Na seção do Dossiê: Democracia, Conflito e Hegemonia, os autores discutem a relação entre a regulação da mídia e as exigências da ampliação da esfera democrática para o campo da sociedade civil (Ruy Alkmim); as jornadas de junho de 2013 no Brasil e a capacidade do referencial teórico do marxismo para interpretar os conflitos de classes nessa altura do século XXI (Daniel Valença); as disputas por hegemonia entre as diferentes forças sociais que participaram daquele mesmo movimento (Ângelo Giroto); e o investimento dos movimentos sociais para definir uma agenda democrática em nível micro, num movimento social concreto (Shesby Nascimento, Joana Moura e Jenair Alves da Silva). Na seção de Temas Livres, Danilla Aguiar discute as interpretações da Modernidade pelas lentes do poeta Charles Baudelaire; e Sandro Luiz Bazzanella e José Ernesto De Fáveri debatem o conceito de técnica na perspectiva dos filósofos Ortega Y Gasset, Martin Heidegger e Álvaro Vieira Pinto. Além desses artigos, a Cronos traz uma entrevista, realizada por Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, com o professor e pesquisador Marcelo Natividade, da Universidade Federal do Ceará, sobre o populismo e o fundamentalismo religioso na política. Completam esta edição uma seção de Poiesis, com uma bela poesia de Adélia Danielli, e duas resenhas, de Pablo dos Santos Avelino, do livro *A ciência da política - uma introdução*; e de José Waldeyr Santos Adelino e Tadeu de Oliveira Silva, do livro *Sociedade do cansaço*.

Desejamos a todos leituras estimulantes.



FIGURA 1 – Imagem de Kayle Kaupanger em unsplash.com

DOSSIÊ

Cronos: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais, UFRN, Natal
v. 20, n. 2, jul./dez. 2019

DEMOCRACIA, CULTURA E CONVERGÊNCIA: Histórico e Problemas Na Regulamentação do Rádio, da TV e da Internet no Brasil

*DEMOCRACY, CULTURE AND CONVERGENCE:
HISTORY AND PROBLEMS IN THE REGULATION OF RADIO, TV AND INTERNET IN BRAZIL*

Ruy Alkmim Rocha Filho¹
Departamento de Comunicação Social (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0002-6341-0643>

RESUMO

O artigo apresenta um panorama histórico focalizando a regulamentação da Radiodifusão e posteriormente da Internet no Brasil, entre 1910 e 2010. Ao colocar em perspectiva as leis referentes ao Rádio e à TV, observamos as contradições do cenário político brasileiro e os problemas relativos a metas de qualidade e universalização, bem como à concentração de propriedade e à falta de critérios democráticos para distribuições de concessões e de financiamento. A soma desses fatores cria obstáculos para a consolidação da democracia no país, afetando o papel do Estado e o enfrentamento de problemas sociais seculares.

Palavras-chave: mídia; radiodifusão; regulamentação; cultura; internet.

ABSTRACT

The article presents a historical overview focusing on the regulation of Broadcasting and later of the Internet in Brazil, between 1910 and 2010. By putting into perspective the laws related to Radio and TV, we observe the contradictions of the Brazilian political scenario and the problems related to the goals of quality and universalization, as well as the concentration of ownership and the lack of democratic criteria for the distribution of conceptions and financing. The sum of these factors creates obstacles for the consolidation of democracy in the country, affecting the role of the State and the confrontation of secular social problems.

Keywords: media; broadcasting; regulation; culture; internet.

¹ Ruy Alkmim Rocha Filho é professor vinculado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Mestre em Ciências Sociais pela UFRN e graduado em Jornalismo pela UNP.

INTRODUÇÃO

A Radiodifusão no Brasil começou com as importantes e bem sucedidas experiências de Roberto Landell de Moura, entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX. Desde a criação da *Rádio Clube de Pernambuco* (1919) e da *Sociedade do Rio de Janeiro* (1923), a radiodifusão despertou a atenção do público, embora, a princípio, tenha permanecido acessível somente para a elite brasileira. Os custos de implantação das rudimentares emissoras eram elevados, bem como o preço de receptores importados, inacessíveis para muitos, considerando a desigualdade e a pobreza do país na época. As emissoras pioneiras surgiram a partir de associações sem fins lucrativos, das quais faziam parte amantes da nova tecnologia que dispunham de renda para tal. Este modelo prevaleceu até meados dos anos 1930, no Brasil: em lugar de profissionais ou capitalistas propriamente ditos, pessoas interessadas em experimentar, em conhecer as potencialidades do novo meio. Depois, gradualmente, foram surgindo novos grupos interessados em se iniciar na aventura radiofônica, que começava a seduzir mais e mais ouvintes (FERRARETO, 2001).

Naquele Brasil que vivenciava as contradições do subdesenvolvimento, da ausência de Reforma Agrária e de um capitalismo com industrialização incipiente, em face de um mercado consumidor restrito devido à concentração de renda, conforme discute Furtado (2002), estabelecer a radiodifusão não foi um processo imediato. Apenas nos anos 1930, houve maior atenção por parte do Estado quanto à regulamentação da Radiodifusão. O governo Getúlio Vargas demonstrou grande preocupação com o tema, o que levou a aprovação de leis acerca da publicidade no Rádio, a encampação da *Rádio Nacional*, e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, além da criação da *Voz do Brasil*. Desta forma, foi possível interferir intensamente na produção de conteúdos, o que foi essencial para formular e sedimentar a imagem pública de Getúlio Vargas. Já no final da década de 1930, o Rádio alcançou uma posição de destaque, popularizando-se, ostentando sucesso comercial.

Até 1924, o governo entendia que a legislação existente para a radiotelegrafia e radiotelegrafia atendia o controle da atividade radiofônica. Em 5 de novembro daquele ano, contudo, foi promulgado o Decreto n.º 16.657, limitando a prática da radiotelegrafia e proibindo a inserção comercial nas transmissões, presentes nos Decretos n.º 3.296/17 e n.º 4.262/21. Mas o primeiro estatuto específico da Radiodifusão no Brasil só foi promulgado após a Revolução de 30, mais precisamente, em 27 de maio de 1931, por meio do Decreto n.º 20.047, assinado por Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório. Percebendo o efeito que o novo veículo provocava, as autoridades revolucionárias começaram a se preocupar com a sua regulação definindo, então, a radiodifusão como serviço de interesse nacional e de finalidade educativa. Um ano depois, através do Decreto no 21.111, de 1º de março de 1932, autorizou a veiculação de propaganda, limitada a 10% do tempo de transmissão (JAMBEIRO, 2004, p. 48)

Pouco restou do espírito romântico inicial nos anos 1940: na era de ouro, o Rádio era um negócio, a que se destinava crescente investimento publicitário, necessário para manter grandiosos elencos, nos quais figuravam músicos, atores, escritores e locutores. O espetáculo no ar – em que novelas, música ao vivo, futebol e humor dominavam os horários – pouco lembrava o sonho de Roquete Pinto,² em que educação era a prioridade absoluta.

² Edgard Roquette Pinto foi o criador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma das pioneiras do Brasil. Seu trabalho foi voltado para a radiodifusão pública, com finalidade educativa e cultural, em favor do desenvolvimento. Para saber mais, ver: Ferrareto (2001).

O conflito entre interesse público e interesses privados se tornava cada vez mais evidente: o Rádio seria um instrumento difusor de cultura, de informação e de entretenimento ou uma engrenagem central na acumulação de riquezas e poder político? Poderia exercer os dois papéis simultaneamente, sem que uma ou outra perspectiva fosse sacrificada? Essas questões se tornaram ainda mais relevantes com o passar dos anos e o rápido crescimento da Radiodifusão, primeiramente capitaneado pelo Rádio, depois pela Televisão. As relações de poder no Rádio e na TV vão influenciar a mudança de paradigma tecnológico que levará ao advento da Internet. Interessante observar a forte interdependência entre a tecnologia midiática que surgia e a que entrava em decadência. Importante destacar que ainda nos anos 1930, já se tornavam evidentes as tendências à oligopolização, quando se percebe o crescimento expressivo dos *Diários e Emissoras Associados*. O império criado por Assis Chateaubriand³ acumulava jornais em diversos estados brasileiros, o que facilitou a conquista de numerosas concessões de Rádio e permitiu a criação da *TV Tupi* em 1950, a primeira emissora de televisão do Brasil. Chateaubriand não vacilou em empregar seu impressionante poder midiático em favor dos próprios interesses. A formação deste conglomerado mostra os limites do Estado em regulamentar e regular a radiodifusão. As lacunas legais e as omissões do Estado favoreceram a expansão vertiginosa de empresas a partir da propriedade cruzada, isto é, da atuação simultânea em diferentes meios – Rádio, TV, impressos.

Do ponto de vista de política de regulação, podemos concluir que os decretos de 1931 e 1932, e os subsequentes deles derivados, foram a base sobre a qual se assentou o desenvolvimento do rádio no Brasil. Ao mantê-los como base legal, Vargas já indicava que a forma de organização do serviço deveria servir plenamente à ditadura. Embora copiados do sistema de leis de um país democrático – os Estados Unidos – a legislação em sua essência é autoritária, porque concentra todo o processo de concessão, fiscalização e controle no Poder Executivo, impedindo qualquer possibilidade de ingerência da sociedade civil. Na verdade, a cópia foi seletiva, vez que não foram levados em conta os dispositivos legais que criaram a Federal Communication Commission e mecanismos de audiência das comunidades americanas servidas por emissoras de rádio, entre outras disposições legais que tornavam a regulamentação dos Estados Unidos concordante com a democracia liberal lá reinante (JAMBEIRO, 2004, p. 62)

Não chega a surpreender que a TV tenha se espelhado nesse modelo. Em 1950, quando é fundada a *TV Tupi*, tanto a estrutura empresarial quanto as atrações radiofônicas servem de base para a Televisão. Ainda hoje, estes fundamentos são recorrentes nas emissoras de sinal aberto. Ao criar a emissora pioneira, Assis Chateaubriand amplia o campo de atuação de seu conglomerado, que já reunia inúmeros Jornais e Rádios pelo país. Aproveitando-se de sua grandiosa influência econômica e política, o empresário tem diante de si um vasto território a ser explorado, sem grandes limitações legais.

A PRIVATIZAÇÃO COMO FATO CONSUMADO

O controle privado da radiodifusão se consolidou. Emissoras de TV foram criadas nos anos 1950, sem que houvesse legislação específica para regulamentar o mercado e garantir diretrizes

³ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello criou os *Diários e Emissoras Associados*, maior conglomerado de mídia no Brasil entre os anos 1940 e o final dos anos 1960.

fundamentais como valorização de conteúdos brasileiros, preservação de conteúdos regionais, diversidade de opiniões, respeito ao interesse público. As propostas de regulação chegaram com mais de uma década de atraso, quando a hegemonia empresarial já estava encaminhada. Tardamente, a Lei 4.117 de 1962 menciona o serviço de televisão educativa, sem esclarecer como seria sustentado financeiramente.

A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações define as televisões públicas como serviço de televisão educativa a ser explorado pela União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades e Fundações, destinados estritamente à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates (NEPTUNE, 2011, p. 35).

É preciso considerar as atribuições daquele momento político: desde 1954, com o suicídio de Vargas, as ameaças à ordem institucional se acumulavam. Após governos de transição, o breve governo Jânio Quadros foi sucedido por nova crise política. A posse de João Goulart ocorreu sob a ameaça de golpe, que foi enfrentado pelo movimento legalista. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, articulou uma cadeia de emissoras radiofônicas que ficou conhecida como a Cadeia da Legalidade (FERRARETO, 2001). A integração dessas emissoras visava conservar a ordem constitucional, garantindo a posse do vice-presidente eleito. A solução para a crise foi um parlamentarismo de oportunidade, quase um meio golpe. O Código Brasileiro de Telecomunicações surge nesse contexto, no qual o governo federal está fragilizado e as empresas de comunicação aprofundam o seu engajamento partidário em oposição ao vice-presidente que chegou ao poder respaldado por votação própria. Conservava-se o espírito das leis anteriores, sem remediar os defeitos: o único contrapeso ao poder empresarial deveria vir do Estado. Isso era impossível, pois o Estado estava sob o controle do poder econômico, o que viria a se aprofundar com a ditadura.

O Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, regulamentou os serviços de radiodifusão, fixando os objetivos do rádio e da televisão, considerados de interesse nacional. Em 1964 foi aprovada a Lei n. 6.301, que criou a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS) como órgão responsável pela exploração dos serviços de rádio e televisão do Governo (NEPTUNE, 2011, p. 35).

Em lugar de pluralidade ou concorrência, conforme os parâmetros da democracia liberal, que em alguma medida aconteciam nos EUA, verifica-se o enraizamento dos oligopólios. Não havia qualquer dispositivo para garantir a participação da sociedade, em face da omissão do Estado, que nem mesmo se interessou em instituir qualquer órgão regulador. Com o ocaso dos *Diários e Emissoras Associados*, as *Organizações Globo* assumem cada vez mais poder. A *TV Globo*, criada em 1965, cresce e se espalha pelo Brasil, contando com investimentos do grupo Time-Life, em flagrante desrespeito às leis vigentes⁴ que vedavam a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação. Em lugar de punições, o conglomerado recebe a boa vontade da ditadura, manifesta em generosos investimentos publicitários. Reforça-se o pacto pelo poder sob

⁴ Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar o investimento de capital estrangeiro na *TV Globo*.

os auspícios da mídia: a autonomia soçobrou ao sabor das gentilezas custeadas pelos contribuintes, além da publicidade, empréstimos em bancos públicos, novas concessões de Rádio e TV. A censura recaiu sobre as redações, mas as empresas disputavam a simpatia do regime autoritário.

No final dos anos 1970, o lento processo de redemocratização altera o cenário: o fim da censura e a necessidade de democratizar o país aumentam o interesse no debate acerca da legislação. O mal-estar com o Estado de Exceção cresce com os choques do petróleo e o estouro da dívida pública. O retorno dos exilados, o renascimento do sindicalismo manifesto nas grandes greves do ABC paulista e o movimento por eleições diretas apontam para um certo fortalecimento de setores organizados da sociedade civil.

Não devemos nos esquecer da articulação entre poder econômico e poder político. O Congresso frustrou o desejo popular, adiando as eleições diretas. Pelo PMDB, Tancredo Neves vence as eleições indiretas, mas morre deixando um forte sentimento de desilusão. Assume o vice-presidente José Sarney e escolhe como seu ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães. A dupla distribuiu concessões de Rádio e TV para diversos correligionários, utilizando-as como moeda de troca na pequena política. Sacrificam-se os interesses públicos em benefício de interesses econômicos mais uma vez, desrespeitando a nova Constituição, antes mesmo que entrasse em vigor.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E AS COMUNICAÇÕES

Mesmo diante de um legislativo sob forte influência conservadora, no qual figuravam numerosos apoiadores do velho regime, mesmo sob um governo eleito por voto indireto, a conjuntura muda com os novos deputados membros da Constituinte, em 15 de novembro de 1986. No ano seguinte, iniciam-se os trabalhos no primeiro dia de fevereiro. A oposição entre conservadorismo hegemônico no parlamento e uma significativa inclinação da sociedade para ideias progressistas ajuda a explicar alguns acontecimentos. Entre o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, forma-se um cenário marcado pelo florescimento dos movimentos sociais, com maior protagonismo para mulheres, jovens, operários, trabalhadores rurais e outros segmentos (ARAÚJO, 2016) que sustentam uma notável onda progressista. Com numerosas manifestações de rua, esse campo teve significativa repercussão, a ponto de influenciar políticos moderados ou mesmo conservadores mais brandos. Para a surpresa de muitos, em 1988, é promulgada uma Constituição bem mais avançada do que se poderia esperar, que logo no artigo 5º estabelece garantias fundamentais para o cidadão. A proibição da censura no parágrafo 9º preserva a autonomia das artes, das ciências, da expressão intelectual e da comunicação, sem que seja necessária licença para quaisquer dessas atividades.

O capítulo sobre Comunicação Social é bem diferente das leis anteriores, trazendo ao sol problemas antes ignorados.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade (BRASIL, 1988, não paginado).

O texto reafirma os princípios do artigo 5º, especificando que a liberdade de expressão também se refere ao jornalismo, à difusão da informação. Entretanto, estabelece no parágrafo 3º que cabe ao Estado “informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada”. Para empresários e organizações patronais, qualquer forma de regulação pode ser qualificada como censura. Parecem desconsiderar que há órgãos reguladores e dispositivos legais até mesmo em países de forte tradição liberal, como EUA e Grã-Bretanha.

Talvez, o mais polêmico parágrafo seja o 5º. Como vedar a instituição de monopólios numa economia oligopolizada como a brasileira? Justamente nos anos 1980, quando o neoliberalismo decreta o fim da história e o triunfo do privatismo, num momento em que as fusões e aquisições submetem a comunicação à hegemonia dos conglomerados em todo o mundo? Vale ressaltar que a concentração de mercado no campo midiático no Brasil é única. Difícil compará-la até com os EUA, que serviram de influência para a legislação brasileira por décadas, mas conservam certa disposição para a concorrência. NBC, ABC e CBS realmente disputam mercado e ainda concorrem com diversas empresas de TV por assinatura; há separação entre a produção e a distribuição: a dita produção independente exerce papel significativo e consegue se inserir efetivamente na programação televisiva.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (BRASIL, 1988, não paginado)

Aqui, mais um aspecto em claro desacordo com a ordem econômica vigente. A programação das emissoras de Rádio e TV prioriza o entretenimento – enfatizando-se o interesse no entretenimento fácil e barato – em desfavor da educação, da arte e da informação. É preterida até mesmo a produção de entretenimento mais ambicioso, que discuta de forma mais crítica aspectos éticos, políticos, estéticos, econômicos, sociais ou ecológicos. As grades de programação valorizam pouco os conteúdos nacionais, principalmente a produção independente: é mais oneroso produzir conteúdo nacional ou comprar conteúdo nacional independente do que reprints filmes, novelas e séries reiteradas vezes.

Em lugar de apresentar conteúdos regionais – as notícias, o teatro, a música, o cinema, as artes plásticas, as histórias e as culturas de cada lugar – é mais barato verticalizar a produção. Cria-se uma estrutura de programação altamente centralizada, majoritariamente produzida no eixo Rio/São Paulo e o resto do país ocupa apenas lacunas, cedidas pelas emissoras *cabeças de rede*.⁵ As emissoras regionais produzem menos conteúdo próprio, cortam custos, precisam de menos funcionários. É difícil calcular qual o efeito desta política forjada pela Globo e seguida com maior ou menor rigor pelas demais redes ao longo de décadas. Entretanto, é inquestionável que houve enorme prejuízo econômico, cultural e até político, ao impedir o surgimento e a consolidação de cadeias produtivas audiovisuais locais. Isso está relacionado à forma como foram distribuídas as concessões de radiodifusão no Brasil.

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

§ 1º É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros.

§ 2º A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social (BRASIL, 1988, não paginado).

O artigo 222 foi alterado para permitir o ingresso de capital estrangeiro na Imprensa e na Radiodifusão. Se antes, as empresas de comunicação desejavam preservar o mercado da concorrência estrangeira, depois de 2002, mudaram de estratégia. Devido às crises financeiras, julgaram conveniente receber como investidores grupos transnacionais.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

⁵ Cabeças de Rede são as emissoras que produzem a maior parte da programação. Situam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei (BRASIL, 1988, não paginado).

O texto constitucional apresenta uma série de avanços essenciais, entretanto, mais de trinta anos após a promulgação, ainda esperam para serem regulamentados. Mesmo com a persistência de omissões preocupantes, como uma referência aprofundada aos direitos da audiência, ou uma definição do direito à informação e à comunicação, o texto tem aspectos notáveis. Bolaño (2007, p. 21) destaca cinco conquistas mais relevantes:

Proibição do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação (artigo 220, parágrafo 5); Preservação das finalidades educativas, culturais e informativas; Proteção à cultura regional através da garantia de regionalização da produção; Estímulo à produção independente; Criação dos três modos complementares de exploração (privado, estatal e público) (artigo 223) (BOLAÑO, 2007, p. 21).

Ao não serem regulamentados, os artigos perdem parte da sua efetividade. Isso ajuda a explicar uma série de problemas que subsistem no sistema comunicacional brasileiro. Observemos a questão das concessões, problema fundamental para garantir um mercado regulado sob parâmetros democráticos. Eis a divisão de atribuições: o Congresso Nacional outorga e renova concessões, permissões e autorizações para empresas de Rádio e TV. Para não as renovar, dois quintos do congresso precisam votar nominalmente. Há um claro desequilíbrio na correlação de forças: os poderes executivo e legislativo teriam interesse suficiente para confrontar o poder dos empresários, negando a renovação de concessões? Parece pouco provável, ainda mais num país como o Brasil, por suas dimensões territorial e populacional, ou mesmo pelos dilemas relacionados à educação, à informação e à comunicação. Confrontar os interesses empresariais significa enfrentar duras campanhas midiáticas, sem respeito ao contraditório, sem deferências ao debate racional público. Na prática, empresas de radiodifusão assumiram ao longo da história considerável poder político, sem prestarem contas à sociedade. Vale destacar, ainda, o poder dado ao congresso, que sempre teve ampla maioria conservadora, mesmo quando forças progressistas conquistaram a presidência da república. Quanto a isso, há pesquisas meticolosas formuladas por especialistas e pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC).⁶

O Conselho de Comunicação Social, único órgão mencionado ao longo do capítulo, teve pouco ou nenhum efeito prático. Demorou a ser instalado e não teve sua continuidade garantida. Em diversas ocasiões, o Congresso Nacional deixou de indicar componentes, o que diminui sua atuação já penalizada pela falta de regulamentação. Jambeiro formula observações importantes.

⁶ Disponível em: <http://fndc.org.br/noticias/donos-da-midia-uma-ferramenta-poderosa-para-democratizar-a-comunicacao-290030/>. Acesso em: 12 nov. 2016.

Quase todos os dispositivos regulando este setor da indústria cultural foram na prática tornadas nulas pelas forças políticas que têm controlado o Parlamento Nacional e o poder executivo federal. Exemplo marcante dessa nulificação é o Conselho de Comunicação Social, cuja criação terminou por constituir-se numa falsa vitória das chamadas forças progressistas na Constituinte. De fato, mesmo criado como órgão consultivo do Congresso - ao invés de órgão deliberativo independente, como inicialmente proposto - e posteriormente regulamentado em Lei Complementar, tendo sua composição negociada entre todos os grupos de interesse que atuam na área, até o final do século o Conselho não tinha sido instalado. E a julgar por eventuais declarações e comportamentos de influentes parlamentares provavelmente jamais o será (JAMBEIRO, 2002, p. 126).

Em aparente contradição com a expectativa de Jambeiro, o órgão foi instituído em 2002. Entretanto, sua criação teve pouco efeito, já que sua formação se deu sem respeitar a lei 8.389/1991, que o regulamenta. Mesmo sendo apenas um órgão consultivo, seu funcionamento foi impedido para não dar visibilidade ao tema. Vale lembrar que há inúmeros empresários da radiodifusão exercendo mandato no congresso, em clara desobediência ao artigo 54 da Constituição Federal.⁷ Importa destacar que a penalidade para a infração desse preceito é apresentada no artigo 55: perda de mandato. Contudo, seja por desinteresse em regulamentar ou por prevaricação ao interpretar os dispositivos constitucionais, parlamentares beneficiados por concessões de Rádio e TV sofrem poucos constrangimentos.

Em linhas gerais, o texto constitucional esbarra no desinteresse do Congresso em regulamentar e na demora do executivo em trazer à prática as normas. É sabido que a política é território daqueles que exercem pressão e até o momento, as pressões populares têm sido menos exitosas do que as pressões da iniciativa privada. As emissoras de Rádio e TV - seja por intermédio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, seja por outras entidades representativas - sempre estiveram muito bem preparadas para defender os seus interesses, demonstrando pouco apreço por normas brasileiras ou internacionais.

É possível observar as pressões do segmento durante as discussões que resultaram na Lei do Cabo, aprovada sob o número 8.977 de 1995. Quando as negociações se iniciaram, ainda em 1991, havia grande mobilização, que culminou com a formação do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Telecomunicações (FITTEL), bem como outras instituições, tomaram lugar nos debates, com contribuições significativas. Representantes das *Organizações Globo* e de outros conglomerados se omitiram, numa tentativa de dificultar o processo. Posteriormente, passaram a interferir intensamente, por intermédio da Associação Brasileira de TV por Assinatura, que substituiu a Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias, em 1993.

⁷ “Os Deputados e Senadores não poderão: I - desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior; II - desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada; b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, “a”; c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, “a”; d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo” (BRASIL, 1988, não paginado).

Esta mudança foi mais do que a troca de estatuto e de nome de uma entidade empresarial de classe. Ela veio como decorrência da entrada definitiva no mercado de televisão por assinatura de empresas como as Organizações Globo e a então recém-criada Multicanal, além do Grupo Abril, o primeiro a investir nesse novo campo de atividade. E foram esses três grupos empresariais que, deslocando os pequenos e médios empresários que tinham inicialmente entrado no negócio da DISTV, dividiram entre si os cargos principais da diretoria e do conselho deliberativo da nova entidade (RAMOS, 2000, p. 160)

A participação da Associação Brasileira de TV por assinatura (ABTA) foi determinante, contrastando com o distanciamento notável do Ministério das Comunicações, conforme analisa Jambeiro (2000, p. 90). O encaminhamento dos trabalhos e a tramitação no congresso chamam a atenção, pela forma como o governo se reportou à *Rede Globo*.

A Lei do Cabo foi finalmente aprovada pela Câmara dos Deputados em 19 de outubro, com o voto unânime dos 18 líderes partidários daquela casa. Em 15 de dezembro foi aprovada no Senado, sem emendas, seguindo após para a Presidência da República. Enviada a análise do Ministério das Comunicações, pelo Gabinete do Presidente, a Lei teve alguns de seus artigos contestados, particularmente o que determinava que o Minicom ouvisse o Conselho de Comunicação Social sobre as subseqüentes Portarias regulando os aspectos operacionais da Lei. O Ministro revelou-se infenso às pressões do Fórum e de parlamentares e propôs ao Presidente da República que vetasse aquele dispositivo. Para a satisfação e relativa surpresa dos que estavam pressionando o Ministro, em 6 de janeiro de 1995 o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou sem vetos a nova Lei. Fator decisivo na decisão presidencial foi a certeza de que tanto o Fórum pela Democratização da Comunicação quanto os empresários do setor aprovavam a lei tal qual tinha sido enviada a sanção presidencial. Recado com este teor foi dado diretamente ao Presidente, via telefone, por Roberto Irineu Marinho, da NetBrasil, na noite do dia 5 de janeiro (JAMBEIRO, 2000, p. 90).

Torna-se necessário contemplar as contribuições da sociedade civil quanto ao tema, com maior notoriedade a partir da redemocratização. O debate acerca da comunicação tem sido feito por sindicatos, associações e universidades, ainda que não tenha alcançado sistematização, fortalecimento, capilaridade e visibilidade política necessárias. Vale destacar a participação dos movimentos sociais em contraponto aos interesses privados na Mídia – merecendo ênfase a atuação do coletivo Intervezes e do FNDC. O Fórum surgiu a partir da aglutinação de forças empenhadas em debater comunicação e pressionar por avanços na Constituinte.

O FNDC foi criado em julho de 1991 como movimento social e transformou-se em entidade em 20 de agosto de 1995. Foi atuante na finalização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que preparava a nova Constituição Federal. Ao final, foi instituído o capítulo V da Carta Magna, com artigos que tratam especificamente da Comunicação. Como o resultado não foi tão promissor quanto as expectativas do movimento à época, as entidades de classe que formavam a então Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) decidiram que era preciso manter um esforço permanente de mobilização e ação na busca de políticas que democratizassem de fato a área. Assim, criaram, em 1991, a associação civil FNDC, com atuação no planejamento, mobilização, relacionamento, formulação de projetos e empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na Comunicação. Em mais de vinte anos de existência, o Fórum fez história ao participar de lutas políticas como a concepção do conceito de Radiodifusão Comunitária, a regulamentação da cabodifusão, a reforma da Lei de Imprensa e a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS). A entidade encabeçou uma campanha contra a aprovação da Emenda Constitucional que permitia a entrada

de capital estrangeiro em empresas de comunicação e também publicou uma pesquisa referencial sobre a concentração da mídia no Brasil: Os Donos da Mídia.⁸ (FNDC, 2012, não paginado).

Ao debater estas questões, o FNDC acumulou uma série de artigos, análises e estudos quanto aos conflitos entre interesses privados e interesse público na Mídia. Entretanto, há obstáculos no caminho da democratização midiática: o descomunal poder político e econômico dos conglomerados de Mídia no Brasil; a confusão entre poder político e midiático, em face das concessões de Rádio e TV administradas por políticos em confronto com a Constituição Federal; essas duas linhas fazem com que o *lobby* midiático seja poderoso, influenciando sem qualquer contrapeso os poderes executivo, legislativo e judiciário. Trata-se de um poder enraizado historicamente, naturalizado socialmente.

Para as forças políticas conservadoras no Brasil, guardar proximidade com os proprietários de jornais, de revistas e de editoras, com os concessionários de Rádio e Televisão sempre foi conveniente. Tanto nas eleições, quanto nos momentos em que o respaldo popular era necessário para atingir objetivos políticos imediatos. Na década de 1990, a adesão às teses neoliberais foi muito grande entre os empresários da informação. O mercado – na verdade, investidores do mercado financeiro, em grande parte detentores de capital especulativo – tomou as empresas de comunicação como caixas de ressonância. Até mesmo a elite industrial brasileira perdeu espaço, seja por capitular ante a especulação, seja por cair na invisibilidade. Entretanto, as crises econômicas ao final dos anos 1990, mudaram o jogo do poder.

ESTADO E MÍDIA NO GOVERNO LULA

Quando fica evidente a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002, as apostas começam. Havia dúvidas quanto ao posicionamento do Presidente e do Governo na formulação de políticas para as Comunicações. Em lugar de uma ampla reforma, a opção foi dividir o tema em blocos. Foram tomadas algumas medidas arrojadas, combinadas com escolhas moderadas: revisão de verbas publicitárias, um discreto debate acerca do audiovisual e algumas ações em favor do fortalecimento das mídias públicas. O Ministério da Cultura propôs a medida mais audaciosa: instituir a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV). A ideia era formar uma organização forte, capitalizada a partir de impostos cobrados de empresas radiodifusoras. Foi previsível o resultado: os conglomerados mobilizaram seu amplo poder de cooptação da opinião pública e a ideia foi sacrificada antes de maiores discussões. Ainda assim, foi criada a Agência Nacional do Cinema, sem interferência direta na radiodifusão.

As empresas manifestam demasiado apreço por alguns trechos da Constituição, enquanto parecem ignorar a existência de outros. Essa visão motivou contestações judiciais e veementes manifestações públicas, nos momentos em que o Estado esboçou tentativas de regulamentar e

⁸ Site institucional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Disponível em: <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>. Acesso em: 18 maio 2015.

aplicar os dispositivos constitucionais. Este é o caso da Classificação Indicativa, medida prevista na Constituição Federal, e descrita com maior detalhamento no Estatuto da Criança e do Adolescente.⁹ Quando o governo federal decidiu aplicar o que estava disposto na legislação, publicando portarias do Ministério da Justiça a respeito, houve expressiva oposição na mídia, figurando em editoriais, comentários e notícias. Radiodifusores defendiam uma autotclassificação sem penalidades ou ingerências do Estado; já o Ministério da Justiça, entidades dedicadas à comunicação democrática e aos direitos da criança defendiam penalidades para quem não respeitasse os parâmetros estipulados, de acordo com as normas descritas.

O debate culminou com a judicialização: as empresas entraram no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Classificação Indicativa. Isso revela a firme oposição dos radiodifusores a qualquer esboço regulatório, desconsiderando prerrogativas abertas pela própria legislação em vigor.

Mas esse não foi o último confronto entre governo federal, movimentos sociais e empresários. Em 2006, algumas decisões que pautaram a criação do Sistema Brasileiro de TV Digital trouxeram frustração a movimentos sociais e pesquisadores. Muitos defendiam um sistema genuinamente brasileiro, fortalecendo a indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico. Após debates importantes, a escolha foi tomar como base o padrão japonês de digitalização, adicionando contribuições brasileiras. O acesso à Internet ainda era extremamente precário e restrito no país, mas a TV Digital parecia ser uma grande oportunidade para criar uma plataforma de desenvolvimento midiático, com potencial para favorecer a democratização tecnológica e convergência. Naquele ano, 97% dos lares tinham televisão, enquanto 19,6% possuíam computador, apenas 14,5% com acesso à Web.¹⁰ Discutia-se de forma entusiástica a fabricação de receptores que ampliariam os recursos dos televisores analógicos, permitindo não só a recepção do sinal digital, mas também explorar a interatividade, acessar mensagens, informações adicionais, comprar ou até receber serviços públicos.

A *Empresa Brasil de Comunicações* é criada em 10 de outubro de 2007,¹¹ incorporando os bens e equipamentos da *Acerp* e da *Radiobrás*. A empresa é a gestora da *TV Brasil*, que sucede as antigas *TV Educativas* do Rio de Janeiro e do Maranhão, bem como da *Rádio Mec* e das *Rádios Nacionais*, provocando uma nova organização na radiodifusão pública. A mudança também suscitou intensas críticas por parte dos conglomerados brasileiros, que não tardaram a rotular a nova emissora de TV Lula.

⁹ “Art. 76. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Parágrafo único. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição”. (BRASIL, 1990, não paginado)

¹⁰ 2ª Pesquisa Sobre Uso da Tecnologia da Informação e da Comunicação no Brasil disponível em: <https://www.cetic.br/pt/noticia/nic-br-anuncia-resultados-da-pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-no-brasil/>. Acesso em: 20 maio 21.

¹¹ A EBC é criada pela medida provisória 398/2007, depois convertida na lei 11.652/2008.

CONVERGÊNCIA, CULTURA DIGITAL E REGULAMENTAÇÃO

Depois de diversas aplicações restritas a universidades, redes e centros de pesquisa, a Internet começou a estar disponível para um público não especializado no Brasil entre 1994 e 1995. Importante destacar que Fernando Henrique Cardoso foi o presidente entre 1994 e 2002, com um programa de governo que defendeu e levou à prática diversas privatizações, com destaque para a telefonia, em 1998. Isso repercutiu também no acesso aos meios digitais, que dependia da infraestrutura telefônica. Dessa forma, a lógica privada norteou a oferta de serviços, abrindo espaço para diversas empresas, que poderiam atuar sem muitos limites regulatórios. Mesmo que o acesso ao universo digital tenha encontrado obstáculos ao crescimento, em função da desigualdade social e da frágil infraestrutura, observa-se um interesse cada vez maior das pessoas no assunto. A começar dos mais jovens, mais e mais pessoas se interessavam em criar uma conta de correio eletrônico, trocar mensagens, ler notícias, pesquisar textos e fotos.

Já no começo dos anos 2000, verificava-se notável diversificação nos conteúdos, maior presença de fotos e áudios com melhor qualidade. Em 2004, foram criadas as redes sociodigitais Orkut e Facebook e em 2005 o YouTube. A cultura digital sofre intensas transformações desde então, colonizando e causando disrupção no jornalismo, no entretenimento, na sociabilidade, no consumo, na propaganda, na educação, apenas para citar alguns exemplos. Não é exagero afirmar que a cultura digital alcançou e modificou a própria condição humana, constituindo uma outra esfera pública, que por sua vez também influenciou a humanidade. Deu-se um jogo em que criador e criatura passaram a construir um ao outro, tal qual se discute em filmes, como *Metrópolis*, *Tempos Modernos* ou *Matrix*. Mais que convidadas, as pessoas cada vez mais se sentiam impelidas a assumir uma *persona* nas redes sociodigitais.

A expansão do acesso à Internet foi rápida, ainda mais se considerarmos os usuários de telecentros, *lan houses*, escolas, universidades ou aqueles que utilizavam a rede no trabalho. Se por um lado houve significativa expansão, por outro era notável a desigualdade: o acesso era muito difícil para pessoas remediadas e pobres, ou ainda habitantes das periferias, cidades do interior, ou áreas rurais. Necessário destacar as reclamações quanto ao preço e à qualidade do serviço prestado por empresas privadas. Os conflitos entre interesses públicos e privados se espalharam pelo digital, de forma análoga ao que ocorrera com a radiodifusão ou mesmo com outros meios, provocando a participação do Estado.

No segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, foi convocada a primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Antes mesmo do evento, foram organizados comitês locais pró-conferência, para animar os debates, formular propostas e organizar as conferências estaduais, nas quais seriam escolhidos os delegados da Conferência Nacional.

A I Confecom teve grande representatividade, com a participação de entidades da sociedade, do empresariado e do poder público. O movimento nacional de democratização da comunicação recebeu então o reforço de novos atores, como coletivos de comunicação, blogueiros e jornalistas independentes; e movimentos sociais que não o da comunicação, como o movimento sindical, das mulheres, movimento negro, movimento LGBTQTT, entidades ligadas à juventude e dos trabalhadores do campo, dentre outros.¹²(FNDC, 2012, não paginado)

¹² Site institucional do FNDC. Acesso em 18/05/2015. Disponível em: <<http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>>.

O processo aglutinou forças e gerou certa mobilização política, inclusive do segmento empresarial, que se fez representar nos eventos preparatórios. Entretanto, mais uma vez, a opinião pública foi pautada por ideias equivocadas que interditavam o debate. Os empresários, amparados por comentaristas conservadores com amplo espaço em emissoras, jornais e portais, difundiram a noção de que regulação é censura,¹³ ignorando que regulação da mídia acontece nos EUA, no Reino Unido e em diversos países classificados como desenvolvidos e amplamente democráticos pela própria Mídia. As tensões foram constantes antes da conferência, persistiram, em face da oposição arraigada entre movimentos sociais e entidades empresariais. A estratégia de manter 40% dos delegados para movimentos sociais, 40% para entidades empresariais e 20% para representantes governamentais visava moderar propostas mais avançadas por parte da sociedade. Ao final do processo, os debates:

Resultaram em 633 propostas aprovadas, sendo 569 nos 15 grupos temáticos de trabalho e 64 na Plenária final da Conferência Nacional. Outras 15 foram rejeitadas e 29 não apreciadas porque não houve tempo hábil para serem lidas no plenário em razão do encerramento da 1ª Confecom.¹⁴ (CONFECOM, 2010, p. 7)

A maioria das entidades empresariais se retirou do processo. As conclusões foram pouco debatidas pela Mídia, desinteressada em criar qualquer perturbação na ordem pautada pelo mercado.¹⁵ A matéria intitulada “Confecom termina aprovando 632 propostas para a área de comunicação”, publicada no portal G1, em 17/12/2009, ilustra o contexto e ajuda a entender o esquecimento da Confecom. Por trás do título anódino, a matéria desqualifica as propostas dos movimentos sociais. No texto, os porta-vozes do empresariado midiático são amplamente ouvidos, enquanto representantes da sociedade civil são ignorados. Judith Brito, representando a Associação Nacional de Jornais; Gilmar Mendes, ministro do STF, que se destacou por defender o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo; Edson Lobão Filho, senador pelo PMDB e – contrariando a Constituição – concessionário de radiodifusão; Miro Teixeira, deputado pelo PDT, que articulou a derrubada da lei de imprensa no STF; todos tiveram suas falas destacadas na matéria. Sem qualquer isonomia, o único ouvido a assumir uma orientação mais próxima dos movimentos sociais foi o vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Schroder. Entidades favoráveis à regulação não chegam nem mesmo a serem nominadas na matéria. Depois de pouca visibilidade nos meios jornalísticos, o assunto foi sepultado sob o véu do silêncio.

¹³ Diversos artigos, comentários e editoriais associaram regulação à censura. Eis alguns exemplos:
<<http://www.institutomillennium.org.br/blog/video-marcelo-madureira-sobre-censura-este-governo-foi-o-unico-que-mandou-recados/>>.
<<http://www.jogodopoder.com/blog/politica/censura-do-pt-pmdb-diverge-sobre-regulacao-da-midia/>>.
<<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pt-vai-retomar-pessao-por-censura-a-imprensa-no-brasil/>>

¹⁴ Caderno 1ª Conferência Federal de Comunicação. Disponível em: http://www.mc.gov.br/component/docman/doc_download/480-caderno?Itemid=13217. Acesso em: 18 maio 2015.

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1419592-5601,00-CONFECOM+TERMINA+APROVANDO+PROPOSTAS+PARA+A+AREA+DE+COMUNICACAO.html>. Acesso em: 18 maio 2015.

A reação levou o governo a novamente deixar de lado as propostas elencadas na Confecom. Entretanto, o FNDC retomou as discussões:

No ano em que o Código Brasileiro de Telecomunicações completou 50 anos, em 2012, frente à estagnação do poder público em apresentar uma proposta de regulação do setor, o que se esperava desde a I Confecom, o FNDC e entidades do movimento social lançaram, a partir da Plataforma para o Marco Regulatório das Comunicações, a campanha “Para Expressar a Liberdade” (FNDC, 2015, não paginado).

Mesmo em face das mobilizações e de um certo debate público, problemas referentes à regulamentação da mídia não só permaneceram no cenário, tornaram-se mais complexos, à medida em que o ecossistema midiático se tornava mais complexo e ao mesmo tempo mais presente no dia a dia de todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do intervalo de aproximadamente cem anos delimitado para este panorama, percebe-se a supremacia dos interesses privados sobre o interesse público tanto na Radiodifusão, quanto na Internet. Verificam-se graves problemas quanto à qualidade dos serviços, oferta e preços, interferindo diretamente na democratização do acesso. O caráter disruptivo das tecnologias digitais dá origem a diversas reconfigurações econômicas, técnicas, políticas e sociais que apontam para a necessidade de uma Lei Geral das Comunicações.

Em lugar de uma proposta mais ampla, contemplando a convergência, isto é, reconhecendo que as mídias estavam integradas como nunca em face da digitalização, o que favorece a concentração de propriedade, a escolha foi regulamentar um aspecto em lugar de toda a comunicação. Repetindo o que ocorrera com as leis da TV Brasil e da TV por assinatura, a opção foi abordar mais um aspecto específico com o Marco Civil da Internet, instituído pela lei 12.965/2014.

Após as eleições de 2014, a presidenta Dilma Rousseff parecia estar disposta a encaminhar uma proposta para regulação da mídia. Entretanto, a conjuntura política ainda mais desfavorável a progressos sociais demoveu o governo. No final de 2014, formou-se uma crise econômica relacionada à queda drástica nos preços das commodities, repercutindo fortemente na balança comercial. No campo político, o resultado mais acirrado nas eleições presidenciais, somado ao avanço conservador no congresso, asseverara o cenário de instabilidade. O agravamento da crise política levou ao *impeachment* da presidenta reeleita, mesmo sem crime de responsabilidade para embasar o processo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 119.

ARAÚJO, J. S. **Um Projeto popular de Juventude: Entre novas e antigas referências e experiências de participação política**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BOLANO, C. R. S. **Mercado brasileiro de televisão**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

BOLANO, C. R. S. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007. 124 p.

BOLANO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2017, p. 322.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de maio de 2014.

BRASIL. **LEI Nº 8.069: Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 de maio 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008**. Brasília, DF, 07 abr. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm. Acesso em: 11 de maio 2014.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CONFECOM. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação Publicação do Ministério das Comunicações Conteúdo**. FGV Projetos, unidade da Fundação Getúlio Vargas Edição: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, DF, 10 jun. 2010.

- COSTA, S.; BRENER, J. **Dossiê das concessões de rádio e TV**. Correio Braziliense. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em 10. set. 2005.
- CRUZ, R. **TV digital no Brasil: tecnologia versus política**. São Paulo: Senac, 2008, p. 559.
- CURRAN, J.; SEATON, J. **Power without Responsibility: the press, broadcasting and the new media in Britain**. London and New York: Routledge, 2003.
- DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 633.
- FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001. 375 p.
- FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Para expressar a liberdade**. 2012. Disponível em: <http://http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>. Acesso em 10 junho de 2020.
- FUENZALIDA, V. **Televisión abierta y audiéncia em America Latina**. Buenos Aires: Norma, 2002.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2002. 248 p.
- GERALDES, E. (org.) *et al.* **Políticas de comunicação: Um estudo comparado - Brasil, Espanha, Estados Unidos, México e Venezuela**. Salamanca: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2012.
- GETINO, O. **Cine y televisión en América Latina: producción y mercados**. Buenos Aires: Ciccus, 1998.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JAMBEIRO, O. *et al.* **No tempo de Vargas: o Rádio e o controle da informação**. Salvador: Edufba, 2004, p. 191.

- JAMBEIRO, O. **Regulando a TV: uma visão comparativa do Mercosul**. Salvador: Edufba, 2000, p. 228.
- JAMBEIRO, O. **A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos?** Estudos de Sociologia, Araraquara, 2008, v. 13, n. 24, p. 85-104.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2008, p. 428.
- JUST, N. **Measuring media concentration and diversity: new approaches and instruments in Europe and the US**, Media, Culture & Society: SAGE Publications (Los Angeles, London, New Delhi and Singapore), 2009, v. 31 (1), p. 97-107.
- LÉVY, p. ; COSTA, C. I. da. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010. 206 p.
- MACBRIDE, S. (org). **Un Solo Mundo, Voces Multiplices: comunicación y información en nuestro tiempo**. México: UNESCO/Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MARTINS, F. **Regulação da comunicação eletrônica não ameaça liberdade de imprensa**. Portal Brasil, 16 dez. 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2010/12/marcoregulatorio-da-comunicacao-eletronica-nao-ameaca-liberdade-de-imprensa-diz-franklin-martins>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- MELO, J. M. de G. (orgs). **Televisão na América Latina 1950 - 2010: pioneirismo, ousadia, inventividade**. São Paulo: Metodista, 2011, p. 132.
- MEYER, T.; HINCHMAN, L. **Democracia midiática: como a mídia coloniza a política**. São Paulo: Loyola, 2008, p. 215.
- MORAES, D. de.; RAMONET, I.; SERRANO, p. **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 184.

NEPTUNE, N. C. **A televisão pública no Brasil**. 2011. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Artes Visuais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000857925>. Acesso em: 25 nov. 2014.

RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos. **Políticas de Comunicação: Buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 408.

RAMOS, M. C. Às margens da estrada da estrada do futuro: comunicações, política e tecnologia. Brasília: Fac, 2002, p. 205.

RAMOS, M. C. **Televisão no Brasil é Serviço Público?** 2006. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1294959-EI6794,00.html>. Acesso em: 06 set. 2011.

RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I.; ROXO, M. (orgs). **História da Televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 347.

RIVERO, J.; MOUTOUH, J. **Liberdades públicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 680.

SARAIVA, E.; MARTINS, p. E. M.; PIERANTI, O. P. (orgs). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, J. M. D. da. **Frágil Democracia e Políticas de Comunicação: Processos Regulatórios, Diversidade e Concentração na TV Aberta no Brasil e na Argentina**. 2015. 445. UFPB. Recife, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13837>. Acesso em: 20 set. 2016.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 512.

SOARES, M. C. **A luta pela democratização dos meios e as tecnologias digitais**. Revista Comunicação Midiática, 2006, v. 5, p. 117-138.

SPINELLI, A. **Mudança social e a crise no capitalismo: leituras sociológicas**. Natal: Edufrn, 2015.

SZECSKO, T. **Theses on the democratization of communication.** International Political Science Review (SAGE Publications), v. 7, n. 4, Politics and the Media, 1986 p. 435-442.

TORVES, J. C. **Televisão Pública.** Porto Alegre: Evangraf, 2007, p. 322.

UNESCO. **Media pluralism:** Unesco's New Communication Strategy gives high priority to encouraging the free flow of information, to promoting its wider balanced dissemination, and to strengthening communication capacities in the developing countries. Bureau of Public Information (memobpi), 2006.

WARD, D. **A mapping study of media concentration and ownership in ten european countries,** Commissariaat voor de Media, Netherlands Media Authority, 2004, p. 257.

Ronald. E. **Media ownership:** research and regulation. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2008.

WEBER, M. **Sociologia da imprensa:** um programa de pesquisa. *In:* Estudos de Jornalismo e Mídia. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2084/1825>. Acesso em: 25 nov. 2014.

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A ATUALIDADE DO MARXISMO

JOURNEYS OF JUNE 2013 AND THE CURRENT STATE OF MARXISM

Daniel Araújo Valença¹

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

<https://orcid.org/0000-0002-0662-7045>

RESUMO

Os atos de junho sacudiram o país e provocaram inúmeras análises. As situadas no campo liberal, conservador e pós-moderno se tocaram ao apontar o fim das formas organizativas e mobilizadoras do século XX. De outro lado, a partir de referenciais críticos, foram levantadas questões atinentes ao direito à cidade, à precarização do proletariado, entre outras. Ambas as perspectivas, todavia, pecam por tratar as Jornadas de Junho como continuidade, desconsiderando as rupturas ocorridas durante o processo. São elas que possibilitam, no entanto, apreender o porquê dos atos bem como da ressignificação destes. Entre os dias treze e vinte de junho de 2013, houve uma intensa luta pelo sentido dos atos, compreensível quando recorremos às categorias “ideologia” e “hegemonia”. Estas, o marxismo e a organização política, ao contrário do aventado, permanecem atuais e necessárias para a compreensão e a condução da luta política.

Palavras-chave: Junho de 2013; movimentos sociais; Marxismo; ideologia; hegemonia.

ABSTRACT

The acts of June 2013 brought shock to the country and provoked countless analyses. Some of those analyses were located in the liberal, conservative and post-modern field when it comes together to pointing the end of organizational and mobilizing shapes from 20th century. On the other hand, from critical references, questions were raised regarding the right to the city, the precariousness of the proletariat, among others. Both perspectives, however, fail to treat the June 2013 Journeys as a continuity, disregarding the ruptures that occurred during the process.

¹ Professor da graduação e do mestrado em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina (GEDIC).

However, these ruptures are what make it possible to apprehend the reasons for the acts as well as their re-signification. Between June 13th and June 20th of 2013, there was an intense fight for acknowledgment of the meaning of the acts that occurred that year, understandable when we appeal to the categories “ideology” and “hegemony”. Therefore, Marxism and political organization, contrary to what has been suggested, remain current and necessary for the understanding and conduct of the political fight.

Keywords: June 2013; social movements; Marxism; ideology; hegemony.

INTRODUÇÃO

O mês de junho de 2013 levou o Brasil a um clima político completamente distinto do que vivenciara nas décadas passadas. Era algo como a suspensão da vida cotidiana: esta, “aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias” (NETTO; CARVALHO, 2000, p. 23), virou de pernas para o ar; transformou-se em momentos, vivências, explosões, reivindicações, imprevisibilidades.

Conhecidos como Jornadas de Junho, os atos de rua que tomaram o país, das capitais ao interior, deixaram os intelectuais, os partidos políticos, as esquerdas e os setores da direita perplexos. Atônitos, buscando explicá-los, os meios de comunicação, os intelectuais, os jornalistas, os expoentes de setores progressistas e os conservadores, e atribuíam-lhes a questões diversas: seriam aqueles, frutos de uma década de inserção de milhões de brasileiros no mercado de consumo e a sua busca por novos direitos; da explosão popular frente ao marasmo ao qual o governo “condicionou” a população e os movimentos sociais nesse período recente; da Internet, do Facebook e das novas formas de mobilização social, seguindo a história já transcorrida em outros países; seriam frutos da exigência popular pelo direito à cidade, entre outras possibilidades de explicação.

Setores conservadores apontaram o fim da legitimidade dos partidos políticos, das organizações de esquerda e da militância tradicional. Para estes, o último quarto do século XX revelou a impossibilidade histórica do socialismo, a perda do poder mobilizador dos sindicatos e dos partidos de esquerda, da ação política enquanto classe e, conseqüentemente, da luta de classes. Tais elementos se confirmariam, portanto, ao longo do mês de junho. No espectro da esquerda, do governismo ao esquerdismo, inúmeras também foram as análises que, por se aterem às especificidades e negligenciarem a totalidade, tornaram secundário o que era central e vice e versa.

O presente artigo, portanto, debruça-se sobre esse objeto: as Jornadas de Junho e as interpretações delas, a partir de elementos da teoria marxista. A compreensão da insuficiência das análises postas até aqui – seja por ausência de uma perspectiva totalizante, seja por generalizações que omitem elementos fundamentais – é que mobilizam este trabalho. Por objetivo, tem-se a tentativa de desvelar as motivações e os episódios da maior explosão popular vivenciada em

nosso país, especialmente durante o período compreendido entre 13 e 20 de junho, momento de ascensão e de maior mobilização social.

Ao contrário do dito e repetido com vigorosa persistência, incorporado até por intelectuais e organizações de esquerda, as categorias de análise em perspectiva totalizante continuam, mais do que nunca, atuais: o marxismo e o seu método, a despeito da opinião de determinados setores, revelam-se como ponto central para a compreensão de tais processos. Quanto aos partidos, às entidades e aos movimentos sociais, apesar da recorrente afirmação de sua falência, uma análise detalhada e aprofundada do mês de junho apenas confirma a sua atualidade ou, mais do que isso, a sua necessidade histórica.

1. DAS DIVERSAS PROBLEMATIZAÇÕES E DISPUTA DE SENTIDOS

O mês em que ocorreu uma das maiores mobilizações da história nacional não poderia passar sem inúmeras frentes de explicação. Cada uma abordou, em maior ou menor grau, elementos constitutivos daquele processo. Tais explicações, de maneira dialética, pela rapidez dos fatos e pela dificuldade de visualizá-los de maneira consolidada, tanto eram surpreendidas por aqueles quanto, também, disputavam entre si e com os próprios fatos o significado deles. Não se pretende, aqui, esgotá-las, mas, apenas, expor algumas das análises mais recorrentes ou consistentes, bem como os seus limites e as suas insuficiências, para, então, ressignificar o sentido das Jornadas de Junho.

1.1. DA CORRUPÇÃO DO SENTIDO

Na grande mídia empresarial, tomaram corpo duas tendências de explicação das Jornadas de Junho. A primeira delas fundava-se na aversão a partidos políticos e a organizações políticas ocorrida durante os protestos, especialmente a partir do momento em que esses movimentos tomaram maiores dimensões. Os atos refletiriam o que está por vir no século XXI e já ocorrera em outras partes do mundo: as redes sociais se tornariam as grandes mobilizadoras de pessoas, superando as antigas ideologias, as utopias e as organizações de esquerda. O fim da centralidade da luta de classes a partir dos novos padrões de produção capitalista, das grandes teorias e das visões totalizantes, a rapidez e a pluralidade de problemas do dia a dia, fariam despertar uma mobilização não vinculada a grandes mudanças estruturais e a organizações e entidades, mas, sim, a questões pontuais, autônomas, de busca pelo bem comum e pela resolução dos inúmeros problemas que atingem a todos os cidadãos que convivem no espaço urbano.

A segunda, frequentemente acoplada à primeira, refere-se aos atos serem a prova de que, apesar das comemorações de progresso e de bons índices do Governo Federal e da sua base aliada, a população estaria iludida com pequenos benefícios, “assistencialismos” e “medidas paliativas”; todavia, como alertaram ao longo destes anos, a “corrupção”, a “ineficiência e o inchaço do

governo”, mais cedo ou mais tarde, se tornariam visíveis à maioria da população. Isso explica o porquê de os atos terem voltado às suas artilharias contra o Governo Federal, o ex-presidente Lula, a ex-presidenta Dilma, contra o Partido dos Trabalhadores e os seus aliados, bem como a queda livre da popularidade da presidenta.

Ambas, no que pesem as suas diferenças, partem de referenciais pós-modernos, liberais ou mesmo conservadores, para buscar explicar aquele longo mês. Sustentam-se, todavia, apenas se, propositalmente, se incorrer em várias lacunas e omissões. Em verdade, representam a corrupção do significado dos atos, ao inverterem, pelo não dito e rigorosa seleção do dito, o seu conteúdo, como se verá adiante.

De outro lado, há análises em perspectivas críticas que trazem importantes elementos para a compreensão do problema, porém, ainda assim, revelam insuficiências ao não se debruçarem de maneira totalizante sobre as Jornadas, bem como por não desnudarem as diversas nuances daquele processo, marcado por mudanças rápidas e bruscas de conjuntura. Sobre elas, passa-se a refletir.

1.2. DAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Em *Cidades Rebeldes: passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (MARICATO *et al.*, 2013), reúnem-se reflexões de vários intelectuais sobre o mês de junho. Entre outros elementos, estes debruçam-se sobre o porquê dos atos: o que levou a que acontecessem agora e não em outro momento? Por qual razão se estenderam por todo o país, inclusive pelo interior? O que explicaria a participação massiva de pessoas que nunca participaram nem de um grêmio estudantil ou sindicato?

Para Maricato (2013, p. 19),

[...] é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público.

Para Vainer (2013, p. 36), as razões encontram-se na brutalidade dos detentores do poder e no persistente trabalho de entidades e de movimentos sociais:

Em termos imediatos e conjunturais, a resposta provavelmente está na arrogância e na brutalidade dos detentores do poder. Seu autismo social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social, promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios. Não é a primeira vez que isso acontece na história. Aconteceu agora entre nós.

Viana, por outro lado, confronta-se com a versão corrente na mídia empresarial e resgata a importância da organização: “ao contrário do que se tem afirmado, o abalo não ocorreu devido

à quantidade de adesões que se seguiram à quinta-feira esfumaçada, e sim graças à qualidade do movimento que as convocou” (VIANA, 2013, p. 57).

Para Braga (2013, p. 81-82),

A questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira. Desde os anos 1950, o proletariado precarizado mobiliza-se pela ampliação dos direitos de cidadania. O PT e a CUT descendem diretamente da habilidade do proletariado precarizado brasileiro de transitar muito rápido da aparente acomodação política à intensa reivindicação por direitos.

O proletariado precarizado, portanto, não estaria satisfeito nem com as políticas compensatórias do Governo, nem com as ações voltadas aos mais ricos: ele não seria afetado pelas mesmas e estaria, pois, explodindo suas insatisfações.

Apesar da consistência dos argumentos supracitados para a compreensão das Jornadas de Junho, tais elementos revelam os seus limites, ao não desvelarem o porquê de os atos terem explodido após o dia 13 de junho e contribuem para ofuscar que houve uma mudança da plataforma política ao longo das Jornadas. Isso porque eles se encaixam numa perspectiva de continuidade, ou seja, desconsideram ou retiram a centralidade das rupturas ocorridas neste processo político. Sob a mesma perspectiva da continuidade, lideranças políticas do movimento em São Paulo analisaram as Jornadas em entrevista à Revista Caros Amigos. Para Oliveira, do Movimento Passe Livre,

Existia uma demanda reprimida não só pela questão do transporte, mas por estar nas ruas mesmo. Por que as pessoas resolveram sair às ruas agora e não antes? Acho que tem algumas explicações, uma é a própria manifestação do Passe Livre, que já faz luta na cidade há muitos anos, desde 2005. Outra vem da própria demanda por transporte coletivo, acho que em 2013 foi dado um ‘chega’ a uma situação que se arrasta por décadas. É resultado de uma opressão cotidiana que as pessoas vivem pela tarifa e pelas condições do transporte (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

Para Carvalho, do Juntos,

Primeiro porque a situação do transporte em São Paulo chegou a estágio de insustentabilidade brutal. Todo mundo que pega ônibus ou metrô vê a situação, o que gera indignação popular muito grande. E havia um elemento diferente, pois o aumento das passagens já estava anunciado para o meio do ano. Então a gente sabia que tinha tempo de organizar, conversar nas escolas, nas universidades, nos locais de moradia, de trabalho, nos bairros. Fora isso, havia a avaliação de que as situações nacional e mundial também estavam mais favoráveis. Em 2012 tinham ocorrido lutas como, por exemplo, a dos bombeiros, a Marcha da Liberdade, as Marchas das Vadias, os atos contra Feliciano...já havia uma retomada da cultura de rua. As eleições também demonstraram que havia uma insatisfação generalizada com os transportes e, ao mesmo tempo, a situação mundial estava mudando. Existiam mobilizações em vários países, como a Primavera Árabe, a ocupação das praças na Europa e o caso da Turquia, que foi bastante explosivo. Então, esse caldo de coisas, além do aprofundamento da crise econômica, permitia que a luta chegasse a muito mais gente (CARVALHO, 2013, p. 33).

Para Moreira, da Anel,

Acho que o principal elemento desde o princípio dessa mobilização foi a combinação entre a situação de completo **abandono dos serviços públicos** com a **preparação do País para um evento do porte da Copa do Mundo**. A contradição entre os estádios suntuosos e a qualidade dos serviços públicos de saúde, transporte e educação. Isso se transformou num catalisador do processo de mobilização, que **acompanha também o processo internacional** e a **dinâmica que vinha acontecendo em nosso país** (MOREIRA, 2013, p. 33, grifo nosso).

Tanto os intelectuais do campo da esquerda quanto as lideranças do movimento em São Paulo levantaram elementos importantes para a compreensão das Jornadas. Todavia, por adotarem uma perspectiva linear do processo, as razões dos atos por eles elencadas acabam por apontar para respostas distintas – questão urbana; situação do proletariado precarizado, dinâmica internacional, abandono de serviços públicos, entre outros. Esta última, por sinal, dialoga com a corrupção do sentido dos atos, apontada na seção anterior. Tais respostas revelam-se, em verdade, incompletas, como se verá a seguir.

Buscar-se-á, pois, para além das questões trazidas ao debate até agora, ancorar a presente discussão em duas categorias que compreendemos fundamentais para dissecar esse processo político: a hegemonia e a ideologia. Estas têm sido ignoradas inclusive nas análises de autores marxistas,² o que tem levado a esquemas explicativos rígidos e, por vezes, deslocados da realidade, ofuscando-se uma compreensão apurada das Jornadas de Junho.

2. A IDEOLOGIA E A HEGEMONIA: CATEGORIAS CENTRAIS PARA A COMPREENSÃO DOS ATOS DE JUNHO

O teórico e militante político italiano Antonio Gramsci formulou o conceito de hegemonia ao se debruçar sobre a nova realidade que pairava em torno do Estado moderno. Para tanto, ele problematizaria a distinção entre sociedade civil e sociedade política, sendo aquela o

[...] conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a ‘base’, o ‘conteúdo ético’ (PORTELLI, 1977, p. 22).

Se o Estado no século XIX revelava-se fundado na coercitividade da sociedade política, vinculada a sociedades civis gelatinosas (o que perdurara na Rússia ainda no século XX, na análise desse autor), Gramsci percebe que nos Estados ocidentais já começara a se constituir uma sociedade civil consolidada, em que as pessoas não viviam em função da coercitividade estatal, mas da assimilação dos valores dominantes. Nesse sentido, Sader (2005, p. 8) sintetiza o conteúdo do conceito de hegemonia:

² Ressalte-se Marilena Chauí, como exceção, em entrevista à Revista Caros Amigos. Todavia, ela não aprofunda como se deu o discurso ideológico da mídia empresarial.

combina a força e o convencimento, com peso maior de cada um desses aspectos do poder existente. Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas –, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder. A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de ‘revolução passiva’, um processo pelo qual se muda a forma da dominação, mas se mantém sua substância.

Partindo da apropriação do conceito de hegemonia, é sabido que, desde a década de 1990, construiu-se um consenso no país de que a esfera pública se resume à participação em eleições periódicas e à opinião publicada.

Assim, atos de rua eram vistos pela maioria da população como ações que causavam danos à população, ao direito de ir e vir; impediam a criança de ser clinicada; o jovem de chegar à escola; homens e mulheres de chegarem aos seus ambientes de trabalho. Tal visão levava a população a, inclusive, consentir a repressão do aparelho coercitivo do Estado, já que os próprios manifestantes incitariam e iniciariam a violência na maioria desses atos. Como se verá, tais valores, que compunham parte da hegemonia burguesa em nosso país, ruíram em poucos e acelerados dias, e fez-se necessário redesenhá-los.

Porém, para a compreensão de seu redesenho, importa também resgatarmos a categoria ideologia, desvelada em longa e precisa passagem de Chauí (2000, p. 3-4):

[...] a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as ideias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir. A sistematicidade e a coerência ideológica nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, e, destarte, engendrar uma lógica da identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado.

Parte-se dessas duas categorias para a reflexão sobre as Jornadas de Junho. Como se verá, aqueles valores, aceitos e incorporados pelas classes subalternas, foram colocados em xeque. Apenas lacunas, sujeitos e termos ausentes poderiam garantir a sua sobrevivência. A velocidade e a rapidez dos fatos e da comunicação, ao invés de negar tais categorias e superá-las, ao contrário, representavam a possibilidade de o discurso ideológico passar-se ainda mais facilmente como não ideológico.

3. DA HISTORIOGRAFIA DOS ATOS

Analisando os atos a partir de uma perspectiva totalizante, é possível dizer que o movimento teve três fases: o período da criminalização, o da cooptação e o do esvaziamento. Tudo isso em um curto período, numa disputa de hegemonia em que o discurso ideológico fora necessário para mudar o decorrer da história. Para a compreensão destas alterações e adaptações, as Jornadas serão recortadas em três fases: a primeira, a da criminalização; a segunda, a da cooptação; e a terceira, a do esvaziamento. O foco, todavia, estará posto na transição entre a primeira e a segunda fases, por ser o momento em que a disputa em torno do sentido dos atos aflora com mais vigor.

3.1. A FASE DA CRIMINALIZAÇÃO

Em seis de junho ocorreu o primeiro ato contra o reajuste das passagens em São Paulo. Um ato, ressalte-se, que fora convocado pelo Movimento Passe Livre e outras entidades (inclusive, entre elas, juventudes partidárias de esquerda).³ Na realidade, há anos que as capitais brasileiras têm sido sacudidas por mobilizações contra reajustes de passagens. Em Natal (RN), por exemplo, elas ocorrem desde a década de 1990, sendo que em 2012 tomou uma forma organizativa própria, denominada “Revolta do Busão”, agregando anarquistas, militantes de juventudes partidárias, estudantes, entre outros que, em assembleias, decidem o futuro do movimento. Tais atos representam a busca nas ruas da retomada da esfera pública, da política e do debate que se “privatizou” ao longo das últimas décadas, apesar de se tratar de uma concessão do Município: o sentido do transporte público e a abertura de sua planilha de custos. Todavia, a grande mídia empresarial sempre retratou os referidos atos como “transtorno”, “baderna”, entre outros termos; impedindo assim, qualquer possibilidade de debate público quanto ao transporte e à mobilidade urbana. Tanto que até hoje ninguém nunca viu uma tabela (desvirtuada ou não) que apontasse os custos do deslocamento intraurbano.

Ao primeiro ato seguiram-se outros, imediatamente. Os primeiros atos levaram às ruas entre duas e dez mil pessoas, com ações isoladas de depredação, condenadas veementemente pela grande mídia empresarial. Tal postura mobilizou, também, setores conservadores, que se expressavam e incitavam à violência de maneira completamente aberta e despreocupada:

Estou há 2 horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petista de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu [...] que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras [...] (AS DECLARAÇÕES [...] 2013, s.p.).

³ A comprovação de tal afirmação pode ser realizada nos próprios sítios da grande mídia empresarial em reportagens deste período, como no editorial do Estadão, do dia 13 de junho. Tal cobertura confronta-se com o que se seguiu nas semanas subsequentes, quando a mobilização para os atos é tratada como algo independente de entidades (principalmente partidárias e de representação de classe e grupos).

Após uma semana de atos e o aumento do volume destes, a grande mídia empresarial passou a incidir de maneira articulada para criminalizar e deslegitimar o movimento. Outra não poderia ser a conclusão ao analisarmos a linha editorial da mídia impressa e televisiva em menos de 24 horas, ao longo do dia 13 de junho. Ainda na madrugada, Arnaldo Jabor iniciara uma fala ríspida e agressiva, voltada a atrelar o movimento à violência:

Afinal, o que provoca um **ódio** tão **violento** contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de SP queimou dezenas de ônibus, não pode ser por vinte centavos ... Esses caras vivem num passado de ilusão, eles são a caricatura **violenta** da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui; realmente, esses **revoltosos** de classe média não valem nem vinte centavos (REVOLTOSOS [...] 2013, s.p. grifo nosso).

Assim como cada palavra deste texto é de uma externalização e posterior reflexão do autor, não era à toa que se associava “sutilmente” os manifestantes e “a velha esquerda” ao PCC. O crescimento dos atos e a sua persistência e constância requeriam uma reação, no campo da coercitividade, mas, também, em âmbito ideológico, para justificação daquela. Em paralelo à associação da violência ao movimento, era fundamental, também, mostrar que não havia pauta; que os vinte centavos estavam abaixo da inflação e que eram “revoltosos de classe média”, rebeldes sem causa, como o fez Jabor:

... No fundo, tudo é uma imensa ignorância política, é burrice, misturado a um **rancor** sem rumo; há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante contra um islamismo fanático; mas aqui, se vingam de que? Justamente, a causa deve ser a **ausência de causas**. Ninguém sabe mais por que lutar num país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui há um ano e meio ... (REVOLTOSOS [...], 2013, s.p. grifo nosso).

Fazendo-se uma análise histórica dos atos, algo que impressiona é a completa omissão da grande mídia empresarial quanto à proposta de gratuidade nos transportes públicos e o seu histórico na cidade de São Paulo. Data de 1990 o projeto de lei que a então prefeita, do Partido dos Trabalhadores, Luiza Erundina, propôs ao legislativo municipal com fim de garantir a completa gratuidade no transporte público, mediante a majoração de tributos progressivos, tais como o IPTU:

Erundina enfrentou a máfia dos ônibus, e uma reação em cadeia provocada pelos grandes empresários da construção civil e dos lojistas. Movimentos contrários dos chamados bairros nobres, como Cidade Jardim, Higienópolis, Moema, pipocaram. Foi uma coisa medonha no nível da sociedade civil, e os empresários de ônibus se mancomunaram com a Câmara Municipal para impedir a aprovação do projeto (CHAUÍ, 2013b).

Tal projeto de lei fora completamente banido das linhas editoriais da grande mídia empresarial ao longo de junho; isso porque ele tocava no ponto nefrágico do sistema: era a prova cabal de que o senso comum – “todos os políticos são iguais”⁴ –, omite que as relações do Estado se

⁴ Percebe-se, de fundo, a inspiração liberal: o Estado existe para possibilitar a convivência harmoniosa e se encontra acima dos interesses de grupos e classes sociais, buscando dirimir os conflitos naturais à essência humana. O político profissional, portanto, mostra-se quase como alienígena imparcial à órbita mundana e, quando há desvios, seus atos destinam-se a atender os seus interesses meramente particulares e privados.

revelam como de poder, em que classes e grupos disputam o seu sentido. Dessa maneira, com esse discurso ideológico, preservavam-se os interesses econômico-empresariais, descredibilizava-se a esfera política e, ao mesmo tempo, retirava-se qualquer sentido das manifestações.

Ao amanhecer do dia 13, coincidindo com a incisiva opinião de Jabor, nas principais bancas de jornais da cidade, em uma tabelinha entrosada, estilo Romário-Bebeto, os dois maiores jornais do estado terminavam a construção da linha editorial que se pulverizava pelo país: a *Folha de S.Paulo* convocava a “Retomar a Paulista” e o *Estadão* declarava “Chegou a hora do basta”. O *Estadão* exigia a responsabilização de entidades e de partidos políticos que lideravam o movimento:

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a **diversidade dos grupos** que o compõem – **anarquistas**, **PSOL**, **PSTU** e **juventude do PT**,⁵ que têm em comum o radicalismo –, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo (CHEGOU[...], 2013. s.p. grifo nosso).

Exigia também, de maneira marota, que a Polícia Militar agisse com rigor e, pelo visto, deixou a mensagem de que seria conivente com a repetição de abusos praticados em atos anteriores:

... (que o governador) determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a **fúria** dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade ... os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e **aterrorizaram** a população ... Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou **apreensivos** milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação (CHEGOU..., 2013, s.p. grifo nossos).

Já a *Folha de S.Paulo*, em seu editorial, não abriu brechas para dúvidas quanto ao objetivo do movimento:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens **predispostos à violência**⁶ por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: **transporte público de graça**. O irrealismo da bandeira já traz a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus? (RETOMAR [...], 2013, s.p. grifo nosso)

Dessa maneira, nas mídias empresariais televisivas e impressas, a linha editorial ora criminalizava o movimento e o vinculava à violência, ora deslegitimava as suas pautas, impedindo o

⁵ A mídia empresarial reconhecia, portanto, que os atos foram inicialmente puxados por organizações, entidades e partidos políticos de esquerda.

⁶ Alguns dos grifos destes editoriais refletem, novamente, o que foi toda a cobertura da mídia empresarial durante esta fase, em que o discurso ideológico de atrelar o movimento à violência era minuciosamente construído.

debate público sobre as reivindicações. A plataforma política, local, e que colocava em xeque não o Estado em si e a qualidade das políticas públicas, mas o lucro empresarial; o direito à cidade, à mobilidade urbana e à participação popular nas decisões que influenciam o cotidiano das pessoas, era preterido. Os atos constituíam-se, pois, na negação da autonomia da economia perante a política, perante a esfera pública. Era, portanto, negar o já afirmado por Wood, em sua crítica à democracia liberal, na qual o alcance da cidadania não toca a economia:

[...] uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera ‘política’ formalmente separada, enquanto a economia seguia regras próprias. Se já não era possível restringir o tamanho do corpo de cidadãos, o alcance da cidadania podia então ser fortemente limitado, mesmo sem a imposição de limites constitucionais (WOOD, 2011, p. 174-175).

Aquela linha editorial, de maneira articulada, varou o dia; no final da tarde, era a vez do apresentador do “Jornal” televisivo *Brasil Urgente*, José Luiz Datena (2013), esbravejar, atônito, ao notar que o resultado da enquete “você é a favor desse tipo de protesto” fora positivo. Adicionara, então, “baderna” ao texto da pergunta e perdeu novamente a votação.

Durante o anoitecer, a mídia de canal fechado insistia na mesma linha editorial ao transmitir, ao vivo, a manifestação. Ali, ainda sem saber o que realmente ocorria na cidade e sem uma compreensão totalizante do que se passava, já alertara que a cobertura midiática destoava completamente da realidade:⁷

Ao assistir à cobertura das manifestações como se fossem cenas de guerra ao longo desta noite, em canais fechados – já que isto não seria pauta importante para os canais abertos – imaginei que, caso não detivesse o poder da visão, estaria convicto de que os manifestantes estavam armados até os dentes. Nos dois canais de jornalismo se passou a impressão de manifestações descontroladas, desgovernadas, violentas e perigosas. Chegou-se a apoiar – timidamente, é verdade – o projeto de lei que busca enquadrar movimentos sociais na tipificação de terrorismo. Citaram que, frente à nossa ‘tradição pacífica, esses atos fogem e muito do nosso padrão de normalidade’ (VALENÇA, 2013, s.p.)

O que se seguiu ao longo da noite, entretanto, desmentiu tudo que se disse nas 24 horas anteriores. Uma brutal repressão policial, que não poupou nem os jornalistas,⁸ prendeu centenas de pessoas, deixou inúmeras gravemente feridas, prendeu um jornalista da *Carta Capital* por portar vinagre,⁹ e quase cegou uma repórter da *Folha de S.Paulo*, imagem que girou o mundo.

Se as redes sociais, ao contrário do que viria afirmar a grande mídia empresarial, não foram as responsáveis pelas mobilizações, neste momento, elas cumpriram um papel central. Inúmeras fotos, vídeos de celulares e relatos circularam incessantemente ao longo da madrugada. Sem

⁷ Nesta noite, eu estava desenvolvendo um projeto e me senti profundamente angustiado ao ouvir a cobertura midiática que adentrava do outro cômodo da casa, semelhante a um torcedor que acompanha o jogo mediante transmissão a rádio. Ao correr para o outro quarto, me senti no estádio.

⁸ Foram nove os jornalistas atingidos e, pelo vídeo, vê-se que a ação repressiva foi deliberada e naturalizada, como em um campo de guerra (REPÓRTER..., 2013b).

⁹ O jornalista Piero Locatelli foi detido por portar vinagre logo no início do ato, junto com dezenas de militantes (REPÓRTER..., 2013a).

esse material, dificilmente haveria a publicização de tantos atos à margem da lei, e consequentemente, a necessidade de alteração urgente da linha editorial.

O consenso produzido ao longo da década de neoliberalismo de governo federal tucano, fundado na crença de um teor “antidemocrático”, agressor do “direito de ir e vir”, “baderneiro” e “vândalo” de atos e protestos de rua; no esvaziamento da esfera pública e na pretensão da mídia de deter o monopólio do espaço público, de fazer a pauta pública e dirigir o país como se não fossem empresas privadas (CHAUI, 2013a), ruiu em uma semana.

Esse consenso, que é parte central da hegemonia das classes dirigentes brasileiras, ao ser posto em xeque, levou a novos discursos ideológicos e a toda uma trama de omissões e de lacunas propositalmente articuladas, com vistas a disputar o sentido dos atos que viriam. Manter a linha editorial anterior levaria a grande mídia empresarial à perda completa de legitimidade, poderia colocar o governo aliado – do estado de São Paulo – em apuros e, principalmente, restariam brechas para que o debate que iniciou as mobilizações adentrasse na esfera pública e permeasse os corações e as mentes: a repressão policial se deu para proteger o lucro empresarial e impedir o transporte público realmente público: gratuito.

Por fim, para completar o contexto desta fase, importa ainda ressaltar a demora do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), em anunciar a revogação do reajuste, o silêncio da presidenta da República e a anterior disponibilização por parte do Ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, das Forças Nacionais para atuar nos conflitos. Tais elementos facilitariam a nacionalização do conflito e o estímulo ao sentimento do “é tudo igual, estamos contra tudo”.

Ali, encerrava-se a fase da criminalização.

3.2. A FASE DA COOPTAÇÃO

No dia seguinte, o MPL convocou novo ato, agora sob outra cobertura midiática: a repressão denunciada nas redes sociais levou a grande mídia empresarial a recuar. Dessa vez, o ato reuniu dezenas (ou centenas, a depender da fonte informativa) de milhares de pessoas, e, também, estouraram manifestações em todo o país. Até o fim de semana, não pararam de acontecer atos em solidariedade aos manifestantes de São Paulo, pela revogação dos reajustes de passagens e pelo passe livre, inclusive nos interiores dos estados.

O apoio popular “já deixara claro que o bloqueio à política – não o da polícia – havia, de algum modo, sido rompido” (VIANA, 2013, p. 56). Fazia-se premente a reestruturação do discurso da mídia e de sua legitimidade.

A partir daí, o tom seria de apoio irrestrito às manifestações, de um lado e, de outro, mostrar que elas não eram por apenas vinte centavos. Quanto ao primeiro aspecto, a inversão ideológica que perdurara por décadas – pela qual pequenos grupos que se excediam em manifestações de rua acabavam por caracterizá-las por completo – viu-se desfeita: a partir daquele momento os atos eram em si pacíficos e, pequenos grupos, sempre ao final deles, cometiam excessos injustificados. Em paralelo, os partidos de esquerda, aqueles que eram responsabilizados pela “baderna” dos

primeiros atos, agora, seriam oportunistas. Teriam eles chegado após o “gigante acordar!”, para dele se apropriar e se beneficiar? Uma linha editorial de caráter cirúrgico, tênue e subliminar, passou a associar os grupos, as entidades e os partidos à violência nos atos. Manifestantes, pacíficos, diziam que não os queriam, nem os seus símbolos e nem as suas bandeiras. Essa cobertura da mídia, meticulosa, selecionava imagens e episódios e, assim, encobria não apenas a história e o sentido dos atos, mas também a organização de setores de extrema direita e a extrema violência contra manifestantes de esquerda que apenas externalizavam suas preferências políticas. É nesse sentido que se deu a cobertura, por exemplo, da expulsão de uma dupla de militantes do PCR do ato na Praça da Sé, em São Paulo (PCR [...], 2013).

Os atos, então, eram do “brasileiro”, do “cidadão”, do “povo”. E Jabor, “arrependido”, pediu desculpas, não para reconhecer os equívocos de sua exposição anterior, mas para usurpar o protagonismo dos atos e a sua plataforma política:

À primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu ... Entre nós, quase tudo acabava ou em pizza ou em paralisia entre os três poderes; o Brasil parecia desabitado politicamente; de repente reapareceu o **povo**; de repente o Brasil virou um mar; uma juventude que estava calada desde 1992, uma juventude que nascia quando Collor caía, acordou, abriram os olhos e viram que temos democracia; mas uma República inoperante. Os jovens acordaram porque ninguém aguenta mais ver a República paralisada por interesses **partidários** ou **privados** ... (“EU ERREI” [...], 2013, s.p. grifo nosso).

Na TV, Jabor retira de cena os protagonistas do processo, e evoca “o povo” como um conjunto de indivíduos que poderiam fazer surgir a vontade geral. Já no rádio, inicia-se o processo de conformação do que seria essa vontade geral.

Mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia ficou claro que o movimento passe livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 92 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. Hoje eu acho que o MPL expandiu-se como força original, até mais rico que os caras-pintadas, por não terem um rumo, um objetivo certo, *a priori*. [...] Não vivemos de acontecimentos, mas só de incertezas ... tudo está parado e essa oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno pode sair muita coisa, muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos, exemplo, não basta lutar genericamente contra a corrupção, há que se deter em fatos singulares e exemplares como, por exemplo, a terrível ameaça da PEC 37 que será votada em uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba, na prática com o Ministério Público e que pode reverter as punições do mensalão, podem acabar até com o processo da morte do prefeito Celso Daniel [...] (“EU ERREI” [...], 2013).

Assim, o ato convocado pelo MPL da segunda-feira foi noticiado pela Globo como sendo ato contra o aumento das tarifas e o “custo de vida”. Estava, pois, feita a ligação para a tentativa de apropriação das mobilizações para uma plataforma conservadora, de programa aberto, nacional e antigoverno Dilma. Não era mais por apenas vinte centavos. Menos ainda pelo fim do lucro empresarial e implementação do transporte público gratuito como direito à cidade e à mobilidade urbana – proposta de refundação de cidades sustentáveis. Nem por uma democracia real e superação do modelo democrático liberal-representativo. Era contra a corrupção. Contra

o mensalão. Contra a PEC 37. Contra a Copa e os megaeventos.¹⁰ Em poucos dias, construiu-se um novo consenso: participar dos atos era uma demonstração de patriotismo, de felicidade, que deveria envolver toda a família.

Some-se a isso a ação desastrosa do prefeito de São Paulo de revogar os reajustes ao lado do governador do estado, abrindo margem para reforçar, novamente, o discurso de que “é tudo igual”.

A esquerda brasileira, desnorteada, não compreendeu a rápida mudança de conjuntura política. O presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, em desastrosa nota, convocou a militância para o ato do dia 20, como se esta nunca tivesse ido às ruas em defesa do passe livre; os partidos que se situam no campo de oposição de esquerda ao governo, preocupavam-se apenas em tecer justas críticas a Haddad e a Dilma. As centrais e outros movimentos sociais demoraram para perceber que pairava no ar um clima antiorganização popular, contra o conteúdo das bandeiras vermelhas.

E, então, no dia 20 de junho, milhões de brasileiros foram às ruas. Provavelmente, desde 1964, fora a primeira vez que empregadores dispensaram formalmente seus trabalhadores de suas jornadas de trabalho. A rede *Globo* suspendeu a sua programação oficial e de telenovela para dar cobertura completa de quando o “Gigante Acordou”.

De maneira persistente, a agressão de grupos neofascistas e desavisados aos militantes de esquerda fora escamoteada. Em São Paulo, militantes foram expulsos do ato; em Natal, além de expulsos, entre os militantes, o presidente do PSTU teve de ser hospitalizado e um dos filia-dos históricos do PT no estado, ex-presos político e vítima de tortura durante a ditadura militar, também foi fortemente agredido; no Rio de Janeiro, militantes foram violentamente agredidos até terem suas bandeiras e camisas rasgadas, o que demonstra que, para além da não participação, também se buscava rasgar os símbolos e os seus significados. Resgatou-se, pois, algo que Chauí considera cotidiano na sociedade brasileira:

[...] a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2006, p. 7-8).

Como afirma Secco (2013, p. 74), “é preciso lembrar que a taxa de apartidarismo por parte da população sempre foi alta no Brasil, uma vez que os partidos burgueses e as instituições representativas nunca vicejaram entre nós”. Acrescente-se, ademais, a ação da mídia nestes últimos anos contra a política, visando torná-la “por essência corrupta, os partidos e a política” (CHAUÍ, 2013a, p. 11). Todavia, a rápida e precisa produção do discurso ideológico, omitindo diversos fatos e elementos, com vistas a manter a hegemonia das classes dirigentes, cumulado com os

¹⁰ Havia desde antes do início dos atos pelo passe livre mobilizações contra as violações de direitos humanos – especialmente de moradia – decorrentes da Copa, grandes obras e megaeventos. Todavia, é somente a partir deste momento que tais demandas são aceitas e publicizadas pela grande mídia empresarial, bem como recepcionadas por pessoas não organizadas, que não estavam desde o início em diálogo com aquelas questões.

equívocos das lideranças de esquerda, é que possibilitou a ascensão do sentimento antipartidário e antiorganização e a tomada dos atos para outra direção.

Superavam-se, pois, os seus elementos iniciais – a luta política se instaurara, inicialmente, com claro componente de classe ao ser contra o reajuste, mas também em defesa da gratuidade do transporte público, e organizada por entidades e agremiações de esquerda. Em seu lugar, os atos transformaram-se em manifestação de civismo, de um patriotismo de brasileiros que exigiam melhores serviços públicos, que criticavam os gastos com a Copa e a corrupção generalizada; resumindo, que simbolizavam o “acordar do gigante”. E, por ser antes de tudo a expressão do descontentamento em relação a qualquer assunto,¹¹ por conseguinte esse percurso representara a ponte entre o início dos atos e a crítica à presidenta da República.

A melhor síntese deste cenário encontra-se no depoimento de Dani Schwery, integrante da juventude do PSDB e ex-candidata a vereadora em São Paulo, que, ao ser questionada do porquê de ela ter resolvido ir justamente naquele momento para as manifestações de São Paulo, ela retruca:

Porque essa manifestação agora tá com cara de uma manifestação de brasileiro; são os brasileiros que estão protestando. O Brasil é verde e amarelo, o Brasil não é vermelho, o Brasil não é do PT. Então quando eu vi o pessoal lá se juntando prá ser até contra a depredação, falando: “não, não esse movimento não tem nada a ver com isso”; isso me animou. Ou ver então que o pessoal estava expulsando o pessoal do PSTU, PSOL, eu falei: ‘ah, isso é bacana’. Porque é esse tipo de coisa que tem que acabar, esse pessoal que tem mania de ficar organizando as minorias para incitar o ódio, a rivalidade. E tem interesses que são de bens sociais, coletivos, e acho que esse movimento mostrou isso, é o brasileiro recuperando a sua identidade. Isso é lindo, por que não vamos participar? Isso é muito bonito. Aqui tá cada um com sua motivação que não é só os 20 centavos e é bacana; e até porque, vamos falar a verdade, o Passe Livre óh, se...; eles tavam numa pegada de de repente ir prum ato meio comuna ... o Brasil é isso, é alegria, chegar num protesto com felicidade, com sorriso, sem protestar ... o pessoal do Passe Livre não emplacou, o movimento foi maior que eles, maior que o interesse deles. Eu vi que o pessoal no Facebook, nas redes sociais e aqui, não tava exatamente criticando que o transporte seja cobrado, mas é o como, como fazer ... (DANI..., 2013).

O depoimento de Dani Schwery extravasa – diga-se de passagem, por pura ingenuidade – o intuito de setores das classes dirigentes brasileiras que, de maneira articulada, ressignificaram a liderança e o conteúdo das Jornadas de Junho. Os partidos e organizações de esquerda foram repelidos; em seus lugares entraram os brasileiros, felizes e despidos de quaisquer conflitos, classes e grupos historicamente desprivilegiados frente a outros. A pauta do passe livre e direito à mobilidade urbana, ressignificada para a pauta dos *serviços* de transporte público. O problema revelava-se como gnosiológico e não ontológico – localizava-se no *como* e não na *essência*: era algo gerencial e de qualidade de serviços públicos, e não de modelo de sociedade e urbanização.

Por mais que tivessem que noticiar a sublevação popular a partir de helicópteros, prédios, repórteres desconhecidos e sem identificação nos microfones e roupas; por mais que tivessem os seus carros e as suas sedes atacadas nos atos que se seguiram, a grande mídia empresarial (e as classes dirigentes) conquistou, ali, razoavelmente, o sentido dos atos. Parcelas significativas

¹¹ Durante o ato em João Pessoa, por exemplo, presenciei desde manifestações contra Feliciano e pelos direitos LGBTTs a dois cartazes, em momentos distintos do trajeto, com os dizeres “Só Jesus Salva”.

dos próprios manifestantes o incorporaram; entidades e organizações de esquerda, mesmo que parcialmente, também.¹² A mídia internacional seguiu o mesmo caminho; tanto que até a rede de comunicação não empresarial *Telesur* atribuiu a queda da popularidade da presidenta aos protestos por “mejores servicios públicos, contra la corrupción y el millonario gasto público en los estadios para el Mundial de fútbol de 2014” (DILMA..., 2013). Encerrara-se, pois, a segunda fase.

3.3. A FASE DO ESVAZIAMENTO

Após o dia 20 de junho, seguiram-se ainda inúmeros atos, porém, com proporções bem inferiores às registradas naquele dia:

Figura 1 – Quantas pessoas foram às ruas

Quantas pessoas foram às ruas

G1 passou a fazer a estimativa do número de manifestantes a partir de 17/6*



*A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês
Fonte: PM, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NiTrans

Fonte: G1 – O portal de notícias da Globo, disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em: 14 jun. 2013

A presente pesquisa não se propõe a esmiuçar o que levou à redução na intensidade dos atos. Todavia, alguns elementos podem ser levantados para fins de posterior investigação:

A) Cansaço natural dos atos e conquistas econômicas

É humanamente inviável a manutenção de mobilizações de massa por muito tempo, seja em função de questões objetivas – disponibilidade de tempo, prejuízos no emprego, na educação, entre outros –, seja em decorrência de motivações subjetivas – exposição psíquica a constantes momentos de tensão e imprevisibilidade. Ademais, houvera a revogação do aumento das passagens em mais de 100 municípios e, a esta altura, a ideia Passe Livre estava razoavelmente distante do imaginário da maioria das pessoas. Dessa maneira, em algum momento, haveria o decréscimo dos atos, sendo que, de outro lado, permanecem abertas as portas para futuras mobilizações (veja-se o caso da Primavera Árabe).

¹² Remeto o leitor à análise de Arielli Moreira, da Anel, disponível no início do presente artigo.

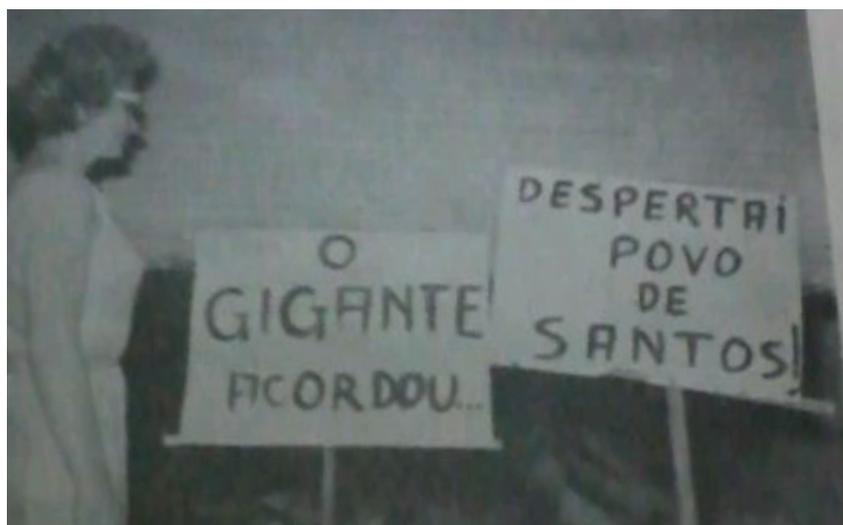
B) Resposta do Governo Federal

Não se pretende, aqui, adentrar profundamente no mérito do pacto de cinco pontos proposto pelo Governo Federal. Apesar de fortes limitações,¹³ entretanto, a proposição de reforma política, mediante um plebiscito popular, pela primeira vez desde 2003 demonstrou a disposição do governo central para uma reforma estrutural. E, inclusive, fez com que todas as atenções e artilharias fossem deslocadas para a reforma. Partindo-se de concordâncias ou não para com as ações do Governo, é notável como a postura proativa incomodou e desnortou os setores que agiram de maneira estratégica ao longo do mês de junho. Dar centralidade à reforma política era dizer em alto e bom som: “*vocês insistem em corrupção, mas não apresentam o caminho para superá-las; eis aí uma via*”. Por isto, a linha editorial, a partir daqui, da grande mídia empresarial, volta-se ao institucional e, cada vez mais, se reafirma, de maneira direta¹⁴ ou velada, que decisões complexas competem aos técnicos, à burocracia, e não à participação popular.

C) A possibilidade de unidade nas esquerdas

Após o ocorrido em 20 de junho, os diversos setores e tendências que compõem o campo da esquerda saíram em busca de unidade. Na realidade, para além de disputar o sentido dos atos, pairava certo temor quanto às diversas manifestações fascistas que se revelaram no dia 20 de junho, e a – remota ou não – possibilidade de quebra da institucionalidade.

Figura 2 – O Gigante Acordou



Fonte: Foto tirada pelo próprio autor, a partir do livro de Matias (1964)

Não demorou para que se apercebesse que os elementos do patriotismo e do civismo, aliados à crítica genérica e diluída e à centralidade da temática da corrupção, constituíam cenário

¹³ Note-se o quão delicada foi a defesa de tipificação do crime de corrupção enquanto crime hediondo, num contexto de plataforma de esquerda ou centro-esquerda.

¹⁴ A revista semanal *Veja* chegou a não apenas ridicularizar a proposta de plebiscito, mas, também, a insinuar que beneficiários de programas de transferência de renda deveriam perder o direito ao sufrágio, em sua edição de 10 de julho.

que recordava o ano de 1964. Descobriu-se, inclusive, que o slogan “O gigante acordou”, embalara milhares de brasileiros de setores médios conservadores naquele ano.

Perante este contexto, tirou-se uma agenda de mobilizações unificadas das esquerdas, bem como plataformas comuns fundadas em mudanças estruturais. Intelectuais dos campos liberal e conservador brasileiro alertaram, então, sobre os riscos de, por um lado, levar-se à unificação de setores de esquerda (AZEVEDO, 2013)¹⁵ e, de outro, da possibilidade de ações mais concretas do Governo Federal quebrando-se a coalizão de classes e partindo-se para proposições de reformas estruturantes com vistas à sobrevivência política.¹⁶ Dessa maneira, houve um processo de tentativa de desmobilização social, sendo que os atos voltaram a ser coordenados e puxados por entidades sindicais, partidos de esquerda e movimentos sociais.

Como dito anteriormente, tais perspectivas apenas apontam algumas possibilidades para uma pesquisa aprofundada. Provavelmente, as três façam parte das respostas, bem como outras se adicionem. Todavia, o que não deixa dúvidas, é que aquele ideário de ato construído pelas classes dirigentes brasileiras, com seu cume no dia 20 de junho, foi cada vez mais abandonado e voltou a ceder espaço para as construções simbólicas que prevaleceram ao longo das nossas últimas décadas. A violência, os transtornos, cada vez mais voltaram à centralidade da agenda política e à “análise” das manifestações pela mídia empresarial; assim como a própria agenda institucional, onde deveria se concentrar, para aquela, todo o debate da esfera pública.¹⁷

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Jornadas de Junho entraram para a história do país. Elas reverteram reajustes do transporte público em mais de cem municípios e, provavelmente, serão tenebrosas lembranças quando os líderes dos poderes públicos municipais refletirem sobre novas majorações. Não se pode negar o feito de terem levado às ruas mais de um milhão de brasileiros, em sucessivos atos e explosões populares. Todavia, seus elementos e resultados não apontam para o fim das organizações e das militâncias tradicionais de esquerda nem para o fim das análises totalizantes em prol de novas formas de ação social e pluralidade de sentidos. Tal proposição representa, em verdade, a corrupção da significação inicial dos atos em prol da manutenção do *status quo* e da perda da pujança combativa dos próprios atos. Não se quer, aqui, negar que as Jornadas foram algo distinto e novo em relação ao que vivenciávamos em termos de ação política. E que, nesse sentido, tanto a *web*

¹⁵ Inclusive com uma inflexão do PT para a esquerda; ver artigo de Reinaldo Azevedo, em que ele afirma que “os liberais do miolo mole coloquem o burro na sombra: o movimento que está nas ruas provocará uma reciclagem do PT pela esquerda, poderá tornar o resultado das urnas ainda mais inóspito para a democracia e para a racionalidade e tentará deixar o país à mercê de grupelhos organizados”.

¹⁶ Aqui já era sentida a queda brusca da popularidade da presidenta, em contexto que relembra o momento da crise do “mensalão”: desgaste do governo, até quase se propor o *impeachment* e posterior mobilização das esquerdas com recuo conservador.

¹⁷ Isso aparece de maneira mais clara quando, ao se propor a reforma política, inúmeros são os editoriais, tal como o da revista *Veja*, que coloca a impossibilidade de questões técnicas serem decididas por cidadãos comuns e, diga-se de passagem, desqualificados para a decisão política.

enquanto instrumento de mobilização quanto à perda do poder de direção no decorrer dos atos, saltou aos nossos olhos. Isso, entretanto, não pode ser descolado da materialidade, idealizado, com fins de transformar a *web* no espaço contestatário e mobilizatório, bem como a perda de direção política como o anunciar das mobilizações que virão neste século XXI e o caducar das do século XX e as suas organizações. Tal idealização atende, em verdade, a interesses do *status quo* na luta política, justamente por levarem à minimização da plataforma política e da capacidade contestatória enquanto classes trabalhadoras.

As Jornadas revelam-se alinhadas às categorias *hegemonia* e *ideologia*. Partindo delas, foi possível demonstrar o momento e as razões que levaram atos que já apresentavam solidez a uma dimensão completamente inesperada. Dissecou-se, também, como uma plataforma política de perspectiva de esquerda e de classe – principalmente no tocante ao passe livre – transformou-se em poucos dias em algo fluido e voltado à instabilidade do governo federal, em favor de setores dominantes. Aqui, novamente o marxismo revela-se atual, uma revolta popular contra o reajuste que, como todas as ações governamentais de caráter impopular não passara por uma esfera pública; com seu ápice devido à extrema violência policial e à manipulação dos grandes meios empresariais de comunicação, teria grandes chances de canalização da insatisfação para reformas estruturais vinculadas a estes aspectos: mobilidade urbana como direito humano – e concretização do passe livre –, ressignificação do papel das forças coercitivas do Estado, reconfiguração do modelo democrático a partir da participação popular e da comunicação como direito humano.

Ocorre que, se as explosões populares com frequência se dão de maneira espontânea, como já relatava Luxemburgo (1979), e não compete às direções políticas determinar a seu bel prazer tal momento, faz-se necessário que aquelas percebam os elementos constitutivos dos conflitos, as alterações de conjuntura, e confirmem a esses elementos, a partir de uma perspectiva totalizante, uma politicidade à demanda imediata que levou à sublevação inicial. Ao invés de proclamar a obsolescência e a dispensabilidade dos partidos, as Jornadas revelaram a importância da organização partidária (LÊNIN, 1979), que detenha acúmulo teórico, práxis política, política de comunicação, extrema organicidade, que venham a possibilitar o enfrentamento dos novos contextos de lutas de classes e das disputas de hegemonias.

Milhares dos jovens que protestaram em junho desconhecem o antigo projeto de transporte gratuito da prefeitura de São Paulo da década de 90, desconhecem o debate sobre o direito à cidade; conhecem, ao invés disso, a explosão social que aflora numa metrópole brasileira. Àqueles elementos os ligam a anos de militância e de participação política. No entanto, apenas conseguem sobreviver em nossas realidades urbanas. O discurso ideológico antiorganização representava a exclusão destas, mas, também, a possibilidade de alteração conservadora da pauta política dos atos e a impossibilidade de seu aprofundamento para questões estruturantes da realidade brasileira.

As esquerdas brasileiras, tendo acumulado razoável déficit organizativo nesta última década, viram-se, pois, surpreendidas pela dialética e pela disputa de hegemonia.

REFERÊNCIAS

AS DECLARAÇÕES do Sr. Promotor de Justiça Rogério Zagallo. Brasil de Fato. São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13258>. Acesso em: 18 jun. 2013.

AZEVEDO, R. **Os liberais do miolo mole coloquem o burro na sombra:** movimento que está nas ruas provocará uma reciclagem do PT pela esquerda, poderá tornar o resultado das urnas ainda mais inóspito para a democracia e a racionalidade e tentará deixar o país à mercê de grupelhos organizados. E a nota asquerosa do PT. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/os-liberais-do-miolo-mole-coloquem-o-burro-na-sombra-movimento-que-esta-nas-ruas-provocara-uma-reciclagem-do-pt-pela-esquerda-podera-tornar-o-resultado-das-urnas-ainda-mais-inospito-para-a-democracia/>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, M. **Brasil:** Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, M. A revolta urbana. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, n° 197/2013, p. 10-14. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Lilian Primi e Wagner Nabuco, 2013a.

CHAUÍ, M. **Exclusivo:** Marilena Chauí pede que Haddad quebre o cartel dos empresários de ônibus. São Paulo, Rede Brasil Atual, 2013b. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/e-preciso-quebrar-o-oligopolio-dos-empresarios-de-onibus-em-sp-diz-marilena-chaui-8389.html>. Acesso em: 20 jun. 2013b.

DANI Schwery no protesto. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KmytCM1le7M>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DATENA e enquete sobre protestos. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DILMA Rousseff aumenta popularidade perdida tras protestas sociais. Telesur, 10 set 2013. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/articulos/2013/09/10/presidenta-de-brasil-aumenta-popularidad-perdida-tras-protestas-sociales-d-ejunio-5716.html>. Acesso em: 12 set. 2013.

CHEGOU a hora do basta Editorial. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.

RETOMAR a Paulista Editorial. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2013.

“EU ERREI” diz Arnaldo Jabor. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DleWPclxF00>. Acesso em: 25 jun. 2013a.

“EU ERREI” é muito mais que vinte centavos. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=I15sc85hO-g>. acesso em: 25 de jun. de 2013b.

LÊNIN, V. I. **O QUE FAZER:** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979.

LUXEMBURGO, R. **Greve de massas, partido e sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1979.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *In:* MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MATIAS, R. **MARCHA DA FAMÍLIA:** com Deus pela liberdade – Um ato de fé numa hora de trevas. São Paulo: Tietê, 1964.

CARVALHO, M. A tarefa é fortalecer as lutas sociais. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, nº 196/2013, p. 32-36. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco.

MOREIRA, A. A tarefa é fortalecer as lutas sociais. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, nº 196/2013, p. 32-36. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, É. de. A tarefa é fortalecer as lutas sociais. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, nº 196/2013, p. 32-36. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco.

PCR é expulso da Praça da Sé. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0cG1q4T3CYk&feature=youtu.be>. Acesso em: 25 jun. 2013.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REPÓRTER da Carta Capital é detido por portar vinagre. 2013a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5w1fxiXxdbw>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REPÓRTER é atingida por bala durante protesto. 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-6gjEufJ1s>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REVOLTOSOS de classe média não valem vinte centavos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IyiQH4QAbuQ>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SADER, E. **Gramsci: poder, política e partido**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VALENÇA, D. A. **Quando os discursos se desmancham no ar**. De Olho no Discurso, Natal, 14 de junho 2013. Disponível em: <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2013/06/quando-os-discursos-se-desmancham-no-ar.html>. Acesso em: 14 jun. 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

DISPUTAS HEGEMÔNICAS NOS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013

HEGEMONIC DISPUTES IN THE MOVEMENTS OF JUNE 2013

Angelo Girotto Neto¹

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN)

<https://orcid.org/0000-0001-8794-0799>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os marcos ideológicos das disputas hegemônicas que envolvem os protestos de junho de 2013, tendo como agentes analisados os grupos sociais que disputaram sua orientação política. Parte-se de uma revisão bibliográfica completada por documentos da época para defender a hipótese de que durante os eventos de 2013 dois campos políticos – um representado pelas forças aliadas ao governo petista de Dilma Rousseff; outro pela oposição conservadora capitaneada pela mídia constituída em partido nos termos gramscianos – disputaram os sentidos das manifestações, gerando um impasse político que culminou no abandono temporário das ruas pelas principais forças políticas do país.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos de junho de 2013; política brasileira; disputas hegemônicas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the ideological frameworks of hegemonic disputes involving the June 2013 protests, having as agents analyzed the social groups that disputed their political orientation. It starts with a bibliographical review completed by documents from the time to defend the hypothesis that during the events of 2013 two political fields – one represented by the forces allied to the PT government of Dilma Rousseff; the other by the conservative opposition led by the media constituted in a party under Gramscian terms – they disputed the meanings of the demonstrations, generating a political impasse that culminated in the temporary abandonment of the streets by the main political forces in the country.

KEYWORDS: june 2013 movements in Brazil; Brazilian politics; hegemonic disputes.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Contato: angelo-girotto@gmail.com

INTRODUÇÃO

A expressão *a voz das ruas* – frequentemente antecedida pelo artigo definido no singular, como aqui grafada – passou a compor o léxico do debate público acerca das questões políticas e sociais brasileiras da contemporaneidade. Ela remete aos protestos que tiveram curso no Brasil – em seus momentos de maior mobilização – entre junho e julho do ano de 2013, eventos doravante denominados Movimentos de Junho e que são o tema deste artigo.

Exemplar desse fenômeno, a presidente Dilma Rousseff – em pronunciamento à Nação – disse ter “a obrigação de ouvir a voz das ruas” (ROUSSEFF, 2013). Manuel Castells, sociólogo espanhol, declarou em entrevista que “Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas” (2013). Nos programas televisivos, os *especialistas* “traduziam” *a voz das ruas* para os próprios manifestantes. O termo também esteve presente na campanha eleitoral sob diversas outras denominações, mas com sentido análogo.

Um questionamento inicial, que surge do uso da expressão, diz respeito a como é possível falar em *a voz das ruas* diante de protestos que mobilizaram distintos estratos sociais, de identificação ideológica, níveis de renda, idade e escolaridade que abarcam um recorte amplo da sociedade brasileira.

Decorre dessa contradição que a expressão *a voz das ruas* é primeiramente índice da tentativa de apropriação dos sentidos e da simbologia dos protestos de 2013 no Brasil, num esforço por conferir-lhes uma univocidade que não foi necessariamente real.

Das muitas reivindicações presentes nos maiores protestos, constavam agendas divergentes e mesmo contraditórias. Se por um lado se exigia mais e melhores serviços públicos, por outro – a pretexto da escalada inflacionária – eram os gastos públicos o alvo das queixas. Palavras de ordem contra a presença de partidos e de organizações da esquerda, e mesmo atos de violência contra os seus representantes, tornaram-se frequentes. Também entraram na rotina dos protestos apupos e canções denunciando a tentativa de manipulação da mídia, a mesma que pautara os temas mais populares nas manifestações a partir de 13 de junho de 2013. Essas suas transformações qualitativas se deram concomitantes à elevação do contingente de manifestantes e da intensidade das mobilizações, a partir do dia 13 de junho.

Este trabalho se concentra em São Paulo, no período aqui identificado como *Grande Onda*, que corresponde às semanas imediatamente posteriores ao 13 de junho. Na Grande Onda ocorreram protestos com dezenas de milhares de pessoas, a exemplo de São Paulo, que apresentou o seguinte quadro de mobilização nas duas primeiras semanas: 65 mil manifestantes no protesto de 17 de junho; 50 mil em 18 de junho; 100 mil em 20 de junho; e 35 mil em 22 de junho. As pautas se diversificaram, abarcando desde reivindicações concernentes à ampliação do acesso e da qualidade dos serviços públicos, até o descontentamento com os gastos na Copa do Mundo de 2014 e a denúncia da corrupção pública. Sua mobilização não se dava mais prioritariamente pelas redes de movimentos sociais e estudantis, mas sim por meio da imprensa, sobretudo da televisão, e de redes sociais da Internet, de forma difusa.

Este artigo traz uma exposição sucinta da pesquisa e das conclusões decorrentes da dissertação anteriormente defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o título de *A voz das ruas e a rearticulação da ideologia conservadora*, que só foi possível graças à generosa e encorajadora orientação do Prof^o Dr. José Antônio Spinelli. O recorte, aqui presente, trata dos aspectos referentes à identificação dos principais grupos sociais que protagonizaram as disputas hegemônicas durante a Grande Onda, numa constante alusão à teoria política de Antonio Gramsci (2007, 2010, 2011), ademais explicitada e situada no estudo do qual este artigo deriva. Para efeitos de concisão, remete-se ao estudo original e a outros numerosos e qualificados trabalhos sobre os autores citados e suas contribuições que seguem na bibliografia dele.

1. PROJETOS E IDEOLOGIAS DA GRANDE ONDA

Nos movimentos de junho, podemos ter nos defrontado com a expressão dos anseios de um novo proletariado, recém egresso das camadas subproletárias, que agora passaria a reivindicar direitos até então tidos como distantes, uma vez que a própria subsistência material mais básica era constantemente posta em risco, diante da precariedade dos vínculos empregatícios e a sua característica rotatividade. Essa é a interpretação de Singer (2013).

Também não é improvável que setores identificáveis como um precarizado, como expresso por Braga (2013), tenham ocorrido às ruas. Assim, demandas como a ampliação do alcance e a melhoria da qualidade dos serviços públicos puderam vir à tona na voz dessas camadas emergentes ou sazonais.

Contudo, em contraste com a análise proposta por Braga, deslocadas do centro do debate público por ocasião dos protestos, as bandeiras históricas do proletariado tiveram pouca presença nas jornadas de junho. Exemplo disso, a PEC da redução da jornada de trabalho para 40h semanais, sem redução dos salários, esteve praticamente ausente do debate público até o dia 11 de julho, quando foi resgatada e logo a seguir novamente esquecida; já questões carregadas de valorações morais como a PEC 37 dominaram a agenda pública. E como nos alertava o ex-presidente sociólogo, são as classes médias as mais sensíveis ao discurso ético, que desde a crise do mensalão virou o centro do programa oposicionista (SPINELLI; EVANGELISTA; CRUZ, 2007; NUNOMURA, 2012).

Mais que por sua presença física, ademais suficientemente demonstrada pelos estudos de Singer (2012), foi por sua presença ideológica que a classe média foi a principal protagonista dos Movimentos de Junho durante a Grande Onda.

Certa sociologia, notadamente a liberal de inspiração norte-americana, propõe classificar as classes sociais com base na renda. Dessa forma, pode ela criar a ilusão de uma mobilidade social que se verificaria no caso brasileiro pela formação daquilo a que vem se chamando *nova classe média*. É esse fenômeno a que Marcio Pochmann caracterizou como “a opção política rasteira que certos intelectuais engajados à lógica mercantil se associam com uma retórica de classe de rendimento desprovida de qualquer sentido estrutural, o que nada mais é do que a tradução do caráter meramente propagandista dos imperativos do mercado” (POCHMANN, 2012, p. 7).

Singer (2012), Chauí (2013) e Pochmann (2012) concordam que as parcelas que ascenderam economicamente sob o lulismo se incorporam à classe trabalhadora, que excedendo os limites do operariado industrial e agrícola, se torna crescentemente complexa e heterogênea.

Para Chauí, as reiteradas tentativas de inserir as novas camadas de trabalhadores mobilizadas sob o lulismo numa amorfa classe média não são despropositadas. Ao defender uma identidade de classe baseada no consumo, tal discurso cria uma força atrativa sobre a classe trabalhadora, no sentido de sua absorção à ideologia dominante e à interiorização de sentidos baseados nos valores do mercado. Ainda, o aparecimento de uma nova classe média “é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política” (CHAUÍ, 2013, p. 130).

Distinguir a nova classe trabalhadora da classe média requer diversos esforços metodológicos. É preciso compreender que distinções de renda, propriedade (casa própria, automóvel, televisão etc.) e escolaridade não justificam a clivagem de classes.

Para superar as dificuldades surgidas e possibilitar o avanço da interpretação da dinâmica de classes no Brasil contemporâneo, Chauí assume uma definição de classe análoga à de Nicos Poulantzas, para quem as “classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (1978, p. 13-14). As classes sociais, nessa concepção, não existiriam fora da luta de classes, podendo nela se inserir, mas apenas seriam classe no processo real de seu enfrentamento político.

Chauí vai se valer de concepção análoga para desenvolver uma conceituação abrangente, porém mais bem delimitada, da classe média, partindo da definição marxista clássica da pequena-burguesia, que seria o estrato social posicionado em lugar intermediário às classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado, de forma que a classe média “situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio” (CHAUÍ, 2013, p. 129).

Para Chauí, o que surgiu das transformações por que passou o país sob o lulismo foi uma nova classe trabalhadora, sobredeterminada pelas intimações do capitalismo em sua fase neoliberal.

Rejeitando a hipótese de uma nova classe média, Chauí defende que, excluídos todos esses casos de novos trabalhadores do capitalismo contemporâneo, restariam

as burocracias estatal e empresarial, o serviço público, a pequena propriedade fundiária e o pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólios transnacionais como espaços para alocar a classe média. [...] Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político [...]. Isso a coloca numa posição que a define menos por sua posição econômica e muito mais por seu lugar ideológico, e este tende a ser contraditório (2013, p. 130).

A classe média, vivendo entre o medo de descer à condição proletária e o sonho de ascender ao *status* dominante, “tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança”, o que faz com que o seu papel social e político seja “o de assegurar a hegemonia da classe dominante, fazendo com que essa ideologia, por intermédio da escola, da religião, dos meios de comunicação, se naturalize e se espalhe por toda a sociedade” (CHAUÍ, 2013, p. 131).

Predominantemente, é a ideologia da ordem e da segurança que constitui a prática social e política da classe média. “É sob essa perspectiva que se pode dizer que a classe média é a formadora da opinião social e política conservadora e reacionária” (CHAUÍ, 2013, p. 131).

Singer (2012, p. 264) também acredita na vinculação da classe média com a ideologia conservadora. Para ele, desempenhando o seu papel de formadora do pensamento conservador e reacionário, a “classe média tradicional constitui o suporte de massa da coalizão rentista”, liderada pelo capital financeiro nacional e internacional.

No campo dos interesses materiais, Singer vê “indícios de que possa ter havido achatamento nos ganhos da classe média” (SINGER, 2012, p. 142).

Já Chauí afirma, ainda a propósito da classe média tradicional brasileira, que, “No Brasil, esta se beneficiou com as políticas econômicas dos últimos dez anos, também cresceu e prosperou” (CHAUÍ, 2013, p. 130). A oposição da classe média ao lulismo se daria, portanto, muito mais devido a suas conformações ideológicas que por perdas materiais sensíveis.

Nisso tende a concordar também Singer, para quem a “rejeição da pequena burguesia às políticas de inclusão, que ela julga financiar com seus impostos, se intensifica conforme a ascensão dos pobres relativiza a superioridade social da classe média” (SINGER, 2012, p. 164).

Essa percepção de perda da distinção social e o sentimento de proximidade crescente das camadas trabalhadoras, ainda que por ascensão dessas e não por sua regressão, atingem os brios da classe média, que, do ponto de vista simbólico,

substitui a falta de poder econômico e de poder político, que a definem, seja pela guinada ao voluntarismo de esquerda, seja voltando-se para a direita pela busca do prestígio e dos signos de prestígio, como os diplomas e os títulos vindos das profissões liberais, e pelo consumo de serviços e objetos indicadores de autoridade, riqueza, abundância, ascensão social - a casa no “bairro nobre” com quatro suítes, o carro importado, a roupa de marca etc. Em outras palavras, o consumo lhe aparece como ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa tende a tomar esse imaginário por realidade e a aderir a ele (CHAUÍ, 2013, p. 132).

Ocorreu ainda que a classe trabalhadora passou, através da inserção no mercado de trabalho formal e dos programas de redistribuição de renda, a poder exigir mais. Fica cada vez mais difícil encontrar nas cidades trabalhadores dispostos a pesados e insalubres serviços informais com remuneração irrisória, como era tão comum há pouco tempo. Ressurgem os mitos sobre a preguiça nata do povo brasileiro. A redução do nível do desemprego, que na casa de 5%² está próximo ao que se considera pleno emprego na economia, fortaleceu a capacidade reivindicatória da parcela mais pobre da população e seu poder de barganha nas negociações trabalhistas.

Retornando às reflexões de Chauí sobre a classe média, vemos que outra característica fundante sua é determinada pela *estrutura autoritária da sociedade brasileira*. Tendo origem já no escravismo colonial brasileiro, a marca de nossa sociedade é o “predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece” (CHAUÍ, 2013, p. 131).

A classe média, herdeira dos hábitos senhoriais, desde sempre acostumada à farta disponibilidade de serviços, começa a sentir os impactos dessa, ainda que lenta, promoção social

² Dados referentes a agosto de 2014. IBGE. Em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 27 set. 2014.

dos pobres brasileiros. Demonstração disso foi a sua reação histórica diante da regulamentação profissional das empregadas domésticas. Apelou-se à ameaça do desemprego em massa no setor e à invasão do Estado nas relações quase familiares entre patrões e empregados domésticos (argumento que logo remete a certa visão romântica de nossa formação social que preencheu de afeto e paternalismo as cruéis relações sociais do escravismo colonial brasileiro, num claro esforço legitimador da opressão senhorial). O que está em cena, contudo, é a sensação da classe média de que perde privilégios e distinção social.

Disse Singer (2012, p. 204): “Sensível à argumentação empresarial de que a carga tributária no Brasil é excessiva, a pequena burguesia tende a constituir o esteio de massa dos movimentos por redução dos impostos”. Não à toa, críticas ao excesso de gastos do Estado, mesmo os investimentos na Copa do Mundo, tiveram ressonância na Grande Onda. A classe média se constitui, dessa forma, o lastro social da coalizão rentista, da qual é a formuladora de sua ideologia particular, caracterizada pela fé no mercado e pela rejeição à presença do Estado no processo produtivo e nas relações econômicas; na meritocracia e consequente desaprovação das políticas públicas de redução das desigualdades e inclusão social, como cotas em universidades públicas e concursos; no descontentamento com a ascensão social dos mais pobres, que seriam destinados à vida de serviços; pela defesa da ordem e da segurança.

Não à toa, Fernando Henrique Cardoso defende, em seu artigo de 2011, intitulado *O papel da oposição*, que o PSDB, principal partido formal da coalizão rentista, eleja as camadas médias da sociedade como público preferencial de sua intervenção política. Cardoso (2011, p. 02) propõe envolver no debate opositorista

toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe c” ou de nova classe média.

Mais adiante, Cardoso defende que é por meio das redes sociais que as oposições podem dialogar com esse público mais inclinado ao conteúdo de seu projeto. Ele argumenta que essas extensas parcelas da sociedade estão cada vez mais inseridas nas redes sociais da Internet, como o Facebook, Twitter e YouTube, que ele cita particularmente. Esse seria o público e esses seriam os canais com os quais e por intermédio dos quais as oposições deveriam dialogar, no intuito de mobilizar as forças que na sociedade civil poderiam levá-la a derrotar o lulismo.

Cardoso concorda com Braga (2012) e Oliveira (2010) em apontar a cooptação dos dirigentes sindicais como fator chave da hegemonia lulista. Ainda, ambos reforçam a crítica do clientelismo que teria se apossado das relações entre Executivo e Legislativo e corroboram na crítica à “adesão progressiva – no começo envergonhada e por fim mais deslavada – do petismo lulista à nova ordem e a suas ideologias” (CARDOSO, 2011, p. 01). Coadunam até mesmo na crítica de “que estamos pagando R\$ 50 bilhões por ano para manter reservas elevadas em dólares” (CARDOSO, 2011, p. 04).

Cardoso concorda com Castells quando diagnostica que diante do

o anacronismo das instituições político-partidárias, seria talvez pedir muito aos partidos que mergulhem na vida cotidiana e tenham ligações orgânicas com grupos que expressam as dificuldades e anseios do homem comum. Mas que pelo menos ouçam suas vozes e atuem em consonância com elas. (CARDOSO, 2011, p. 03)

E ainda mais adiante: “Seres humanos não atuam por motivos meramente racionais. Sem a teatralização que leve à emoção, a crítica – moralista ou outra qualquer – cai no vazio.” (CARDOSO, 2011, p. 03).

Num trecho de certo tom profético, Cardoso – que escreve em 2011 – antecipa os caminhos da oposição conservadora no junho de 2013:

Talvez as discussões sobre os meandros do poder não interessem ao povo no dia a dia tanto quanto os efeitos devastadores das enchentes ou o sufoco de um trânsito que não anda nas grandes cidades. Mas, de repente, se dá um “curto-circuito” e o que parecia não ser “política” se politiza. [...] Obviamente em nosso caso, o de uma democracia, não estou pensando em movimentos contra a ordem política global, mas em aspirações que a própria sociedade gera e que os partidos precisam estar preparados para que, se não os tiverem suscitado por sua desconexão, possam senti-los e encaminhá-los na direção política desejada (CARDOSO, 2011, p. 03).

Cardoso professa que o lulismo seria um neopopulismo latinoamericano, à peronismo, baseado no carisma do chefe, Lula, na distribuição de benefícios sociais, na cooptação dos dirigentes dos movimentos sociais e na subordinação dos sindicatos, através de apadrinhamentos e recursos públicos, bem como das relações clientelistas com o legislativo. Sua superação passaria por entender que no “mundo contemporâneo este caminho não se constrói apenas por partidos políticos, nem se limita ao jogo institucional. Ele brota também da sociedade, de seus blogs, twitters, redes sociais, da mídia, das organizações da sociedade civil, enfim, é um processo coletivo” (CARDOSO, 2011, p. 06).

2. A MÍDIA COMO PARTIDO

A classe média surge como lastro social e elaboradora a partir da ideologia específica daquilo a que Singer chamou de **coalizão rentista**, que tem no capital financeiro internacional seu grupo social determinante. Sendo o bloco social hegemônico, a coalizão rentista possui na sociedade civil uma vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, dos quais destaca-se a **mídia hegemônica**.

Gramsci compreende a imprensa tanto como “empresa capitalista”, quanto “intelectual coletivo” e “partido político”. É nessas três funções que ela surge como força política central na Grande Onda.

Um grupo social que almeje a direção intelectual e moral da sociedade precisa que suas ideias, sua visão de mundo e seus projetos alcancem senão o conjunto ao menos uma decisiva parcela da sociedade. Contudo, para sair do âmbito estrito de sua origem, a ideologia de determinado grupo social precisa se adaptar aos meios que pretende envolver, traduzindo-se e ampliando-se.

É pueril pensar que um “conceito claro”, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizadores” de clareza difusa: este é um erro “iluminista”. A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições, etc., constitui uma “especialidade”, uma “qualificação”, não um dado do senso comum vulgar. É por isso, portanto, que não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e agir homogêneo”. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares (GRAMSCI, 2010, p. 205-206).

Gramsci pensa que, se o *príncipe-condottiere* de Maquiavel é a expressão do projeto de constituição do Estado nacional, necessário ao desenvolvimento da sociedade burguesa e de suas relações sociais, o partido revolucionário é o moderno príncipe, aquele que porta o projeto de constituição de um novo Estado, expressão de novas relações de produção que são a materialização política dos interesses de classe do proletariado.

O partido revolucionário de Gramsci surge como expressão de uma dupla função política: a construção de uma nova *vontade coletiva nacional-popular* e de uma *radical reforma intelectual e moral das classes subalternas* (GRAMSCI, 2007; 2011). Ambas vêm necessariamente conjugadas à reforma econômica e expressam o papel do partido como intelectual orgânico coletivo do proletariado, produzindo suas filosofia e política próprias e cimentando através destas um novo bloco histórico edificado em torno do proletariado como classe revolucionária.

Portanto, a esfera de ação do moderno príncipe é o que Gramsci chama de *grande política*, noção que desenvolve no trecho transcrito adiante e que tem notável valor para a compreensão dos processos históricos aqui estudados:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Como agente da reforma intelectual e moral das classes subalternas e da construção da vontade coletiva nacional-popular, o partido revolucionário é mais claramente entendido se visto da perspectiva de sua função política. Tal função se materializa em três níveis de organização do partido e definem o conceito de *partido político*: a da grande política, da elaboração da filosofia e sua expressão num projeto-nacional, no cume do sistema; na base, o lastro social que porta a ideologia e o projeto formulados pelas camadas intelectuais, os membros e apoiadores do partido; e o elemento intermediário, que cria e mantém os vínculos entre os formuladores de política e a base social a que estão organicamente vinculados, os quadros, as lideranças, os intelectuais intermediários.

Visto dessa perspectiva, o partido político surge aqui liberto da visão jurídica estrita de uma agremiação formal, de uma legenda partidária. Dessa forma, o “moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um

elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2007, p. 16).

Numa metáfora a que chamou de teorema das proporções definidas, Gramsci analisa as correlações entre os três níveis da organização partidária. Essa metáfora serve não apenas para analisar o partido revolucionário como, de forma mais ampla, o conjunto das organizações políticas e culturais dentro de seus contextos e objetivos.

Para Gramsci, há uma proporção aproximada entre seus termos que torna uma organização mais eficiente, no caso do partido tal relação ocorre entre os elementos atores da grande política, a base social e difusa do partido e aqueles elementos intermediários que as vinculam física e moralmente. Ele diz que seria “possível usar metaforicamente esta lei para compreender como um ‘movimento’ ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental” (GRAMSCI, 2007, p. 84).

Assim, para se afirmar como força política nacional portadora de um projeto coletivo, o partido deve superar a difusão e a espontaneidade das massas desorganizadas – que no máximo constituiriam uma corrente de opinião – e estruturar uma organização capaz de vincular e orientar esta corrente do ponto de vista da filosofia e da grande política. Pois,

pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (que é uma quantidade “fixa”, na medida em que se pode estabelecer quantos são os componentes de cada grupo social) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2007, p. 85).

É, portanto, pelo partido político que anseios e concepções particularistas e difusas tomam corpo num projeto coletivo de expressão nacional. O partido tanto promove a organização e a articulação ideológica, quanto faz as vezes de intelectual coletivo e mobilizador das camadas sociais que lhe dão sustentação.

Conforme depreende-se já da leitura do 18 Brumário de Marx, sabe-se que o vínculo entre os intelectuais e a classe a que estão organicamente ligados não é uma tradução mecânica de sua origem de classe, de sua posição no conjunto das relações de produção capitalista, mas sim a expressão dos interesses que tais classes possuem na estrutura econômica da sociedade. Assim, reforça-se a importância dos aparelhos privados de hegemonia, cuja posse e direção por intelectuais vinculados à classe dominante forma e reproduz a ideologia dominante, inclusive mediante sujeitos oriundos das classes subalternas e por meio da cooptação de intelectuais com tendências contra-hegemônicas.

Os aparelhos privados de hegemonia representam um dado novo na concepção política gramsciana, são um índice da complexificação da sociedade civil, que possui e desenvolve uma estrutura própria e uma dinâmica correspondente. A dominação, a força, é o momento do exercício do poder na sociedade política. Já a sociedade civil é o espaço próprio do exercício da hegemonia. A direção intelectual e moral, a capacidade de atrair o conjunto, ou a maioria, da sociedade para o seu projeto, o inculcamento e a elaboração de uma ideologia determinada que legitime essa direção e esse projeto, por parte de determinado grupo social, é o que se chama

aqui de hegemonia. O exercício da hegemonia implica um constante trabalho de recriação da ideologia prevalecente na sociedade.

Esses aparelhos, na sociedade civil, são as estruturas responsáveis pelo exercício de reformar a ideologia do grupo social hegemônico. Entre eles, a imprensa é dos mais efetivos, tendo importante papel no esforço por ascender a elaboração dos intelectuais ao nível da consciência coletiva. Gramsci (2010, p. 205) dizia que “A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única”.

O jornalismo corrente do Brasil pode ser entendido nos marcos daquilo a que Gramsci chamou de “jornalismo integral”: “jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 2010, p. 197).

É nesse sentido que a mídia hegemônica surge na Grande Onda como partido político, intelectual coletivo e empresa capitalista.

Intelectual coletivo no momento em que põe suas redações a serviço da elaboração e da repetição dos primados ideológicos pelos quais buscou-se incorporar ao projeto hegemônico as massas que acorriam às ruas e as pessoas que acompanhavam o espetáculo de casa, sobretudo pela televisão. Contou para tanto com o recurso à autoridade dos especialistas que recruta para a análise e as leituras dos processos políticos que se propõem objetivo e universais. Nesse trabalho intelectual, esteve a mídia hegemônica atenta ao desenvolvimento das manifestações, às mudanças de humor e ao surgimento de novas demandas e percepções. Através do trabalho constante de absorção e de reelaboração desses sentimentos emergentes, buscou incorporá-los à sua agenda política.

A “repetição” paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental: mas a repetição não mecânica, “obsessiva”, material, e sim a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, sua apresentação e reapresentação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, situando sempre cada aspecto parcial na totalidade (GRAMSCI, 2010, p. 206).

Foi nesse esforço que os veículos da grande imprensa, componentes da mídia hegemônica, superaram a sua função de empresa capitalista e de intelectual coletivo, ascendendo, na Grande Onda, à função de partido político, o **partido da mídia**. Tal movimento foi ainda favorecido pela incapacidade mobilizadora dos principais partidos da oposição conservadora (PSDB, DEM e PPS), como bem informou Cardoso (2011).

O partido da mídia agiu sobre os movimentos estudantis de 2013, sendo a força impulsionadora principal da Grande Onda. O programa central da coalizão rentista, que consiste na manutenção ou na elevação dos níveis de rentabilidade do capital financeiro e no enfrentamento à emergência de um potencial bloco social contra-hegemônico liderado pelo PT, foi reelaborado pelo partido da mídia, num esforço constante por emplacar nas manifestações dois temas que o

traduziam para o contexto da Grande Onda: denúncia da corrupção e da inflação, que seria fruto do descontrole dos gastos públicos.

A base social com que o partido da mídia dialogou prioritariamente foram os estratos da classe média tradicional, analisados com o apoio de Chauí. Mas isso não quer dizer que ele não tenha disputado e construído consensos a partir de outros grupos sociais; pelo contrário, o que se viu foi uma constante tentativa de incorporar sob o discurso ideológico hegemônico as demandas dos mais distintos grupos sociais atuantes nas manifestações.

3. UM BLOCO SOCIAL CONTRA-HEGEMÔNICO

Para Singer (2013), os governos petistas expressariam a síntese contraditória de dois projetos, que foi possibilitada pela capacidade de “promover, simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e a inclusão dos mais pobres, com melhora relativa na situação dos trabalhadores, que permitiu a convivência dos espíritos do Anhembi e do Sion” (SINGER, 2012, p. 122). Com efeito, essa alternância ideológica no seio do Partido dos Trabalhadores não se deu – ao contrário do que faz supor as análises de Cardoso, Braga e Oliveira – desconectada de movimentos materiais das bases da sociedade brasileira em seu atual estágio de desenvolvimento produtivo e de sua inserção no cenário internacional.

Na interpretação de Singer, num campo político e social oposto à coalizão rentista próximo ao petismo, atuaria a *coalizão produtivista*, que comporta em aliança delicada os industriais e os trabalhadores. Para ele, essa

frente teria como programa controlar a entrada e saída de capital estrangeiro e diminuir os juros, cuja elevação, como já vimos, encarece os investimentos produtivos e desvaloriza o real, barateando as importações e ameaçando as cadeias produtivas internas. Além disso, interessa à coalizão elevar substancialmente a taxa de investimento público em infraestrutura, tornando mais baratas as atividades produtivas. Tal aumento poderia ocorrer usando recursos públicos poupados por diminuição significativa dos juros (SINGER, 2012, p. 161).

A motivação da classe operária na defesa de tal programa estaria em que “a morte da indústria nacional representa *a sua própria desaparecimento enquanto classe* e a regressão a um modelo colonial que não comporta segmento industrial extenso e sofisticado” (SINGER, 2012, p. 161). Contudo, para Singer, tal composição não está isenta de contradições. Se de um lado o operariado depende da capacidade de intervenção do Estado para ver efetivadas as suas expectativas de acesso a serviços básicos com qualidade, como educação, saúde etc., do outro é nítido o interesse do capital em reduzir a carga tributária.

A esse equilíbrio instável sobrepõe-se outro:

Embora à classe trabalhadora interesse a redução da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, cuja existência deprime as condições de luta, o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade, conforme vimos, é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade. Por

isso, o reformismo fraco é o projeto adotado pelo bloco no poder. Expansão do mercado interno com integração do subproletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e crédito, sem reformas anticapitalistas, e com lenta queda da desigualdade como subproduto, é o que se deve esperar (SINGER, 2012, p. 200).

A proposição de Singer de uma coalizão produtivista, apesar de ter bases teóricas na estrutura da sociedade brasileira, efetivamente não teve vez nos processos políticos concretos. Quando muito, foi a expressão de certos interesses convergentes, a exemplo do controle de fluxos de capital estrangeiro, da redução das taxas de juros e dos investimentos em infraestrutura.

Contudo, tal convergência, como nota o próprio Singer, não deixou de existir em contradição flagrante. Se de um lado interessa ao capital industrial a redução dos juros, pois implica em aumento da demanda no mercado interno, por outro, o caráter articulado do capital contemporâneo, que existe tanto no processo produtivo quanto no especulativo, induz também ao interesse em lucrar com a alta da taxa de juros. As grandes empresas nacionais não apenas negociam as suas ações nas bolsas, como nelas investem os seus ativos. Assim, o capital encontra facilidade ao migrar de uma esfera à outra. Nesse ponto, aqui concorda-se com Braga (2012), quando defende que o essencial ao capital – seja ele produtivo ou financeiro – é a manutenção das condições de máxima exploração, o rebaixamento dos níveis salariais e a degradação das condições de trabalho.

De fato, existem necessidades que tendem a convergir os interesses de trabalhadores e de industriais. Mas as tendências em contrário, igualmente sustentadas na estrutura social, em muito as sobrepõem, de forma que a coalizão produtivista proposta por Singer não tem efetividade. Prova disso está no alinhamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), quando da Grande Onda, reforçando as linhas da oposição conservadora.

Vimos com Singer que a fração de classe fundamental na base do lulismo, o subproletariado, possui limitações estruturais que travam sua auto-organização. Ocorre com o subproletariado brasileiro processo similar ao que Marx desnuda no trecho a seguir, a pretexto dos pequenos camponeses da França,

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que separam umas das outras e opõe o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade (MARX, s.d-c, p. 277).

Os contrastes com a sociedade brasileira, contudo, são nítidos. Primeiro, conforme já se discutiu acima, o Estado (neste caso, sociedade política) não possui hoje – em sociedades como a brasileira – o mesmo domínio sobre a sociedade que possuía na França de meados do século XIX. Nem estão nossos subproletários submetidos ao mesmo isolamento físico e moral a que estiveram

os pequenos camponeses franceses da época. A analogia que se pretende é a que expressa os limites de uma fração de classe em fazer-se representar na política, o que se apresenta em nosso caso na ausência de organizações na sociedade que deem caráter nacional e articulado aos interesses classistas do que Singer chama de subproletariado; a ausência na sociedade civil de instituições que lhe confirmem organicidade. Mesmo sua inserção no mercado de trabalho, na forma precária em que se dá, não gera vínculos sólidos e duradouros que possam confluir numa organização, por exemplo, de tipo sindical. Estão não apenas condenados pela dinâmica do mercado a uma brutal concorrência entre si pelos postos mais vantajosos, como também são mobilizados pela ideologia da classe média, que explica a inserção social e produz valores a partir do consumo.

Essa ideologia do consumo, conforme vimos na análise de Chauí, tem como consequência política um acréscimo na desmobilização do subproletariado, que encontra mais uma barreira para a constituição de sua consciência de classe, para seu aparecimento na política enquanto classe.

Em certos momentos, ainda, parece que Singer menospreza o papel da classe trabalhadora e suas organizações tradicionais na base do lulismo, organizações que foram decisivas no desfecho da Grande Onda – por isso usa-se o termo *forças governistas* ou *campo governista* para designar não apenas o PT e as lideranças que ligam o projeto lulista às camadas desorganizadas da sociedade brasileira, como também o conjunto de entidades que, na sociedade civil, dão sustentação ao bloco no governo, tais como CUT, sindicatos, UNE, associações de bairro etc.

Defende-se aqui que aquilo que Singer chama de “as duas almas” seja a expressão ideológica de um bloco social heterogêneo, com vistas à consecução de um projeto nacional contra-hegemônico.

Contudo, ressalte-se a composição heterogênea dessas forças. No campo parlamentar, elas vão do PT ao PMDB, passando por partidos de matizes ideológicos variados como o PDT, o PR e o PCdoB. Na base social, inclui extensas camadas de trabalhadores e da nova classe trabalhadora, massas de cidadãos que poderíamos chamar de subproletariado, acompanhando Singer, setores mesmo da classe média e até setores do empresariado – embora bastante minoritários. Nos movimentos sociais, as forças governistas também ocupam terreno em amplos setores, dos mais tradicionais a alguns dos *novos* ou dos *novíssimos movimentos*. Tal heterogeneidade implica em contradições profundas, que nos Movimentos de Junho podem ter levado frações deste bloco a se aliar com forças da oposição, tanto de ordem conservadora quanto esquerdista.

Assim, identifica-se aqui um amplo **campo governista**, cujos contornos ideológicos e os conteúdos do projeto que articula são aqueles que Singer identificou sob o signo do lulismo. Embora o seu pertencimento de classe específico esteja prioritariamente relacionado ao subproletariado e à emergente classe trabalhadora brasileiros, esse bloco social produz em sua síntese provisória e dinâmica um amálgama complexo de interesses e concepções de mundo diversos, até mesmo conflitantes.

4. DEMAIS GRUPOS SOCIAIS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Além do campo governista, outros grupos sociais buscam a direção da sociedade articulando diversos agentes em torno de seus projetos e de suas concepções de mundo, expressando assim ideologias contra-hegemônicas.

A hipótese de Singer, de que a ascensão de extensas camadas ao mercado de trabalho formal e ao consumo fizeram surgir novas demandas sociais, traz importante contribuição ao debate. Ao ascender socialmente no sentido do acesso a conjunto de bens e serviços antes fora da realidade econômica, um grande contingente de pessoas pode então passar a refletir e mesmo a exigir condições ainda melhores de vida. Essas condições melhores de vida, para as parcelas que superaram as oscilações decorrentes da inserção precária no mercado de trabalho, podem incluir o anseio por novas formas de participação política, uma nova concepção da vida nos centros urbanos e, logicamente, serviços de saúde, de educação, de cultura, de lazer e de segurança pública satisfatórios.

Contudo, durante a Grande Onda, esses estratos da sociedade que tendem a se orientar pelo que Singer chamou de ideologia **pós-materialista**, não possuíam capacidade organizativa suficiente para concorrer pela direção dos movimentos. Como o objetivo deste é a identificação dos grupos sociais que disputaram a direção ideológica dos protestos durante a Grande Onda, cabe ressaltar as limitações desse segmento que Singer aponta como determinante no processo.

A limitação central que impediu que a Grande Onda fosse efetivamente disputada por uma agenda pós-materialista reside na ausência de instituições (entidades, organizações do movimento social, grupos culturais organizados, igrejas, órgãos da imprensa, partidos, conselhos de classe, sindicatos etc.) que pudessem elaborar e articular tal ideologia. Esses agentes – mais adiante debatidos, a pretexto dos *aparelhos privados de hegemonia* – são responsáveis por construir, a partir da ideologia e do projeto que elaboram e difundem, o consenso na sociedade civil. Tal consenso, como visto, necessariamente inclui o diálogo e a assimilação – parcial ou integral – de demandas oriundas de outros grupos sociais.

A ausência de tais aparelhos foi determinante para que o centro pós-materialista evidenciado por Singer não fosse protagonista na disputa pelos sentidos da Grande Onda. Em verdade, ele constituiu um dos diversos grupos sociais, com seus respectivos projetos e concepção de mundo, que foram disputados pelas forças políticas que disputam a hegemonia na sociedade brasileira e a disputaram durante a Grande Onda.

Outros grupos importantes foram os **setores autonomistas** citados por Antunes; os jovens trabalhadores escalados por Braga, o **precariado**; movimentos sociais com orientação política de esquerda, embora não alinhados a partidos políticos, como o **MPL**; **anarquistas**; novos agentes tais quais os **black blocs**; corporações profissionais como os **sindicatos de médicos** e **Ministério Público**, que viram nos protestos uma oportunidade para a construção de um sentimento coletivo em torno de suas causas particulares. Esses, entre tantos outros.

Contudo, a força contra-hegemônica mais relevante a disputar com o campo governista sem dúvidas foi a que aqui se chama de **oposições de esquerda**. As oposições de esquerda agregam partidos como PSOL, PSTU e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Conta em sua base social com uma expressiva rede de sindicatos e entidades dos movimentos sociais.

Intelectuais como Braga e Oliveira são expoentes ideológicos dessa corrente, marcada pela denúncia do lulismo, que significaria um retrocesso no processo histórico de o proletariado construir a sua emancipação enquanto classe.

Entre as principais entidades que compõem esse campo, constam o Comando Nacional de Lutas (CONLUTAS) e a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL).

Possui grande influência no movimento sindical dos servidores públicos, tendo base social em camadas da classe média e trabalhadora.

Assim, identificam-se as principais forças políticas que disputam a hegemonia do Brasil contemporâneo no **partido da mídia**, no **campo governista** e nas **oposições de esquerda**.

CONCLUSÃO

Aparentemente, a Grande Onda – etapa central e decisiva dos Movimentos de Junho – deu-se sob a forma de um movimento espontâneo, sem direção nem projeto político, e envolveu igualmente todos os setores da sociedade brasileira, tendo como alvo comum “os que aí estão”, suas práticas autoritárias e os serviços públicos de má qualidade.

A junção de três fatores teve papel destacado na emergência da Grande Onda: o apelo dos movimentos estudantis de 2013 e das condições urbanas que definem os seus contornos; a indignação surgida em resposta à violência policial no protesto de 13 de junho de 2013 na capital paulista (e a decorrente defesa do direito de protestar); e a emergência de novas redes de comunicação virtual (que possibilitaram ampliar o alcance e a rapidez das comunicações).

Contudo, esses fatores não foram condição suficiente para o surgimento da Grande Onda. Esta só foi possível graças a entrada em cena de uma força política decisiva: o partido da mídia, que na condição de representante da coalizão rentista, com base social na classe média conservadora, assumiu a responsabilidade pela elaboração e pela difusão da ideologia conservadora, através da qual dirigiu moral e intelectualmente a Grande Onda, em seus momentos de maior mobilização.

Na Grande Onda, foi o partido da mídia quem primeiro demonstrou *virtù*, reorientando o seu discurso, passando do combate aos protestos ou da indiferença, à disputa de suas pautas e seus sentidos. Forjou, nesse esforço, um programa para os protestos capaz de agregar diversos grupos e atores sociais em seu programa central de oposição ao governo petista e de defesa dos interesses do capital financeiro internacional. Sua atuação foi determinante para elevar movimentos localizados, unidos apenas por fluidos laços de solidariedade, mobilizados em torno de questões municipais como o transporte público, ao patamar de um movimento nacional abrangente, movido por um sentimento geral coeso, ainda que desarticulado na aparência; foi, então, definitivamente um partido político, formador de um projeto nacional que superou, ao incorporá-los, os diversos interesses particulares que se expressavam nas ruas.

Na luta política, como na história, não necessariamente se criam movimentos ou instituições novos para atingir a novas finalidades. Movimentos, instituições, símbolos e agentes precedentes podem ser realocados, reorientados e mesmo ressuscitados diante de novas necessidades

(note-se que o protesto do dia 20 de junho, que foi o principal momento da Grande Onda, já havia sido convocado pelas redes sociais desde o dia 13 – ao longo da semana que os separou, o partido da mídia apropriou-se da data, reorientou as suas pautas e assumiu o comando).

Assim, em 2013, os movimentos estudantis que ocuparam as ruas até o dia 13 de junho traziam consigo o germe de sua superação por uma força superior em poderio e até então hostil a eles.

Ecoando, alimentando e ressignificando o discurso antipartidário, herdado dos movimentos estudantis de 2013, o partido da mídia conseguiu isolar dos protestos as entidades do movimento social organizado e os partidos políticos da esquerda, durante a Grande Onda, em especial em seu auge, no dia 20 de junho. Essas instituições da sociedade civil foram deslocadas do processo, restando apenas o discurso da mídia, articulando uma miríade de demandas oriundas de variados grupos sociais sem maiores recursos organizativos.

Na ausência daquelas organizações, pode a mídia fazer prevalecer sua pauta numa intervenção diretamente destinada aos indivíduos atomizados que agora compunham a massa de manifestantes, ao mesmo tempo que buscava construir um consenso com grupos sociais distintos. Assim, a ausência de lideranças legitimadas e sobretudo de um programa político unificador fez com que as massas informes que ocupavam as ruas tivessem a sua condução disputada por forças que vinham de fora.

A mídia não apenas pautou, como divulgou e mobilizou os protestos. A “voz das ruas” foi, neste contexto, um termo que expressou o intuito de fazer prevalecer sobre os movimentos um único discurso, um único projeto. Da parte do partido da mídia, este projeto é o pensamento único neoliberal, travestido sob os trajes do discurso moral, já defendido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2011, como arma principal das oposições.

Surgindo como partido político, a mídia mobilizou – a despeito da aparência de horizontalidade e democracia – um movimento autoritário que verticalmente fez descer às massas mobilizadas uma pauta há muito agendada. A ação da mídia no sentido de desgastar os governos petistas e constrangê-los a determinadas políticas vem desde antes da primeira eleição de Lula, em 2002. Já na campanha eleitoral, foi por meio da mídia que se manifestaram politicamente os ataques especulativos e o terrorismo economicista que levaram a Coligação Lula Presidente a divulgar a *Carta aos Brasileiros*, em que se assumia, como seus, pontos do programa vigente, a exemplo do controle inflacionário e do cumprimento dos contratos.

Vale recordar de como a mídia hegemônica instou a população a ocupar as ruas contra o governo já no caso do escândalo do “mensalão”, quando repetidamente os analistas perguntavam ao público, em tom de desafio: “cadê os estudantes que não vão mais para as ruas?”, “Cadê a população que não se revolta?”. Provocavam a plateia, acusando-a de comodismo.

Ainda vale lembrar que o que aqui se chamou de lulismo se faz acompanhar de uma significativa redução da pobreza e da desigualdade, embora esta em menor ritmo. Diante das abissais diferenças sociais que marcam a história brasileira, mesmo essa redução lenta e gradual do hiato causa incômodo às elites financeiras, desejosas de preservar a exploração do trabalho em condições de máxima rentabilidade. As taxas de desemprego próximas ao que se considera pleno

emprego abrem caminho para as reivindicações dos trabalhadores, menos pressionados pela concorrência. Foi o que vimos na regulamentação da profissão das domésticas.

A classe média foi a base social da ação da coalizão rentista durante a Grande Onda, e foi sua a ideologia que predominou nestes momentos. É a classe média aquela que possui os sentimentos mais antagônicos em relação aos governos petistas. Ela sente que financia com seus impostos as políticas sociais do governo, que julga clientelistas. Percebe na ascensão das camadas populares ao consumo uma ameaça a seu *status* e a sua distinção social, e um rareamento na disponibilidade de serviços sub-remunerados. Vê nas políticas de cotas, como a reserva de vagas em universidades públicas e em concursos para cargos públicos, a negação de seus valores meritocráticos. Desde 2006, é a base política principal do principal partido conservador do país, o PSDB, como bem compreenderam Singer e Cardoso.

A classe média, sobretudo as suas camadas de profissionais liberais e de servidores públicos, possui ampla experiência organizativa, dirige variados aparelhos privados de hegemonia, tem acesso privilegiado aos bens culturais e é formadora de intelectuais; sua voz está na mídia, nas universidades, nas igrejas. Politicamente, é o oposto da classe amorfa e vacilante que é no processo produtivo. A classe média é uma força determinante nos processos políticos brasileiros. E isso vale tanto para o espectro conservador, quanto para as correntes mais voluntaristas da esquerda, como argumentou Chauí. Ela já estava nas ruas quando dos movimentos estudantis de 2013.

Na Grande Onda, não foi necessariamente a mobilização de indivíduos da classe média que determinou o caráter do movimento. Não há nenhum motivo para crer que a composição de classe, do ponto de vista quantitativo, tenha sido determinante, conforme depreendemos da análise de Singer (2013). Foi através do exercício da direção intelectual e moral dos protestos, foi pela ascensão de sua ideologia conservadora, que a classe média se fez a força social predominante, a portadora nos movimentos dos interesses da coalizão rentista.

A fração de classe a que Singer chama de subproletariado, cujos interesses são expressos na política através da liderança do governo, não podia por si se mobilizar e disputar os movimentos pautada num interesse classista, como propôs, por exemplo, Braga (valendo-se do conceito de precariado que tem suas nuances em relação ao de Singer). Não podia por dois motivos. Primeiro, porque sua situação no mercado de trabalho é marcada pela inconstância, pela rotatividade e pelos vínculos frágeis, precários. Disso decorre que é baixa a organicidade desse segmento enquanto fração de classe. O subproletariado não constrói na sociedade civil suas entidades, não forma seus intelectuais. Seria mobilizado caso a liderança central que assume seus interesses de classe o mobilizasse de cima para baixo. Mas aí entra o segundo motivo que determinou a sua ausência (política, não física) das ruas em junho: como visto, a ideologia própria do subproletariado é a de desejar evitar o conflito, o que em sua perspectiva ameaça a sua incorporação ao mercado de trabalho, ainda que esta se dê de forma precária, pois historicamente excluída do trabalho formal, esta camada deseja sobretudo preservar a posição recém adquirida.

Já a classe trabalhadora tradicional e as suas entidades, sobretudo o movimento sindical, esteve presente de forma inarticulada durante todo o período dos Movimentos de Junho. Os governos lulistas têm atuado como árbitros dos conflitos de classe, no sentido em que nem promovem as reformas e os avanços que os movimentos de trabalhadores defendem, nem permitem maiores

avanços sobre os direitos trabalhistas e as condições de trabalho conquistadas, que vinham sendo alvo das investidas dos governos neoliberais que os precederam.

Nessa “suspensão da luta de classes”, ficaram também os movimentos sociais da classe trabalhadora num difícil equilíbrio. Se não estão completamente satisfeitos com as políticas adotadas pelo governo, muito menos estão dispostos a arriscar a relativa estabilidade conquistada, evitando assim fragilizar o governo num enfrentamento aberto e se expondo a perder espaço diante das forças conservadoras.

Nessa posição delicada, o sindicalismo alinhado ao campo governista vai lentamente perdendo espaço para correntes que se encaminham para uma oposição cada vez mais irreversível ao governo. Essa perda de espaço se dá acentuadamente naquelas categorias profissionais reservadas à classe média, sobretudo o funcionalismo público. Esse impasse das organizações dos trabalhadores do campo governista só se resolveu nas disputas de junho, quando os protestos claramente se direcionaram contra o governo e contra elas próprias.

Neste cenário, a proposta da presidente Dilma Rousseff de uma reforma política foi a segunda manifestação de *virtù* do junho de 2013. Os movimentos sociais assumiram para si a bandeira e convocaram um ato nacional unificado para 11 de julho, incorporando reivindicações históricas como a redução da jornada de trabalho e uma reforma dos meios de comunicação.

A reação da mídia hegemônica também foi imediata, chegando a escalar o vice-presidente Michel Temer para desmobilizar os intentos de se realizar um plebiscito para a confirmação da reforma e de seus principais pontos, cindindo o campo governista.

Diante do contexto histórico e das forças sociais e políticas aqui analisados, pareceria óbvio o desfecho das manifestações, o que não quer dizer de forma alguma que não pudesse ter-se dado de outra maneira – muito contou para os acontecimentos a iniciativa dos atores políticos que os disputaram.

O campo governista lançou uma proposta que mobilizou os movimentos sociais que lhe davam sustentação, os quais já percebiam que as manifestações se encaminhavam para um enfrentamento direto a si e ao governo que apoiavam.

Já a mídia hegemônica se viu diante de um impasse. Gramsci dizia que um partido político, mais que de uma legenda, é constituído de três esferas: a da grande política, a elaboração da filosofia e a sua expressão num projeto-nacional, no cume do sistema; na base, o lastro social que porta a ideologia e o projeto formulados pelas camadas intelectuais, os membros e apoiadores do partido; e o elemento intermediário, que cria e mantém os vínculos entre os formuladores de política e a base social a que estão organicamente vinculados. Viu-se que o partido da mídia apostou seus esforços na formação de um movimento de massas, de indivíduos atomizados. E Cardoso já assumia, em 2011, que as oposições não tinham em sua base partidos “propriamente mobilizadores de massas”.

Já as poucas instituições que acorreram em apoio à mídia não possuíam a capacidade de mobilização nem a experiência prática dos militantes dos movimentos sociais agora dispostos a disputar as ruas quadra a quadra, portando a bandeira da reforma política, e sentindo-se ameaçados pelos rumos dos movimentos. No teorema das proporções definidas, Gramsci propunha que a eficiência de uma ação depende do equilíbrio da proporção entre os seus diferentes elementos constitutivos. No caso da mídia hegemônica, em seu papel de partido político, faltou o elemento

intermediário, capaz de organizar nas ruas a resistência à ofensiva dos movimentos sociais, de disputar as trincheiras *in loco*.

O partido da mídia dependia quase exclusivamente de sua capacidade de pautar os manifestantes e de centralizar o debate público sobre os sentidos dos movimentos. Por mais que fosse maioria nas ruas – o que se evidenciou na reduzida mobilização verificada em 11 de julho – sua base social não possuía a disposição, a disciplina e a experiência política dos movimentos sociais que ocuparam as ruas nas últimas décadas.

A presença das entidades e dos partidos políticos afastou dos protestos a imensa maioria daqueles que se manifestavam e que tomaram como sua a rejeição àquelas instituições. A direção intelectual do partido da mídia sobre os movimentos se verificou nesse isolamento relativo dos movimentos organizados, que sequer vislumbraram repetir as grandes mobilizações da Grande Onda. Contudo, tal posição não era o bastante para garantir a efetividade da direção dos protestos nas ruas, sobretudo diante do crescente sentimento que associava, sabiamente, os veículos da mídia aos partidos que rejeitavam.

Nesta contradição em que se desenvolveu a Grande Onda, se por um lado a mídia buscou conter as possibilidades de redirecionamento dos movimentos (que se daria através da conquista de espaços pela proposta de reforma política e dos meios de comunicação), outro impasse surgiu, desta vez no campo das organizações que apoiavam o governo.

Por definição, uma política de enfrentamento não interessa ao lulismo. Uma vez convidando a mídia a direcionar os seus esforços no intuito de desmobilizar a proposta de reforma política, o governo também não se manteve por muito tempo, nem com muito esforço, no intuito firme de realizá-la.

De um lado, a coalizão rentista, que conseguiu impor severos danos à imagem do governo, impactando em sua aprovação, via seus claros limites na ausência de organizações capazes de disputar “a voz das ruas” nas ruas, e percebia o risco de perder a direção dos movimentos que mobilizara até então.

Do outro, um governo que habilidosamente construiu a saída para uma crise institucional, que a muitos parecia ser sua derrocada final, mas que não tinha um projeto de enfrentamento aberto que justificasse permanecer ocupando as ruas. Este impasse foi resolvido com a saída de cena das duas principais forças políticas do Brasil contemporâneo, as do campo governista e as da oposição conservadora liderada pelo partido da mídia.

Após a sua iniciativa de propor uma agenda da classe trabalhadora, os movimentos sociais organizados ligados ao governo arrefeceram a sua mobilização diante do desinteresse do governo em mobilizar as suas bases sociais para um aprofundamento das mudanças.

Os movimentos que sucederam a Grande Onda buscam se alimentar da imagem, da mística dos Movimentos de Junho, se afirmando como seus continuadores.

Tais movimentos não contaram com a presença das principais forças sociais e políticas brasileiras. A falta do elemento intermediário que na teoria gramsciana liga os estratos dirigentes às massas no partido político moderno levou a mídia hegemônica a reconsiderar o seu papel nos movimentos. O governo não tinha um projeto de aprofundamento das mudanças ou de seu ritmo, que o motivasse a correr os riscos de intensificar as mobilizações. O impasse se resolveu no

enfraquecimento dos movimentos. Restaram os movimentos esparsos, cada vez mais esvaziados e radicalizados, tentando por força da ação de impacto e do espetáculo suprir a falta de apoio popular cada vez mais notável.

Os movimentos que se seguiram à Grande Onda foram uma demonstração de que esta foi o embate entre as duas forças políticas centrais do Brasil contemporâneo. A sua retirada das ruas desmobilizou os protestos e os tornou insignificantes.

Mais que analisar as táticas e as alianças dos movimentos esparsos, o que importa aqui é compreender como elas derivam das novas condições em que se dão estes movimentos. Não foi a radicalização, ou a presença de atores como os *black blocs*, que levaram ao isolamento dos atuais movimentos esparsos. Pelo contrário, foi a saída de cena das duas principais forças políticas do país que enfraqueceu a Grande Onda, abrindo um vazio que foi ocupado por setores de menor expressão na política nacional, por possuírem uma base social mais estreita.

As mesmas condições que permitiram que as oposições de esquerda surgissem como protagonistas das ruas após a Grande Onda são aquelas que tornaram possível também o protagonismo de atores que se valem mais abertamente da violência, simbólica ou material. Esses atores já estavam nas ruas quando da Grande Onda, mas foram hostilizados e reprimidos pela própria massa de manifestantes, que tratou de livrar-se dos *black blocs* e similares assim que estes concluíram a sua tarefa de livrá-los das bandeiras partidárias.

Os movimentos esparsos são efeito, não causa, da desmobilização da Grande Onda. Amparados também em frações da classe média, eles tentam superar a sua condição de desarticulação através de lemas unificadores como “Não vai ter Copa” ou “Vai ter luta na Copa”, que expressam uma tentativa de unificação em torno da oposição ao Governo Federal, tendo megaventos como vitrine. Contudo, vivem o dilema da ampliação via discurso pacifista e da visibilidade via alianças com grupos de enfrentamento direto e mais dispostos à violência.

Menos manipulável que os movimentos estudantis de 2013, por contar com organizações tradicionais da política e com partidos nacionalmente articulados, esse movimento não chegou em momento algum a contar com a simpatia da mídia hegemônica.

A Grande Onda permanece, contudo, em disputa; disputa que agora se dá no campo simbólico, não nas ruas. Ela foi um momento importante das disputas hegemônicas do Brasil no século XXI. Afetou a correlação de forças, alterou a ambiência política e evidenciou-se novos atores sociais. Foi também um momento decisivo na rearticulação da ideologia conservadora, elaborada, negociada e difundida pelo partido da mídia. Essa rearticulação deu-se por meio do tema da corrupção, a partir do qual o partido da mídia incorporou e ressignificou diversas demandas de variados grupos sociais, no sentido de ampliar suas bases sociais no enfrentamento à possibilidade contra-hegemônica representada pelo PT e por seus aliados no campo da esquerda. Se o êxito do partido da mídia foi apenas parcial, foi pela própria natureza das disputas hegemônicas, em que cada avanço impõe a necessidade de novos arranjos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARDOSO, F. H. O papel da oposição. **Revista Interesse Nacional**. Ano 4, nº 13, ISBN/ISSN: 9771982849147. Associação Interesse Nacional, 2011.

CASTELLS, M. “Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas”. [28 de junho de 2013] São Paulo, **Istoé**. Entrevista concedida a Daniela Mendes. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/311021_

DILMA+E+A+PRIMEIRA+LIDER+MUNDIAL+A+OUVIR+AS+RUAS.
Acesso em: 30 jun 2013.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 3**. 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 2**. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 5**. 2. ed. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s.d-c.

NUNOMURA, E. Y. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de *Folha e Veja***. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, F. de. O avesso do avesso. *In*: OLIVEIRA, F. de. *et al.* (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, M. **Nova classe media?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ROUSSEFF, D. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**. Brasília, 21 jun. 2013. Em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 26 jun. 2013.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo** - Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**. São Paulo, nº 97, p. 23-40, nov. 2013.

SPINELLI, J. A.; EVANGELISTA, J. E.; CRUZ, T. S. Democracia em tempos de crise: a cobertura política da crise do “mensalão” pelo *Jornal Nacional* da Rede Globo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2007, Recife. **Anais**, Recife: 2007.

MOVIMENTOS SOCIAIS, ARENAS DECISÓRIAS E DINÂMICAS NA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

SOCIAL MOVEMENTS, DECISION-MAKING AND DYNAMICS IN THE DEVELOPMENT OF THE TERRITORIES OF CITIZENSHIP PROGRAM

Shesby André Medeiros do Nascimento¹

Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

<https://orcid.org/0000-0002-0302-3246>

Jenair Alves da Silva²

Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRN)

<https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>

Joana Tereza Vaz de Moura³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

<https://orcid.org/0000-0001-5222-3837>

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo tratar das relações estabelecidas pelos diversos atores políticos e sociais na construção do Programa Territórios da Cidadania- PTC, criado em 2008, baseado na ideia da gestão territorial e intersetorial. Com efeito, buscamos compreender práticas, discursos e redes mobilizados que resultaram em suas implicações no sistema político. Para tanto, identificamos alguns atores centrais no processo de construção da política pública a partir de um mapeamento sobre o Programa através de documentos e relatórios do Ministério de Desenvolvimento Agrário, especificamente da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Os documentos foram necessários para apontar as principais arenas decisórias que foram envolvidas nesse processo. A partir desse primeiro mapeamento, trabalhamos com entrevistas em profundidade com as pessoas que estavam envolvidas no processo de elaboração dessa política, buscando qualificar a discussão sobre os modos de participação e de envolvimento na construção da política. Buscamos, portanto, compreender

¹ Shesby André Medeiros do Nascimento é Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN e Graduado em Ciências Contábeis – UFRN. CV: <http://lattes.cnpq.br/4186557739520394>

² Jenair Alves da Silva é Doutoranda em Psicologia (PPGpsi/UFRN), Mestre em Estudos Urbanos e Regionais: Estado e Políticas Públicas (PPEUR/UFRN) e graduada em Psicologia (UFRN).

³ Joana Tereza Vaz de Moura é Doutora em Ciência Política (UFRGS), possui Pós-doutorado em Sociologia (NYU), é mestre em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/ UFRRJ); e graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras.

as relações político-institucionais entre Estado e movimentos sociais no âmbito dos espaços de discussão que antecederam a criação do Programa. Percebemos que a ocupação de cargos é uma tática adotada por alguns movimentos sociais de modo a criar novas estratégias e estabelecer articulações possíveis com aqueles que estão dentro do Estado.

Palavras-chave: movimentos sociais; arenas; políticas públicas; territórios da cidadania; redes.

ABSTRACT

This article aims to address the relationships established by the various political and social actors in the construction of the Territories of Citizenship Program-PTC, created in 2008, based in the idea of territorial and intersectoral management. In effect, we seek to understand mobilized practices, discourses and networks that have resulted in their implications for the political system. In order to do so, we identify some of the central actors in the process of constructing public policy based on mapping about the Program through documents and reports of the Ministry of Agrarian Development, specially the Territorial Development State Department. The documents were needed to point out the main decision-making arenas that were involved in this process. From this first mapping, we worked with in-depth interviews with the people who were involved in the process of elaborating this policy, seeking to qualify the discussion about the processes of participation and involvement in the construction of the policy. We therefore seek to understand the political-institutional relations between the State and social movements within the framework of the discussion spaces that preceded the creation of the Program. The occupation of positions is a tactic adopted by some social movements in order to create new strategies and to establish possible articulations with those that are within the State.

Keywords: social movements; arenas; public policies; territories of citizenship; social networks.

INTRODUÇÃO

As relações entre sociedade civil e atores estatais têm sido amplamente discutidas na literatura brasileira após a década de 80, com o processo de redemocratização. Até então, os estudos buscaram analisar as atuações dos movimentos sociais e os potenciais para o avanço na discussão sobre políticas públicas. A partir de estudos que buscavam analisar os formatos de participação e o potencial democratizante desses espaços, o Brasil tem se tornado referência nas análises sobre democracia participativa (SANTOS, 2002), onde uma série de sofisticadas formas de ação coletiva, e engajamento político, tem pautado nossas mobilizações e interseções com o Estado.

As interseções entre movimentos sociais e Estado vão se tornando cada vez mais complexas e, portanto, o entendimento de “como o campo político e os atores da sociedade civil se constituem mutuamente mediante processos que [...] vão moldando e vão sendo moldados pelas diferentes instituições e atores políticos existentes” (LAVALLE, 2012) torna-se fundamental ao longo dos últimos anos, para compreender aspectos da participação política desses atores. Vários estudos mostram que, durante os governos petistas, iniciando com Lula, em 2003, diversas medidas foram implementadas para ampliar a participação da sociedade civil na discussão e na elaboração de políticas públicas (OLIVEIRA; SILVA, 2012; DOWBOR, 2014; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; AVRITZER, 2012). De uma forma ou de outra, esses estudos apontam para a reconfiguração da relação entre Estado e sociedade, passando da autonomia para a interdependência, a cooperação e a sinergia, no período de 2003-2018 (LAVALLE e SZWAKO, 2015; AVRITZER, 2012).

Seguindo essas análises mais recentes sobre as dinâmicas socioestatais, o artigo tem como objetivo explorar os padrões de relação entre atores vinculados a movimentos sociais do campo e do Estado, mediados por partidos políticos, pensando em compreender os efeitos dessas relações na construção do Programa Territórios da Cidadania (PTC), objeto central de nossa discussão. Nesse sentido, a análise inicia a partir do mapeamento de quais foram os movimentos sociais e seus respectivos atores centrais no processo de formulação do Programa. Para assim, compreender as estratégias utilizadas pelos atores sociais ligados ao movimento sindical, ao MST, a ONG de assessoria no campo e às universidades que pautavam a discussão territorial no Brasil como possibilidade de pensar o desenvolvimento do país.

Metodologicamente, trabalhamos com sete entrevistas em profundidade com atores que estavam envolvidos no processo de elaboração dessa política, buscando qualificar a discussão sobre os modos de participação e de envolvimento na construção da política. Os entrevistados são militantes da problemática da agricultura familiar e da reforma agrária e que, com a ascensão de Lula à Presidência, passaram a ocupar cargos estratégicos dentro do aparato burocrático. Também utilizamos as atas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de 2003 a 2014, a fim de compreender as articulações e disputas nesse espaço na construção da política.

O artigo está dividido em três partes essenciais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte apresenta o *Programa Territórios da Cidadania*, de forma resumida, mostrando a normativa e a sua dinâmica. Na segunda parte, a começar pela reflexão teórica sobre movimentos sociais e redes, apresentamos as relações e as conexões entre os principais atores envolvidos no processo de elaboração das políticas territoriais. O item três resgata a concepção do *Programa Territórios da Cidadania*, apontando para um conjunto de experiências que se articularam e que deram sentido à política. Nesse item, também mostramos como a entrada de militantes no governo, em 2003, foi importante para a construção do Programa. Por fim, as considerações finais fazem alguns apontamentos quanto à inserção dos movimentos sociais no campo da política pública de desenvolvimento territorial.

O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: BREVE RESUMO DO DESENHO INSTITUCIONAL

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) é entendido neste artigo como uma política pública que coloca em prática as orientações normativas que buscavam dar unidade a um conjunto de ações, antes dispersas por vários ministérios. O Programa foi criado em 2008, com o objetivo de promover desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

O PTC surge no segundo mandato do Governo Lula, como parte da estratégia de superação da pobreza no campo a partir da articulação entre políticas públicas e “constituiu um desdobramento da territorialização de políticas públicas proposta pelo governo federal, em especial do Programa dos Territórios Rurais” (ZANONI, 2014, p. 24). A proposta do Programa é garantir que as discussões sejam feitas nos territórios a partir dos colegiados territoriais, que são espaços participativos e paritários de discussão. Segundo Butto e Bemerguy (2014; p. 14), “o PTC é responsável por construir em cada território a interlocução com a sociedade e os entes federados a partir de um conjunto de políticas federais consideradas prioritárias para o desenvolvimento rural”.

O modelo de gestão do Programa prevê três âmbitos de coordenação: nacional, estadual e municipal. No âmbito nacional, a coordenação ficava a cargo da Casa Civil e envolvia outros 21 ministérios que compunham um Comitê Gestor Nacional. A esse Comitê foi vinculado um grupo de acompanhamento das ações do PTC composto de representantes dos respectivos ministérios. No âmbito estadual, o programa previu a criação de Comitês Estaduais. Já no âmbito local, em cada um dos 120 territórios foram criados colegiados territoriais prevendo a participação dos atores locais nos marcos institucionais (LOTTA; FAVARETTO, 2016).

Esses marcos institucionais são normativos no sentido de que definiram o que deveria ser alcançado, isto é, os valores morais e de justiça social que deveriam orientar a proposta de políticas públicas executivas. Nessas propostas, incorporam-se às demandas e preocupações dos movimentos dos agricultores familiares com relação a problemas que são conhecidos da sociedade brasileira há décadas, a saber, as dificuldades de produção e de comercialização.

O Programa Territórios da Cidadania traz uma abordagem que questiona os instrumentos tradicionais da intervenção pública (setoriais, fragmentadas etc.). Assim, trata-se de uma estratégia que visa arquitetar novos mecanismos de regulação entre o Estado e a sociedade, buscando o reconhecimento e a valorização dos atores sociais. Cavalcanti, Wanderley e Niederle (2014) evidenciam que o Programa prevê a inovação na capacidade de realizar a gestão integrada de ações setoriais, já que em seu desenho institucional prevê-se a criação dos colegiados territoriais, espaços essenciais para a organização do Programa e para pensar a governança integrada e territorializada das políticas públicas.

Esse novo enfoque desafia a ação setorial, a gestão centralizada e a ausência de participação das populações diretamente beneficiadas (BUTTO; BEMERGUY, 2014). Segundo o MDA (2005 p. 07), também fortalece “iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural”.

As iniciativas das institucionalidades representativas surgem a partir de redes heterogêneas, com atores que confrontam os referenciais de desenvolvimento, instituindo uma nova espacialidade (o Território) e uma nova institucionalidade (os Colegiados Territoriais) (NIEDERLE, 2014; SILVA, 2013), que regulam as relações políticas, consolidando a participação da sociedade civil tanto nos espaços institucionais quanto na formulação e implementação da política pública.

Os territórios constituem-se como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995), tendo em seus respectivos colegiados, representações dos atores locais compostas por segmentos governamentais e da sociedade civil. O poder passa a ser notado como “um conjunto de relações sociais institucionalizadas, capazes de se interiorizar nos valores e nas relações hierarquizadas desses atores” (FUKS; PERISSINOTTO, 2006). Portanto, atores que têm maior capacidade institucional tendem a liderar as discussões nos colegiados, orientando as ações em prol dos seus interesses.

Coelho e Favareto (2007) trazem que o desenho institucional é uma variável fundamental nos espaços de participação, pois sua capacidade de alterar a balança das forças entre os participantes favorece a expressão das demandas daqueles que contam com menos recursos. Nesse sentido, o Entrevistado 07 conta que o Programa foi bem recebido pelo Governo, mas ainda havia a dificuldade da ideia da coordenação intersetorial desse tipo de política, que prevê a articulação de vários Ministérios. Esse entrevistado aponta também para os desafios que ainda são muitos diante das dificuldades encontradas no cotidiano de cada território e na configuração institucional da gestão participativa:

Foi uma vitória que nós alcançamos [...] que um programa digamos assim, põe o dedo na ferida da gestão pública de qualquer país, que é a intersetorialidade. É você trabalhar como governo, pensando que os Ministérios deveriam ir juntos para os Territórios, que deveriam fazer com que suas políticas dialogassem. É você ir contra a cultura da gestão pública, não só no Brasil, mas do mundo, entendeu? (ENTREVISTADO 07).

Desse modo, nossa análise compreende que o Programa tem contribuído para pensar inovações institucionais e novas formas de se fazer políticas públicas no país, especialmente a partir da lógica da gestão compartilhada e da proposta de envolvimento de um articulador territorial, responsável por assessorar o Núcleo Diretivo do Colegiado nas atividades operacionais para formulação e execução dos projetos. Contudo, apesar dos avanços, as pesquisas (CAVALCANTI; WANDERLEY; NIEDERLE, 2014) apontam para alguns desafios que vão desde o processo de elaboração da política até o momento da implementação.

O primeiro desafio colocado para os gestores públicos foi consolidar a própria noção de território. Segundo os autores destacam, não havia um consenso sobre a sua definição: seria a noção que vinha sendo discutida na academia ou deveria corresponder ao entendimento que os movimentos sociais tinham na época?

Como havia um grande debate sobre esse conceito, os gestores em parceria tanto com os pesquisadores quanto com representantes dos movimentos sociais constroem uma abordagem que se aproxima do entendimento dado por Abramovay (2002, p. 02): pensar a dimensão territorial

do desenvolvimento requer dar importância à montagem das ‘redes’, das ‘convenções’. Em suma, das organizações que permitem as ações cooperativas.

O segundo desafio refere-se ao papel desempenhado pelo articulador. Apesar de consistir em um elemento-chave para o funcionamento do colegiado, articulando a participação dos diversos atores presentes nos territórios. Na prática, muitos deles buscaram notoriedade a partir de seu reconhecimento nesses espaços. Conforme ressalta Niederle (2014, p. 118):

Onde o colegiado possui uma dinâmica organizacional mais frágil, o papel desse mediador continua sendo muito mais amplo. O articulador tornou-se um dos novos notáveis na política local de reputações, revelando ainda a habilidade de conectá-la à política institucionalizada, o que aumenta sua notabilidade perante a comunidade.

Outro desafio está relacionado à dificuldade de inserção das prefeituras na discussão dos colegiados territoriais. Segundo Caniello, Piraux e Bastos (2013, p. 97), alguns estudos identificam que:

Neste processo há um “boicote” explícito, pois “para alguns gestores, é uma questão de ‘esvaziar esta nova instância de poder, a qual pode vir a reduzir meu poder’” (MOLINA, 2012); outros percebem nisto uma “tática de esvaziamento”, pois a estratégia territorial seria “um modelo que incomoda a estrutura tradicional de poder ao dar canais de participação para novos atores coletivos de forma não verticalizada” (MELO, *et al.*, 2012).

Portanto, trata-se de um Programa com várias complexidades, mas que foi elaborado e implementado a partir de ideias, de valores e de perspectivas, que foram traduzidas na prática de diferentes maneiras.

Assim, o item a seguir pretende revelar as relações construídas ao longo do tempo entre diversos atores sociais, as quais vão consolidando a ideia do território como espaço da construção social, envolvendo as relações de poder (RAFFESTIN, 1993) e, portanto, como promotor do desenvolvimento.

ATORES E AS REDES SOCIAIS: CONFIGURADORES DA POLÍTICA

Destacamos que mais do que analisar como os movimentos sociais colocam a temática territorial na agenda governamental, a ideia é compreender a inserção dos próprios militantes na esfera estatal, vinculados a partidos políticos, e a criação de múltiplos diálogos e ações para e com os movimentos sociais que dão sustentação à política em si.

Os ativistas que se inserem na arena estatal produzem diferentes padrões de relação com entidades da sociedade civil, alterando o formato das políticas públicas. Segundo Banaszak (2010), ao invés de pensar na cooptação dos movimentos sociais pelo Estado, deve-se olhar para as possibilidades de colaboração e as interseções entre movimentos sociais e Estado. Nesse sentido, o estudo almeja entender como esses ativistas atuam dentro e fora do Estado, promovendo políticas

públicas de desenvolvimento territorial, especialmente porque o impacto da atuação desses ativistas modifica a política pública. Diferentemente do que postula as teorias sobre movimentos sociais e teorias organizacionais, nas quais os ativistas dentro do Estado atuavam de maneira mais “comportada”.

Na perspectiva de Banaszak (2010), os ativistas teriam, na verdade, muito mais capacidade de se articularem com os “que estão de fora” do Estado, para criarem estratégias de atuação e aproveitarem as oportunidades políticas, do que com os “de dentro”. Desse modo, partimos do pressuposto de que as decisões políticas levam em consideração as demandas dos movimentos sociais se estes estiverem representados por militantes desses movimentos, influenciando na gestão pública com poder de decisão.

Apenas atributos, características individuais, são insuficientes para traçar a capacidade de mobilização que os militantes vêm mostrando no último período. A construção de redes, impulsionando cooperação e identidades coletivas, são fundamentais para compreender as estratégias e a forma da atuação política desses atores. Nesse sentido, a utilização de análise de redes sociais não precisa ser utilizada como uma teoria ou como uma complicada técnica, mas como uma importante estratégia analítica na qual se pode estudar a posição dos atores como importante elemento que constrange ou possibilita a ação social (EMIRBAYER; GOODWIN, 1994). A partir do exposto, é possível entender as redes de atores sociais que compunham o Programa Território da Cidadania.

Alguns dos militantes que assumiram a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no primeiro mandato do Governo Lula têm trajetórias acadêmicas e profissionais semelhantes e, inclusive, fizeram parte de movimentos estudantis, ONG e assessoria ligadas à juventude e trabalhadores do campo. Com a entrada de Lula e a criação da SDT, pela relação de proximidade também com o Partido dos Trabalhadores (PT), esses atores passam a assumir cargos dentro da estrutura burocrática de governo. Isso mostra que existia uma rede anterior que serviu de sustentação para as indicações assumirem postos na administração pública federal.

Segundo o Entrevistado 03, a participação em projetos sobre agricultura orgânica, no início dos anos 90, possibilitou uma reflexão sobre alternativas possíveis de se fazer agricultura. Naquele momento, quem construía essa pauta eram os movimentos sociais e parte da universidade, em conjunto com militantes do PT. Foi nesse meio, comenta, que conheceu outras lideranças políticas e pessoas que, assim como ele, já buscavam pensar possibilidades para o campo.

Então eu fui trabalhar num projeto com um senhor, [...] que produzia naquele tempo a produção, acho que é chamada orgânica ou biológica, não me lembro bem como é que era [...], isso em 89, 90... Então experimentei trabalhar com aquilo e vi que aquilo que aprendi teoricamente era possível, fazer uma agricultura diferente.... Valorizando o homem do campo, a mulher do campo, a produção que resgatasse a cultura deles e que essa cultura deles não era uma cultura avessa à tecnologia. [...] A partir desse trabalho, e minha relação política na época, eu já tinha relação com PT, né. É aí eu conheci o pessoal do serviço de assistência rural da arquidiocese e tinha vários amigos do tempo do grupo de jovens que estavam no Movimento de Educação de Base e alguns que eram da CPT (ENTREVISTADO 03).

Percebemos um encadeamento de fatos históricos que vão ligar esse ator a outros, num determinado momento, que vai se configurar como uma rede social, e que depois de consolidada,

possibilita a inserção dessas pessoas no aparato administrativo do Estado. Nesse sentido, o Entrevistado 02 também comenta a sua inserção no PT, fruto de movimentos sociais e de participação na Pastoral da Juventude, nos anos 80. Ele também ressalta a preocupação com o desenvolvimento da agricultura e as suas reflexões sobre modelos alternativos e sustentáveis para consolidar uma política territorial. Na sua fala,

O tema da reforma agrária, o tema da luta contra os agrotóxicos, o tema do currículo de agronomia [...] A gente defendia um curso de agronomia com a formação mais eclética e menos especializada e por aí vai. Então foi me criando um pouco politicamente ali também por dentro do movimento estudantil trazendo todas essas bandeiras (ENTREVISTADO 02).

Trajetória semelhante ao Entrevistado 01, uma vez que teve sua filiação ao PT desde a sua formação em agronomia, com militância estudantil ligada à reforma agrária e à aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no início dos anos 90.

Eu estudei na escola agrícola [...] aí eu integrei a última gestão do antigo centro cívico e participei da fundação do grêmio estudantil. Que era um período que estava toda aquela efervescência, a constituição. Então, na tentativa de retomada do movimento estudantil no Brasil secundarista, e também universitário [...] participei desse processo. E minha experiência profissional foi em uma ONG trabalhando com desenvolvimento rural, com assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais (ENTREVISTADO 01).

Assim como os demais Entrevistados (04, 05 e 06), que apontaram para as ligações com o PT, as pastorais e os movimentos sociais ligados ao meio rural, essa rede foi se conformando a partir de referenciais ligados à questão agrária, ao desenvolvimento rural e às comunidades rurais. A presença das conexões vai produzindo um discurso unificado em torno da necessidade de se repensar no âmbito das políticas públicas as potencialidades das localidades rurais.

Dentro dessa rede, que também contava com o suporte de pesquisadores acadêmicos, se constroem as novas referências sobre o desenvolvimento rural e, posteriormente, o que viria a se configurar como desenvolvimento territorial. O Entrevistado 01 relata esse processo: “Havia um conjunto de iniciativas, dos movimentos sociais, que tinha a interface com as universidades, no sentido de problematizar o modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil”.

O Entrevistado 06 é representante do MST, comenta a sua trajetória e em que ponto ela se conecta com os demais atores da rede:

Minha militância iniciou nos anos 70, com a igreja progressista da Teologia da Libertação, como liderança. Depois, na liderança sindical a partir de 83 [...] pra dar atenção ao Movimento Sem Terra, então entro na secretaria desde o início (ENTREVISTADO 06).

Essas relações com os mesmos grupos conformam e solidificam a rede. A inserção desses atores em movimentos sociais, sejam estudantis, das pastorais/igreja, MST ou PT, criados dos anos 80 a 90, possibilitou o reconhecimento comum e a identificação entre eles. Isso vai ser retomado

na nova conjuntura política iniciada com Lula, em 2003, quando vários militantes vão fazer parte do Governo. Mas o Entrevistado 06 também comenta a participação do MST nas discussões sobre a problemática do desenvolvimento rural no país, especialmente sobre a questão da distribuição de terras, mas também avançando na discussão territorial no início dos anos 2000, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF):

Nós participamos também do debate porque esse debate transcorria em várias áreas, inclusive dentro do governo, estava dentro do MDA, estava no Incra, no CONDRAF(...). Então houve toda a nossa participação e assim por diante (ENTREVISTADO 06).

Portanto, retomar essa gênese da política territorial requer reconhecer essa dinâmica em rede e entender os processos que acompanharam as discussões sobre desenvolvimento rural no país. No próximo item, apresentamos a construção da política e a inserção desses atores.

A GÊNESE DE FORMAÇÃO DA POLÍTICA

Podemos destacar que antes do governo Lula havia um conjunto de iniciativas, dos movimentos sociais, que tinha a interface com as universidades, no sentido de problematizar o modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil. Essas iniciativas, especialmente a partir da década de 90, vão se confluindo para uma discussão em torno da noção da agricultura familiar no Brasil e em um conjunto de questões que resulta, por exemplo, num projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil, que tem como um dos atores centrais a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além da academia.

O Entrevistado 01 conta um pouco sobre como essas dinâmicas foram acontecendo. Segundo ele,

Com o processo de redemocratização no Brasil, a academia começa a produzir mais reflexão sobre isso [desenvolvimento rural] e também a atuação dos movimentos que naquele período era a CONTAG. Aí, surge, nesse período, o MST problematizando em relação a que modelo era esse para o campo. Depois surgindo aí outros atores como a própria FETRAF, primeiro na região sul. Depois o movimento de mulheres no Nordeste [...]. Depois ganha uma dimensão nacional, aí você tem várias frentes. Essas iniciativas, se você pegar num período mais recente, ali na década de noventa... Elas vão se confluindo para uma discussão em torno da noção da agricultura familiar no Brasil (ENTREVISTADO 01).

A criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF), em 1996, é consequência desses debates e tenta trazer as discussões para a necessidade de se pensar o processo de desenvolvimento para o âmbito municipal. Entretanto, as reflexões vão avançando no sentido de trabalhar uma estratégia para além do município, ou seja, envolver dinâmicas que pudessem alargar a construção desse espaço público. Isso se inicia mais fortemente no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de certa influência dos movimentos sociais e de possibilidades de construir novas dinâmicas para o meio rural.

No governo Fernando Henrique, em parceria com o SEBRAE, eles constroem a ideia de um DELIS - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. [...] É evidente que esse diálogo de desenvolvimento local era muito olhando a ideia de compor no município um espaço público onde várias representações de movimentos sociais passassem a dialogar com os órgãos governamentais e construir uma dinâmica de desenvolvimento (ENTREVISTADO 01).

Entretanto, esses processos foram permeados por conflitos de ideias e interesses antagônicos, conforme destaca o Entrevistado 02. Segundo ele, a ideia que os militantes dos movimentos sociais e alguns assessores de ONG vinham trabalhando sobre desenvolvimento local divergia do entendimento dado pelo Governo FHC, especialmente no tocante à articulação entre o Banco do Nordeste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em meados dos anos 90, para a construção de uma política de desenvolvimento local permeada pela ênfase nas dinâmicas dos movimentos sociais e de relações mais próximas com as ONG, essas articulações acabaram sendo absorvidas pelo Programa Comunidade Solidária. Segundo o entrevistado:

A comunidade solidária cria o programa comunidade ativa, e o comunidade ativa trabalha o desenvolvimento local integrado e sustentável. [...] Só que isso virou chapa branca né. Virou marca de governo do Fernando Henrique Cardoso, então isso gera conflitos dentro da rede que trabalhava com desenvolvimento local porque nem todos eram vinculados a essa postura da comunidade ativa (ENTREVISTADO 02).

Ou seja, fica perceptível um afastamento da militância que vinha tentando construir alternativas ao que estava sendo feito até o momento. Os atores envolvidos nesse processo acabam tentando reconstruir essas ideias em outros momentos e espaços. Os entrevistados apontaram os conselhos como espaços potenciais para esse diálogo, mas também citaram o acúmulo acadêmico sobre a temática que subsidiou as possibilidades de novas experiências.

Nesse momento, vai se consolidando, portanto, uma ideia de trabalhar o desenvolvimento rural numa dinâmica para além desse local, pensando um pouco mais em outros atores e numa dinâmica microrregional e/ou regional. Dinâmicas que vão caminhando progressivamente para a ideia de território, com base nas experiências internacionais nas quais, por exemplo, o Entrevistado 01 traz que a própria experiência italiana é bastante forte nessa direção territorial. Segundo o mesmo Entrevistado “havia um conjunto de diálogos nessa direção [territorial] e um conjunto de frentes que se entrelaçam” reforçando as iniciativas em que estava em curso na comunidade europeia até então.

A partir da entrada de Lula, em 2003, estruturas institucionais vão sendo criadas para dar conta dessa nova concepção de desenvolvimento, uma delas é a Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Nesse processo, diversos militantes que já vinham contribuindo com as discussões passaram a assumir posições centrais nesses espaços burocráticos, conduzindo a elaboração das políticas territoriais. A entrada de Humberto Oliveira na SDT, compondo a equipe de transição do governo, foi essencial para que a discussão territorial fosse colocada na agenda pública. Nesse processo, Humberto convida outros ativistas para compor a Secretaria possibilitando a implementação da política territorial. Segundo entrevista com um dos assessores de Humberto, a

criação da política envolveu diversas discussões com organizações e pessoas que estavam envolvidas na promoção da agricultura familiar.

Humberto fez uma primeira reunião então chamando algumas ONG, a ASSOCENE, a AACC, entre outras. E algumas pessoas, que era meu caso, e alguns consultores de outras organizações do Sul do país e do Nordeste, enfim. Reuniu ali, eu acho que era umas quinze pessoas que tinham experiências em desenvolvimento, em projetos comunitários de desenvolvimento com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Ali se discutiu a base do que é que poderia ser a política (ENTREVISTADO 02).

Assim, de modo geral, os militantes argumentam que a inserção dos movimentos sociais nas burocracias estatais foi fundamental para o acesso às informações e para a incorporação de demandas na agenda governamental. Conforme ainda o Entrevistado 02, havia um capital social (BOURDIEU, 1989) acumulado que foi fundamental para a consolidação dessa nova perspectiva de desenvolvimento e que se estruturou com a criação da SDT.

Então nós estruturamos na verdade essa equipe que trabalhou durante dez anos, de noventa e três a dois mil e três. Nós estruturamos um grupo relativamente coeso, uma experiência acumulada que resultou em algumas publicações sobre o desenvolvimento local e o desenvolvimento territorial (ENTREVISTADO 02).

Nesse contexto, houve uma articulação interessante entre o que se tinha acumulado de projetos de desenvolvimento no país e as experiências internacionais e as discussões acadêmicas. Isso tudo vai dando o formato do que viria a ser a política de desenvolvimento territorial. O Entrevistado 03 mostra que havia a sinalização da política, sempre pensada a partir de processos participativos de envolvimento da comunidade, conforme o modelo de gestão proposto pelos governos do PT.

A gente começou a fazer esses desenhos. Né. A gente saía fazendo cruzamento de um desenho com o lado não governamental com o lado governamental. 'Dai' a gente começou a fazer esses ensaios e tem um "montão de desenhinhos" para ser o ponto de partida. Paralelo a isso, em função desse mais ou menos desenho que a gente tinha, a gente começou a discutir a criação dos colegiados (ENTREVISTADO 03).

Na ata do CONDRAF de 16 de junho de 2004, consta que o Grupo de Trabalho Institucionalidade e Gestão Social, um dos responsáveis por pensar a política de desenvolvimento territorial, discutiu a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, com recorte territorial. A proposta era de que a Conferência fosse realizada pelo CONDRAF e tivesse o propósito de apresentar experiências que pudessem servir como base para as políticas públicas territoriais. Ou seja, segundo a ata do então presidente Miguel Rosseto, "uma conferência compartilhada, num esforço coletivo do governo e da sociedade civil, no sentido de fazer um balanço das experiências de desenvolvimento territorial que pudessem subsidiar essas iniciativas" (CONDRAF, 2004).

A ata de 05 de junho de 2007 ressalta a importância da academia na configuração de uma política territorial. Segundo o texto, Valter Bianchini, então Secretário de Agricultura Familiar,

ressalta os resultados de uma pesquisa acadêmica coordenada por Lauro Mattei mostrando que “é necessário levar em conta a estratégia territorial em harmonizar políticas. Esse conjunto de políticas harmonizadas estão mostrando um resultado animador [...]” (CONDRAF, 2007).

Desse modo, percebemos as possibilidades de colaboração e as interseções entre movimentos sociais, reflexões acadêmicas e Estado. A adequação da política de desenvolvimento territorial para o Programa Territórios da Cidadania avança nessa lógica configuracional de articulação entre as ideias e as percepções de vários atores. Gostaríamos de destacar que esses momentos de interação entre diferentes atores perpassam também por conflitos de acordo com o posicionamento ideológico de cada um, combinado à sua trajetória política. No caso específico da construção do Programa, houve momentos de tensão nos espaços de participação criados para atender as demandas da política e também problemas relacionados às dificuldades da intersectorialidade. Conforme destaca Favareto (2013 *apud* LOTTA; FAVARETO, 2016, p. 53):

Logo após os primeiros anos de implementação, o TC [Território da Cidadania] passou a enfrentar sérias dificuldades justamente naquilo que ele propunha ser inovador: em vez de integração de políticas, os ministérios passaram a operar sob a lógica de ofertas de recursos e linhas de intervenção já existentes; os fóruns territoriais perderam capacidade de pactuar projetos restringindo-se a selecionar prioridades dentre as ofertas dos ministérios.

Portanto, consideramos que as redes foram essenciais para a construção da política, em que ideias se organizaram, mas não sem questões conflituosas entre a maneira como os implementadores deveriam operar a política. Diante disso, entendemos que os desafios para os gestores municipais são muitos, mas, especialmente, retomar o diálogo entre eles e propor coalizões que discutam os territórios e as possibilidades de inovação nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, foi resultado de uma série de intervenções da sociedade, via ONG ou entidades de assessoria, nas áreas rurais buscando construir estratégias de enfrentamento da pobreza e possibilitando a inserção no mercado. Essas experiências, lideradas por pessoas que em 2003 passaram a fazer parte da gestão pública, foram aglutinadas e deram o formato ao que viria a ser o Programa Territórios da Cidadania.

A ocupação de cargos no governo fez com que esses militantes se apropriassem das capacidades técnicas e modificassem as estruturas institucionais e, conseqüentemente, o modo de fazer as políticas públicas. A consolidação de uma rede, na qual os atores mantinham relações de proximidade desde os anos 80 e 90, mostra o amadurecimento de dinâmicas e processos que se tornaram essenciais na proposição do desenho da política pública. Essas experiências compartilhadas fomentaram a discussão em diversos espaços, tanto internos ao Estado, como nos próprios movimentos sociais e entidades da sociedade civil.

A própria criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial sinaliza a força que a discussão vinha ganhando na agenda governamental. Combinado a isso, os espaços participativos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável e as Conferências Nacionais, possibilitaram maior diálogo entre os movimentos sociais e o Estado nesse período. A constante troca de ideias entre os que ocupavam a gestão pública e os diversos atores que militavam nesses espaços teve a marca do diálogo sistematizado, em que, na maioria das vezes, os atores não governamentais definiam a agenda das negociações (ABER, SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

O estudo mostrou ainda que a rede construída desde os anos 80-90 conseguiu articular novas conexões, possibilitando que o Programa Territórios da Cidadania tivesse sido visto pelo Governo Federal como uma possibilidade de reconduzir o desenvolvimento rural no país. Conforme mostramos, o próprio efeito do nome do Programa causou interesse tanto do Governo como da sociedade em conhecer a ideia que balizaria as políticas do campo no país.

Uma direção para o futuro das pesquisas sobre a relação entre movimentos sociais e Estado seria pensar as estratégias e repertórios utilizados nesse novo contexto político pós-2016, especialmente com a diminuição dos diálogos da gestão pública com a sociedade. A questão é: depois de anos de participação nas arenas públicas, como os movimentos sociais irão se reinventar para pautar suas demandas e possibilitar a elaboração de políticas públicas que os beneficie?

O que temos observado no contexto atual é a resistência da agricultura familiar através de mobilizações e protestos de rua, pautados pelos movimentos sociais, mas que não têm tido ressonância na burocracia estatal. As perspectivas no campo das políticas públicas para os agricultores familiares não são boas e os territórios, cada vez mais desmobilizados, precisam se reinventar nas estratégias em busca de maior envolvimento entre os municípios, visando à promoção da sinergia entre o Estado e a sociedade, nem que seja no plano local.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **DADOS**, v.57, n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun., p. 325-357, 2014.
- ABERS, R.; VON BULLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 28 p. 52-84, Porto Alegre, 2011.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: SABOURIN, E.; Teixeira, O. (orgs). **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais**. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília, UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, 2012.
- BANASZAK, L. A. **The women's movement inside and outside the state**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BUTTO, A.; BEMERGUY, E. A Cidadania nos territórios: o olhar da coordenação executiva do Programa Territórios da Cidadania sobre o Estado e as mudanças na agenda de desenvolvimento nacional. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, p. A. **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: UFPE, 2014.
- CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; BASTOS, V. Identidade e participação social na gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2013.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, p. A.
Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: UFPE, 2014.

COELHO, V. S. P.; FAVARETO, A. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. *In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L.*
Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

CONDRAF, **Ata da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - 16 de junho de 2004.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_20/18_0.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

CONDRAF, **Ata da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - 05 de junho de 2007.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/28-2.pdf>. Acesso em 04 fev. 2019.

DOWBOR, M. Ocupando o Estado: a análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980. *In: CARLOS, E; OLIVEIRA, O. P.; ROMÃO, W. de M.* **Sociedade civil e políticas públicas.** Atores e instituições no Brasil contemporâneo. Chapecó: Argos, 2014.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network Analysis, Culture, and the Problem of Agency. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 6., 1994.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. **Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21 n. 60, fev. 2006.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. L. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n.1, 2015.

LAVALLE, A. G. (org.). O horizonte da política. **Questões emergentes e agendas de pesquisa.** São Paulo: UNESP: CEBRAP/CEM, 2012.

LOTTA, G. FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.24, n. 57. Curitiba, 2016.

MELO, p. D. de A.; SANTOS, A. R. T.; ALBUQUERQUE, C. F. de; GALVÃO, I. de C.; BARBOSA, L. C. B. G.; VIEIRA, M. do
C. Desenvolvimento Rural e Gestão Territorial: Análise comparativa entre os Territórios do Litoral Norte e do Alto Sertão de Alagoas. Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. CD ROM (ISBN 978-85-63737-02-1). Belém, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília: MDA/SDT, jun. 2005.

NIEDERLE, p. A. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, p. A. **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: UFPE, 2014.

OLIVEIRA, L. F. T; SILVA, S. P. **Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense.** Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. de S. (org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** ed. Civilização Brasileira, 2002.

SILVA. S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil.** Ipea: Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. L. de, GOMES, p. C da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ZANONI. M. Prefácio. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, p. A. **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: UFPE, 2014.

O ARTISTA E AS INTERPRETAÇÕES DA MODERNIDADE: Leituras de Charles Baudelaire

THE ARTIST AND INTERPRETATIONS OF MODERNITY: READINGS OF CHARLES BAUDELAIRE

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0003-4996-0275>

RESUMO

Propomos uma leitura crítica sobre a modernidade a partir da ótica benjaminiana, esclarecendo que a sua escolha por Charles Baudelaire foi motivada pelo fato de ser um dos artistas porta-vozes de interpretações sobre esta época, na qual artistas teorizavam poeticamente sobre o objeto de arte, suas condições de produção, suas técnicas e a busca do novo em meio à imprevisibilidade ressaltada com a modernidade. Como Baudelaire relaciona temas como o desenvolvimento do capitalismo e a subalternização das pessoas e o esfacelamento do mundo moderno pela via da arte, a partir de uma consciência melancólica que cruamente desnuda as relações sociais, destacando o tom de racionalidade trazido pelos autores e as visões do cotidiano marcado pela contraditoriedade da vida moderna encaradas de forma melancólica. Pois, a importância de Baudelaire para inaugurar a modernidade lírica crítica a um estilo de vida que aparta as pessoas umas das outras, do mundo, promovendo a fragmentação e a dispersão como premissas primeiras.

Palavras-chave: melancolia; artista; consciência; capitalismo.

ABSTRACT

We propose a critical reading on modernity from Benjamin's point of view, elucidating his choice by Charles Baudelaire as one of the artist's voices of interpretations about this time, where artists poetically theorize about the object of art, its production conditions, its techniques and the search for the new in the midst of the unpredictability highlighted by modernity. We will discuss how Baudelaire relates themes such as the development of capitalism and the subalternization

¹ Jórisa Danilla Nascimento Aguiar é professora adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutora em Ciências Sociais, mestra em Ciências Sociais, especialista em Economia Política Regional e graduada em Administração, bem como licenciada em Sociologia e Pedagogia. CV: <http://lattes.cnpq.br/9220956362393869>

of people and the shattering of the modern world by the art route, from a melancholic consciousness that cruelly strips social relations, highlighting the tone of rationality brought by the authors and visions of the daily life marked by the contradiction of modern life faced in a melancholy way. We will therefore emphasize the importance of Baudelaire to inaugurate lyrical modernity critical of a lifestyle that separates people from each other, from the world, promoting fragmentation and dispersion as the first premises.

Keywords: melancholy; artist; consciousness; capitalism.

OS CEGOS

*Contemplai-os minha alma; eis que são pavorosos!
São como manequins, vagamente risíveis;
E sonâmbulos são, singulares, terríveis;
E quem sabe aonde vão seus globos tenebrosos?
Seus olhos, donde a chama eterna é partida,
Como se olhassem longe estão no firmamento;
E não se vê jamais, por sobre o pavimento,
Inclinar vagamente a fronte sucumbida.
Atravessam assim a infinda escuridade,
Esta irmã do silencio imutável, cidade!
Enquanto em torno a nós é um lamento o teu canto
Que é tão atroz que chega a perder-se no orgasmo,
Vê que eu erro também e mais do que eles pasmo,
Digo: "O que pelos céus eles procuram tanto?"
(Quadros Parisienses, As Flores do Mal*

- Charles Baudelaire)

INTRODUÇÃO

Partimos da afirmação de que determinadas obras ou artistas transcendem o ideário de uma época, mesmo quando parecem discorrer sobre uma situação histórica ou realidade precisa. No presente texto, a partir de leituras de George Simmel e Walter Benjamin, debatemos teorias da modernidade sob a ótica de intelectuais e artistas ligados à essa vertente, muitas vezes pela forma da estética. Simmel nos apresentou uma multiplicidade de subjetividades para a constituição do sujeito, não restritos a formas muito rígidas, nos proporcionando argumentos para uma redefinição da sociedade sob a mediação dos indivíduos uns com os outros, uma perspectiva

durkheiminiana, porém, mais sutil. Assim, se distancia da realidade para se encontrar com ela. Benjamin, que aponta temas da modernidade sob a perspectiva da renovação – à luz de distintas interpretações possíveis – muitas vezes evidencia o conflito, o indivíduo que cresce em meio àquela nova realidade, a nova constituição de mundo, das cidades, da modernidade. A própria emancipação burguesa e a inspiração marxista marcam algumas de suas interpretações. Com relação às leituras de Charles Baudelaire, as quais estudaremos com mais afinco neste trabalho, Benjamin via no romance um meio caminho entre a narrativa epopeica e a informação burguesa, uma abertura para correntes de interpretação que a imprensa não abria. Todos os romances têm essa característica de abertura, uma possibilidade de interpretações que não rompe, contudo, com as narrativas tradicionais. Proporciona uma significação constitutiva para a nossa própria vida, ao mesmo tempo que apresenta experiências. No caso dos poemas de Baudelaire, apreendia-se a própria experiência, destacando que havia em seus romances uma relação melancólica com a reminiscência.

Benjamin apresenta menos pudores para lidar com a discussão da melancolia, por isso escolhe Baudelaire como autor central de suas investigações sobre o tema. Para o primeiro autor alemão, há uma sintonia entre o público receptor e a obra de Baudelaire. A melancolia tratada por Baudelaire não é dada na forma clássica, de preguiça ou depressão; é sim a melancolia característica do século XIX, a dispersão, uma vida de tensão onde não se consegue vincular a algum ponto.² Apostar nos leitores do autor francês seria uma tarefa arriscada, teriam que ser seduzidos pela sua obra, ainda mais pela escolha da lírica, que estava em desuso à época. Porém, acaba se tornando um sucesso, principalmente depois de sua prematura morte, em decorrência do seu estilo de vida boêmio.

O público de Baudelaire assumiria, pois, uma postura crítica à modernidade e suas dualidades, ao direito à informação. A modernidade do autor apresenta em si o seu contrário: a resistência à modernidade. Assim, assimila a fragmentação característica e a expõe. Inaugura a participação do artista na vida moral e política da sociedade. Por essa razão, para Walter Benjamin, a obra de Baudelaire não envelhece, se trata de uma poesia que causa a mesma sensação de intensidade tanto quando foi escrita quanto depois.

Utilizando-nos fundamentalmente da obra *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* (BENJAMIN, 1989), faremos uma leitura benjaminiana da modernidade e da missão da arte para com esta época, na qual artistas teorizam poeticamente sobre o objeto de arte, suas condições de produção, suas técnicas e a busca do novo em meio à imprevisibilidade ressaltada com a modernidade. Contudo, outras obras também vão contribuir com a nossa argumentação.

Apresentado o eixo temático, dividiremos o trabalho em três momentos. Na primeira parte, abordaremos as contribuições de Walter Benjamin e os desdobramentos de seus escritos sobre a modernidade, elucidando a sua escolha por Baudelaire como um dos artistas porta-vozes de

² Essa mesma ideia é trazida por Simmel (2005), no texto: *As grandes cidades e a vida do espírito* (vide referências). Benjamin contrapõe-se à Simmel porque ao invés de escolher o indivíduo heroico, traçando uma realidade com os seus próprios parâmetros, utiliza a busca por experiências. Benjamin nos oferece essa busca de experiências através da discussão pela via da memória, tratada no decorrer do trabalho.

interpretações sobre esta época. O poeta, o crítico da modernidade, a testemunha da modernização social e suas definições sobre a multidão das cidades, a ideia de memória bergsoniana, o choque perante as mudanças e o vínculo da arte com a realidade farão parte desta discussão embasada no poeta francês, a partir da leitura de Benjamin.

A segunda parte está destinada ao estudo de outras obras de Baudelaire, a saber: *Sobre a Modernidade. O pintor da vida moderna* (BAUDELAIRE, 1996) e *Les fleurs du mal* (BAUDELAIRE, 1857), seu livro mais conhecido. Suas obras, marcadas por um apuro formal típico da poesia francesa clássica, descrevem cenas das vidas cotidianas de personagens marginalizados nas cidades. Assim, discutiremos como ele relaciona temas como o desenvolvimento do capitalismo e a subalternização das pessoas, o esfacelamento do mundo moderno pela via da arte, que desde uma consciência melancólica cruamente desnuda as relações sociais na modernidade. Traremos ao debate outros artistas e intelectuais que contribuem com o autor francês em sua temática de representação da realidade e sua contraditoriedade. Victor Hugo, Edgar Allan Poe, Marcel Proust, Eugène Delacroix, Constantin Guys e Paul Valéry endossam este debate.

No terceiro e último momento, nas conclusões, pretendemos retomar as ideias apontadas anteriormente, destacando o tom de racionalidade trazido pelos autores e as visões do cotidiano marcado pela contraditoriedade da vida moderna encaradas de forma melancólica. Destacaremos, pois, a importância de Baudelaire para inaugurar a modernidade lírica crítica a um estilo de vida que aparta as pessoas umas das outras, do mundo, promovendo a fragmentação e a dispersão como premissas primeiras.

WALTER BENJAMIN: A ESCOLHA POR BAUDELAIRE

No decurso de sua aproximação com o marxismo, Walter Benjamin via grande relevância na questão das grandes cidades que se modificavam a partir do desenvolvimento do comércio, do capitalismo, da marginalização das pessoas. A percepção do sujeito como um crítico da modernidade avizinha o olhar de Baudelaire e de Benjamin para com a sociedade. Em meio a artistas e revolucionários, o autor alemão viu no poeta francês a sensibilidade necessária para tratar criticamente desta época, com sua vivência da modernização social na Paris do século XIX. Baudelaire foi indiscutivelmente um artista revelador, e até hoje segue igualmente importante, quiçá tenha alcançado maior importância. Tinha a necessidade de dar nome às coisas, aos fenômenos, e, assim, foi um dos primeiros a utilizar o termo “modernidade” para dar conta de explicar uma nova maneira de se relacionar com o mundo, desde as cidades, do capitalismo e com as tensões trazidas pela precarização do trabalho na classe proletária. “Pintava” cenas das vidas cotidianas de personagens que residiam, sem escolha, às margens das cidades. Conforme aponta acertadamente o alemão Friedrich (1975, p. 35), a inquietação específica do poeta em estudo é “a possibilidade da poesia na civilização comercializada e dominada pela técnica”. Friedrich ainda pontua, sobre o emprego da palavra modernidade por Baudelaire, em 1989, que:

[...] desculpando-se pela novidade, necessita dela para expressar o particular do artista moderno: a capacidade de ver no deserto da metrópole não só a decadência do homem, mas também de pressentir uma beleza misteriosa não descoberta até então (FRIEDRICH, 1975, p. 35).

Benjamin (1985), no texto “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”, discorre sobre os impactos do avanço da modernidade sobre a sociedade europeia, valendo-se do êxito da poesia lírica de Baudelaire. É uma literatura que tinha uma função própria da massa na cidade grande, onde através da estética se desvendava o destino de uma época, em meio a um mundo moderno onde há um declínio da possibilidade do sujeito reconstruir a sua identidade. A massa e a homogeneidade e a busca do particular na universalidade dos grandes centros são temas recorrentes entre os autores. E é a sensibilidade de encontrar na multidão a alma, a unidade, que faz com que o método dialético de um e a poesia de outro se complementem num estudo sobre a interioridade da cidade moderna, onde o olhar de desconforto se mistura ao olhar de beleza com os retratos da mesma cidade grande.

O filósofo brasileiro Konder (1999, p. 96) acrescenta ao debate que a perspectiva crítica de Baudelaire, no plano político, é a dos conspiradores boêmios, os rebelados dos meios burgueses:

Ele poderia dizer, como Flaubert: de toda a política, a única coisa que eu entendo é a revolta. Suas ideias assumem o caráter de uma ‘metafísica do provocador’. Por um lado, isso dificultava muito sua incorporação a qualquer movimento popular organizado (sabe-se que Baudelaire apoiou a sublevações de 1848, mas considerou-a uma ‘loucura do povo’); por outro lado, sua aguda rebeldia não lhe permitia adaptar-se plenamente as regras do jogo instituídas pelas classes dominantes. [...] Baudelaire, na avaliação de Benjamin, era um flâneur, um homem que passeava sozinho pela cidade, observando-a como um espetáculo (KONDER, 1999, p. 96-97).

De acordo com Walter Benjamin, pensadores como Baudelaire e outros que chamaremos ao debate (a exemplo de Constantin Guys, Allan Poe, Henri Bergson, Proust, entre outros) compreendiam, através de sua obra, o impacto que a “modernidade” provocou na mudança da “experiência”.

Para Edgar Allan Poe, o *flâneur* é, sobretudo, alguém que não se sente seguro em sua própria sociedade, procurando, por esse motivo, a multidão. Não muito longe disso é que se deve procurar a razão pela qual ele se esconde nela, numa visão benjaminiana (BENJAMIN, 1985). O desejo de evasão do mundo e de si mesmo se intercalava com o olhar de descoberta para com uma riqueza que os homens não costumam perceber, que pode ser encontrada na cidade grande, na multidão. É preciso indicar ainda que Baudelaire amava a solidão, mas ele a queria no meio da massa. Esse caráter ambíguo da vida moderna parece ser dominado com toda a clareza por Baudelaire em seu estilo de vida. O caráter do *flâneur* compartilha a situação da mercadoria, com o seu “descolamento” do mundo das coisas, das pessoas, abandonado à própria “sorte”. Konder (1999, p. 97) adianta que “o flâneur é um desenraizado, que pode ir a todos os lugares, mas não está ‘em casa’ nem em sua própria cidade, já que para ele ela é apenas um ‘mostruário’”, manifestado contra a divisão do trabalho.

E no texto sobre a modernidade, Baudelaire enfatiza que:

Para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente. O observador é um príncipe que frui por toda parte do fato de estar incógnito (BAUDELAIRE, 1996, p. 20).

Em relação à experiência modificada pela modernidade, a obra de Bergson (1999) aparece como fundamental para pensar a memória como agente possível na criação de subjetividades, orientada pela biologia. Benjamin (1989, p. 105) aponta que a estrutura da memória é decisiva para a estrutura filosófica da experiência. Assim, discorre sobre a discussão da memória através da ideia bergsoniana, na qual o sujeito atua desde determinados elementos da memória para o inconsciente. Vivemos dentro do ponto de vista racional, não por vínculo estético, mas os vínculos com a realidade problematizam mais a relação sujeito e objeto. Bergson nos aponta que há possibilidade do vínculo com o objeto pela via da memória, ao contrário de Proust, que não acredita nesse controle do sujeito, tendo que se valer do acaso. Benjamin pontua a mudança na estrutura da experiência do leitor, através do contato com a poesia lírica, que se desvela na dispersão. Confronta as diversas concepções de memória em Bergson e Proust. Enquanto que Bergson utiliza-se da busca de experiências do leitor, pensando o sujeito a partir de determinados elementos da memória para o inconsciente (memória voluntária, pura), para Proust (memória involuntária), tudo se encontra mais vinculado ao acaso, cada vez mais subjugada a uma expressão estética, a uma simulação.

Baudelaire, entendido desde uma leitura benjaminiana, sugere que a substituição da forma narrativa pela informação e da informação pela sensação reflete-se como crescente “definhamento” da experiência. Benjamin ainda indica a relação entre a experiência e a vivência (começando a mencionar uma definição de “choque” em relação à vida nas grandes cidades na modernidade). Constatada a ausência de significado, vive-se na modernidade a ausência da perfeição, entregando-se à fragmentação, sem coerência física. A noção de choque e o abortamento de uma sensibilidade em favor da não assimilação das rápidas mudanças acontecidas nas grandes cidades é uma ideia trazida por Benjamin, e se enlaça perfeitamente com a discussão simmeliana de “intensificação da vida nervosa” que força o indivíduo a agir mais com o entendimento do que com a sensibilidade, uma frieza desenvolvida com o excesso de racionalidade que, quando observadas de forma distanciada provoca certa repulsa moral [...], apontada pelo professor Maurício Aguiar, sem sua tese de doutoramento (AGUIAR, 2012, p. 52).

É com esse público que Baudelaire faz sucesso, somos marcados por sucessivos choques (na modernidade) e desenvolvemos uma proteção. Assim, não conseguimos assimilar totalmente esses choques. O poeta francês escreve como se estivesse vinculado a esses choques e em suas obras e modo de vida, expõe como nossa atitude, muitas vezes vista como *blasé*, na verdade, expressa um tipo de proteção “para-raios” para com essas mudanças abruptas. Dessa forma, ele assimila o fragmentado e o expõe, sendo o real motivo de sua poesia se tornar emblemática para pensar a modernidade. É uma arte que nos faz pensar a ausência de nexos da modernidade.

Desenvolve uma explicação que aproxima Paul Valéry, poeta francês, e Freud, para concluir, como uma das ideias nevrálgicas do capítulo que:

O fato de o choque ser assim amortecido e aparado pelo consciente emprestaria ao evento que o provoca o caráter de experiência vivida em sentido restrito. E, incorporando imediatamente este evento ao acervo das lembranças conscientes, o tornaria estéril para a experiência poética (BENJAMIN, 1989, p. 110).

A experiência do choque é uma das que se tornaram determinantes para a estrutura de Baudelaire (BENJAMIN, 1989, p. 112). Utilizando-se de uma rejeição moral com a modernidade, encarna um indivíduo chocado com a indiferença da cidade. A multidão, para ele, é o espaço da liberdade do *blasé*, e, por ser defeituosa, torna-se um espaço perfeitamente humano. Assemelha-se à ideia de Simmel, que expõe uma personalidade que não encontra significado no que trata das questões da modernidade, assim como o encontro da dialética de Benjamin com a contraditoriedade e tensões enxergadas por Baudelaire. Onde Baudelaire realiza poeticamente, o alemão constrói através do método.

Utilizam-se das particularidades urbanas para dissertar sobre as grandes cidades e os seus espaços particulares (lugares de encontro, que existem, mesmo na Paris de XIX), bem como da sociedade moderna e da humanidade. Encontrar o particular dentro do universal é uma das tarefas dos autores estudados. A temática da multidão que, para Benjamin, “se impôs com maior autoridade aos literatos do século XIX - começava a se articular como público em amplas camadas sociais, onde a leitura havia se tornado hábito” (BENJAMIN, 1989, p. 114). Essa multidão de fim de século representa uma postura crítica à desumanização, aos processos políticos vividos, à intensificação de busca de liberdade.

Karl Marx, como grande crítico da economia política, desvenda o processo violentador que a multidão injeta, a coisificação do homem. O homem acaba inserido dentro de algo que ele não controla, servindo apenas de instrumento. “Multidão”, como um conceito pré-marxista, é uma espécie de tradução da modernidade a partir da percepção do trabalho, das relações entre sujeito, tempo e espaço. Baudelaire vai seguindo um rastro moral contra a modernidade repreendendo essa desumanização. Aqui também há lugar para a defesa do anti-trabalho, como forma de reorientar a percepção das coisas. Destaca a incompletude do homem moderno, sempre buscando algo que não consegue atingir, enquanto que também orienta as percepções que impedem a experiência. São duas manifestações da mesma ideia central: a constatação de que não se pode controlar o sentido da vida moderna. A experiência trata da formulação do desejo, algo que demanda tempo, e se relaciona com a ideia de que você estrutura suas ações para determinado fim. Na modernidade, não somos orientados a partir do desejo e sim na busca pelo prazer que, geralmente, não se evidencia.

BAUDELAIRE, A ARTE E AS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE

A destruição permanente e a renovação são marcas da sociedade moderna, que, para o poeta francês, acabam com suas verdades. Benjamin afina-se com essa contrariedade, para ele, o mundo moderno é esfacelado. Para desnudar essas contradições, Baudelaire introduz a cidade como tema, fazendo-a, junto com seus habitantes, um assunto central na poesia. Também a imprevisibilidade ficou evidente na vida das cidades. Não se trata de afirmar que a modernidade instalou um novo tempo, mas ela salientou determinadas características. A evidente ideia de inacabado toma conta do mundo e da arte. A obra de arte seria também algo não concluído, na modernidade, uma manifestação igualmente adotada por Auguste Rodin,³ evidenciada na ideia de “imperfeitabilidade”. O esboço e os *croquis* são, nesse sentido, os perfeitos tradutores dessa nova maneira de representação da vida moderna.

De acordo com a leitura de Benjamin (1985, p. 92), Baudelaire “moldou a sua imagem artística segundo a imagem do herói”, em que, desde o início, eles se equivaleriam. Demonstra em um poema em seu livro *As flores do mal* que o artista, o *flanêur*, era uma figura frágil em sua essência, uma fragilidade acentuada pela busca do rompimento com a existência burguesa. Acentua que o artista “antes de ser vencido, solta um grito de terror”; desse modo, vislumbra que fazer da necessidade uma virtude consiste em uma atitude heroica.

Complementa a ideia afirmando que:

[...] é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa população doentia, que engole a poeira das fábricas, que inala partículas de algodão, que deixa penetrar seus tecidos pelo alvaiade, pelo mercúrio e por todos os venenos utilizados para produzir obras-primas [...] Essa população se mata esperando as maravilhas a que o mundo lhe parece dar direito; sente correr sangue purpúreo em suas veias e lança um longo olhar, carregado de tristeza, para a luz do sol e para as sombras dos grandes parques (BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN, 1985, p. 98).

O homem moderno é o herói descrito por Baudelaire, submetido às contradições da modernidade. “O herói é o verdadeiro sujeito da *modernité*”, ressalta o francês. Assemelha-se ao heroísmo brechtiano,⁴ em que os personagens “aprenderam na vida, com muito sofrimento, as verdades que lhes convinham”. Conforme descrevia Brecht, seus personagens, os heróis, não nasciam destinados ao heroísmo e não tinham a pureza dos heróis das antigas tragédias, “assimilavam as rudes lições que lhe dão os que o espancam” (KONDER, 1999, p. 75). Konder ainda acrescenta que

³ Rodin teve sua primeira obra recusada pelo prestigiado *Salon de Paris*, justamente por esta característica marcante. *O Homem de Nariz Quebrado*, de 1864, foi considerado pelo júri como um projeto inacabado, um esboço, e que assim não poderia ser exposto. *O beijo* e *O pensador* são provavelmente suas obras mais conhecidas. Rodin pretendia quebrar com a rigidez da concepção do sujeito como forma de interação com a arte, tendo em vista contribuir para a plena noção de seu caráter vivo neste processo, tentando produzir no espectador uma outra visão de sujeito e de objeto, desenvolvendo uma espécie de liberdade para o sujeito se relacionar com a obra de arte (SIMMEL, 2002). Encontra-se sepultado no Museu Rodin, na mesma França que o negou.

⁴ Faz referência a Bertolt Brecht, importante intelectual e dramaturgo alemão, que posteriormente se tornou marxista.

o romantismo “heroicizou o melancólico”, “[...] e Benjamin – *semelhante a Baudelaire*⁵ – era, sem dúvida, “profundamente marcado pelo romantismo” (*Ibid.*, p. 117).⁶

Baudelaire sempre escreveu poemas marcados pelo sadismo e pela melancolia. Por conta de seu estilo de vida boêmio e com a intenção de sanar problemas econômicos, começou a escrever críticas na imprensa nacional. Era recorrente em sua obra o tema da consciência do artista, uma característica que chama a atenção de Walter Benjamin, que sobre o tema destaca que

A produção poética de Baudelaire está associada a uma missão. Ele entreviu espaços vazios nos quais inseriu sua poesia. Sua obra não só se permite caracterizar como histórica, da mesma forma que qualquer outra, mas também pretendia ser e se entendia como tal (BENJAMIN, 1989, p. 110).

Entre as obras do artista francês, as primeiras publicações relevantes foram críticas de arte, no caderno chamado *Los Salones* (1845-1846), no qual discorria criticamente sobre as pinturas e os desenhos de artistas contemporâneos franceses. Seu primeiro êxito literário chegou em 1848 quando apareceram as traduções que fizera do escritor norte-americano Edgar Allan Poe, atividade que continuou realizando até 1857, ano de publicação de *As Flores do Mal*. Sua poesia é bastante clássica em relação ao verso (versos alexandrinos), dentro desse verso, se aproxima de um prosaísmo da fala, um diferencial dessa poesia. *As flores do mal* é o único poema em versos que ele publica em vida. Muito pensado estruturalmente, retido dois meses após a sua publicação. Em sua melancolia, o amor é sempre difícil, carnal. Esse elemento da dor vai incomodar, e, escrito de maneira crua, fica proibido até o período entreguerras, até metade do século XX. O processo de condenação do livro só foi retirado depois das décadas de 20 e 30. Paul Valéry escreve *A situação de Baudelaire* (1924), uma publicação importantíssima sobre Charles Baudelaire, o colocando como grande poeta francês.

O “poeta maldito”, um marginal em termos de sociedade, utiliza o termo *spleen* (melancolia), como uma maneira de dar conta dessa melancolia em seu estranhamento, justificando, pois, a escolha de utilizar uma expressão estrangeira para um contexto específico da Paris do século XIX. Torna-se importante não só para Paris, mas também para o desenvolvimento de uma poesia moderna, por tratar de uma consciência que aflora e que é interpretada via estética. Não mencionava em seus escritos uma definição específica das cidades ou centros urbanos – como fazia Victor Hugo – mas era um tema intrínseco para tratar da assimilação de mundo pelo sujeito por meio da arte. Esse *spleen* descreve uma espécie de estado onde se amortecem os choques, expondo a vivência do homem moderno (BENJAMIN, 1989, p. 136-137).

O simbolista Gustave Kahn (*apud* BENJAMIN, 1985, p. 93) afirma que o “trabalho poético em Baudelaire parecia um esforço físico”. A partir do que vemos na obra “*O pintor da vida moderna*”, podemos fazer uma comparação metafórica com o esgrimista – onde não há uma lógica

⁵ Grifo nosso.

⁶ É importante ressaltar que, a melancolia de Benjamin, retratada na obra de Konder (1999, p. 118), faz referência ao sofrimento, às dolorosas experiências pessoais. Mas a aceitação da sua própria melancolia acontecia em mão dupla à crítica a uma “melancolia de esquerda”, de Erich Käster (autor alemão) e outros. Ver Benjamin (1987), nas referências.

pré-concebida, uma harmonia – utilizando-se da relação do pintor com a própria pintura. Toma o exemplo de Constantin Guys para descrever esse labor poético:

[...] como ele está ali, debruçado sobre a mesa, visando a folha de papel com a mesma exatidão com que, durante o dia, encara as coisas ao seu redor; como ele esgrime com seu lápis, com sua pena, com o seu pincel; como deixa água respingar do seu copo na direção do teto e como experimente a pena em sua camisa; como se põe a trabalhar e com ímpeto, parecendo temer que as imagens lhe fujam. Assim ele é um lutador, ainda que solitário, aparando seus próprios golpes. (BAUDELAIRE, *apud* Benjamin, 1985, p. 93).

Baudelaire também apresenta uma noção de indivíduo, uma certa aspiração em relação à modernidade, à busca por unidade, um indivíduo nunca realizado, submetido à “não assimilação” do mundo. Ainda na obra “O Pintor da vida moderna” (1996), Baudelaire descreve na relação do pintor-pintura, um vínculo da arte com o artista que consegue representar e apreender a realidade. Através de seu estrito vínculo com a obra, perde na mesma dimensão o vínculo com as coisas e com os outros. A experiência do sujeito e a construção de laços afetivos é uma forma racional de construir sua própria noção de história, de identidade. O pintor da modernidade teoriza a visão sobre o objeto da arte, sua técnica e esfera de produção. A busca do novo e da reinvenção seria uma das funções da arte. Esse pintor tratado por Baudelaire em texto de mesmo nome é Constantin Guys, o homem do mundo, ou, para Edgar Allan Poe, o homem das multidões. Eram pinturas cheias de imaginação, que tratavam da transitoriedade e vivacidade, conforme acontecia a vida na modernidade. Entre esses artistas solitários que mereciam destaque, para Baudelaire estava Eugène Delacroix, um amigo que muito admirava citado em seu livro *Les Fleurs du Mal*, a quem afirmava que para além da intelectualidade, não poderia criar uma família, devido a algumas semelhanças entre seus estilos de vida (BAUDELAIRE, 1857).

O desenvolvimento das forças de trabalho e a subalternização das pessoas são temas tratados por Delacroix e Baudelaire, na pintura e na poesia. Baudelaire inaugura a modernidade poética. Anunciou temas que seriam posteriormente desenvolvidos, como os paraísos artificiais, as viagens, as poesias surrealistas, entre outros. Era também um grande amante das artes plásticas, e o seu conhecimento e a sua reflexão sobre a pintura são importantes para o desenvolvimento do olhar sobre as cidades e sobre o mundo que ele explicita em *Les Fleurs du Mal*.

Dentro de outra proposta, se assemelha a outros artistas e pensadores, a exemplo de Charles Chaplin, que utilizava a arte para criticar o estilo de vida fragmentado, apartado da realidade. Baudelaire, esse artista dicotômico, que se refugiava do mundo e que ao mesmo tempo se infiltrava na “multidão” como forma de aliviar seu descontentamento, foi um dos primeiros a utilizar-se da melancolia (na modernidade) para isso, um mal-estar de fim de século que tomou conta da Europa como uma vertente poética, uma melancolia empática, de olhar crítico, quase cínico, irônico e carregado de pessimismo.

CONCLUSÕES: CRÍTICA DE MUNDO VIA MELANCOLIA

A intenção de Baudelaire, utilizando-se da lírica, consistia em retirar o véu das relações sociais, colaborando para que se desenvolvesse uma percepção crítica e racionalizante de mundo, mesmo sem pretender alterá-las. O seu pessimismo melancólico é um sentimento típico de quem vive afloradamente um processo de desumanização e o tédio, trazidos por uma época de grandes transformações em vários aspectos da vida cotidiana com o advento das indústrias. Benjamin nos adverte que essa poesia lírica do escritor francês estaria fundamentada em uma experiência, para a qual o choque se tornou quase uma norma, presumindo-se um alto grau de conscientização social.

A indiferença enxergada pelo *flâneur*, descrito por Baudelaire nas relações humanas que permeiam as grandes cidades, faz com que o homem se perca nessa nova realidade, apartado-se de seus bens materiais e de sua dignidade. Assim, a propensão à marginalidade e à boemia são características do homem moderno, e, por conseguinte, do próprio Baudelaire. De maneira ímpar, desvela as relações sociais modernas por meio da arte, de uma poesia refinada e ousada. Essa ousadia na forma literária misturada a uma lucidez social é característica da Europa à época, mas é também sentida no Brasil. Machado de Assis foi o primeiro poeta brasileiro a utilizar o mesmo estilo de Baudelaire para escrever, o verso alexandrino em larga escala. Roberto Schwarz, um grande leitor de Benjamin, destaca essa aproximação do poeta francês com o romancista brasileiro em seu livro *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (2000), destacando o tom de racionalidade trazido pelos autores e as visões do cotidiano marcadas pela contraditoriedade da vida moderna.

Para Machado de Assis, o contexto seria a cidade do Rio de Janeiro, que marcada pelo atraso de desenvolvimento brasileiro e latino-americano, vive os impactos decorrentes das novas tecnologias e as transformações sociais que acarretam. A indiferença, sentida por Machado de Assis – assim como por Baudelaire –, era substituída pela melancolia, diante da incapacidade de transformar o comportamento humano, era, pois, tida como uma virtude, uma espécie de compaixão e de empatia, nos escritos machadianos, conforme nos indica Aguiar (2012).

Machado de Assis utilizava frequentemente o tema da melancolia em seus escritos, como merecidamente destaca Scliar (2003) ao referir-se a uma passagem de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que merece destaque – “Melancolia, que parece, contudo, inevitável, pois é parte do cotidiano: depois do ‘alvor do dia’, vem ‘a melancolia da tarde’” (*Ibid.*, p. 146). Outros autores também se destacam no cenário nacional tendo a melancolia como causa poética, a exemplo de Lima Barreto, Álvares de Azevedo, Olavo Bilac, e assim por diante, descritos por Scliar. Concordando com Schwarz (2000), entendemos que tais autores se valem da lucidez social, burlando a distância histórica para relatar como a dominação de classes se instaura na sociedade moderna, e, se fazem singulares por utilizarem-se da estética para distanciarem-se da normalidade com que geralmente se enxerga as relações sociais no mundo moderno.

Benjamin compartilhava da melancolia que tomava Baudelaire, e deixa por fim um importante legado, valendo-se do partilhar de experiências que se perdem e se esfacelam no capitalismo em meio à competição. Pactuamos com os dois últimos referidos autores quando estes nos indicam que o homem moderno acostumado à solidão, ao isolamento, não deve continuar alheio ao mundo ao seu redor, à mercê da dissolução do seu passado em meio ao esfacelamento do mundo moderno, de coisificação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M. **Retratos de Machado de Assis: sabedoria, genialidade e melancolia na crítica literária *fin de siècle***. 2012. Tese. (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Instituto de Estudos Sociais e Políticos/UERJ. Disponível em: http://www.bdttd.uerj.br/tde_arquivos/53/TDE-2013-03-01T100934Z-2937/Publico/tesemauricio.pdf. Acesso em: outubro de 2018.

BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade**. O pintor da vida moderna. Teixeira Coelho (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BAUDELAIRE, C. Les Fleurs du Mal. 1857. **As flores do mal**. Apresentação de Marcelo Jacques; tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BENJAMIN, W. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: BENJAMIN, W.; Flavio R. K. (org.). **Walter Benjamin**. Col. Grandes Cientistas Sociais, p. 44 – 122. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BENJAMIN, W. Melancolia de esquerda. A propósito do novo livro de poemas de Erich Kästner. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas**. v. I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Sérgio Paulo Rouanet (trad.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas, v. III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FRIEDRICH, H. Baudelaire. O poeta na modernidade. In: FRIEDRICH, H. **Estrutura da lírica moderna**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

KONDER, L. **O marxismo da melancolia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SCHUWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCLIAR, M. **Saturno nos trópicos: a melancolia europeia chega ao Brasil.** 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMMEL, G. Rodin (precedido de uma nota de sobre Meunier). *In:* SIMMEL, G. **Sobre La Aventura: Ensayos filosóficos.** Barcelona: Península, 2002.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005.

O CONCEITO DE TÉCNICA EM ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER E ÁLVARO VIEIRA PINTO

THE CONCEPT OF TECHNIQUE IN ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER AND ÁLVARO VIEIRA PINTO

José Ernesto de Fáveri¹

UNIDAVI – Campus Santa Catarina

Sandro Luiz Bazzanella²

Universidade do Contestado – Campus Canoinhas

<https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>

RESUMO

A técnica se tornou, na contemporaneidade, um fim em si mesmo. Em sua condição categórica, se apresenta como o modo de vida determinante que nos envolve a partir das regras da racionalidade articulada com base em critérios de funcionalidade e de eficiência. Sob tais pressupostos, o objetivo deste artigo é contribuir com o debate a respeito da questão da técnica e suas imposições sobre a forma da relação dos seres humanos com o mundo, consigo mesmos e como outros seres humanos. Nessa direção, participam deste debate o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), mais especificamente em sua obra *Meditação da Técnica* (1963), o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), a partir do texto *A questão da técnica*, publicado na segunda metade dos anos 50 do século XX, e o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), em sua obra *O Conceito de Tecnologia v. I* (2005). Salvaguardadas as diferenças teóricas, conceituais, o que aproxima tais pensadores em torno da questão da técnica é o fato de terem vivenciado os conflitos mundiais das primeiras décadas do século XX, os horrores perpetrados pela racionalidade técnica instrumental nos campos de concentração e a condição subdesenvolvida dos povos do terceiro mundo. Questões que se desenrolaram ao longo do século XX, ceifando vidas, impondo sofrimento e miséria às culturas, aos povos e aos países subdesenvolvidos. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 2º Colóquio Álvaro Vieira Pinto, no dia 08 de dezembro de 2017, na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Palavras-chaves: técnica e tecnologia; sociedade e desenvolvimento; Filosofia.

¹ Docente e pesquisador na UNIDAVI, Rio do Sul (SC). Doutor em Educação (UFSCar), mestre em Educação, especializado em Orientação educacional e Graduado em Filosofia e Pedagogia, Ensino Superior (FURB), e-mail: faveri@unidavi.edu.br

² Professor de Filosofia na graduação e no do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – Campus Canoinhas, Doutor em Ciências Humanas (UFSC), mestre em Educação e Cultura (UDESC) e Graduado em Filosofia (IFCILD/RS). e-mail: sandro@unc.br

ABSTRACT

Technique has become, in contemporaneity, an end in itself. In its categorical condition, it presents itself as the determinant way of life that involves us from the rules of rationality articulated on the basis of criterion of functionality and efficiency. Under such assumptions, the purpose of this article is to contribute to the debate on the question of technique and its impositions on the way human beings relate to the world, to themselves and to other human beings. In this direction, the Spanish philosopher José Ortega y Gasset (1883 to 1955) takes part in this debate, more specifically in his work “Meditation of the Technique” (1963), the German philosopher Martin Heidegger (1889 to 1976), from the text: “The question of technique”, published in the second half of the 1950s and the Brazilian philosopher Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) in his work: “The Concept of Technology” Vol I (2005). Having safeguarded the theoretical and conceptual differences, what brings these thinkers closer to the question of technique is that they experienced the world conflicts of the first decades of the twentieth century, the horrors perpetrated by instrumental technical rationality in the concentration camps and the underdeveloped condition of the people of the third world. Questions that unfolded throughout the twentieth century, reaping lives, imposing suffering and misery on underdeveloped cultures, peoples and countries. Preliminary version of this article was presented at the 2^o Colloquium Álvaro Vieira Pinto, on december 08, 2017 at the Federal University of Paraná (UFPR).

Keywords: technique and technology; society and development; Philosophy.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Na contemporaneidade, o progresso da técnica na forma de novas “tecnologias” assume papel central nas discussões que permeiam o debate em torno do desenvolvimento das sociedades. Dessa forma, urge a necessidade de estudos e pesquisas, não só referentes às novas descobertas, aos avanços científicos e tecnológicos e sua aplicação, mas, sobretudo no campo teórico e conceitual no qual há necessidade de questionar: O que é a técnica? O que a caracteriza?

Notadamente, os conceitos de técnica e tecnologia são utilizados indiscriminadamente pelo senso comum desprovido de apreço e rigor conceitual, quanto ao sentido de um e de outro. O que, a princípio, poderia parecer uma confusão despreziosa e ocasional, para Pinto (2005), isso não ocorre por acaso, mas a situação é fruto de interesses das elites dominantes, que desejam conservar essa imprecisão conceitual, o que o referido autor chama de “ideologização da tecnologia”. “Uma vez convertida em ser, em coisa em si, a técnica passa a exercer por si mesma, efeitos como realidade que supõe ser” (PINTO, 2005, p. 177). Sob tais pressupostos, para efeitos deste estudo, entende-se que “Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada de tecnologia” (PINTO, 2005, p. 220).

Para garantir uma análise consistente da técnica e de seu caráter social, torna-se necessário superar a tentação dos devaneios metafísicos e abstratos. Para tanto, a técnica tem de ser concebida como uma sucessão de atos criadores efetuados pelo homem sobre o mundo. Inclusive o ato criador dos instrumentos e das máquinas como resultantes da capacidade criadora do homem para realizar ações sobre a realidade, com o fim de transformá-la de forma cada vez mais elaborada, do ponto de vista técnico, para melhorar as condições materiais da vida do ser humano. A técnica, compreendida sobre esse ângulo, está relacionada com o trabalho-ação que incide diretamente no desenvolvimento da capacidade ideativa e criadora do ser humano. Dessa forma,

Unifica a racionalidade objetiva à racionalidade subjetiva em que dialeticamente uma vai aperfeiçoando a outra ao longo da história das ações humanas. Isto é, a técnica converte-se numa propriedade inerente à ação humana sobre o mundo e exprime por essência a qualidade do homem, como o ser vivo, único em todos o processo biológico que se apodera subjetivamente das conexões lógicas existentes entre, os corpos e os fatos da realidade, as transfere, por invenção e construção, para outros corpos, as máquinas, graças aos quais vai alterar a natureza, com uma capacidade de ação imensamente superior à que caberia aos seus instrumentos inatos” (PINTO, 2005, p. 136).

Esse modo de compreender a técnica possui, como finalidade última, adaptar a natureza às necessidades vitais do ser humano, a fim de melhorar qualitativamente as condições materiais e ideais do mesmo ser. Assim, a técnica está embutida no êxito da ação humana sobre o mundo material, definindo modos de proceder cada vez mais complexos em cada momento da história da humanidade. O homem torna-se sujeito e não objeto da técnica.

Sob tais pressupostos, o objeto do presente estudo reside em torno da concepção de técnica, presente no pensamento do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), mais especificamente em sua obra *Meditação da Técnica* (1963), do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), em sua obra *O Conceito de Tecnologia v. I* (2005) e do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), a partir do texto *A questão da técnica*, publicado na segunda metade dos anos 50 do século XX.

Salvaguardadas as diferenças teóricas, conceituais, advindas dos específicos contextos sociais e políticos, europeu no caso de Ortega Y Gasset e Heidegger, e brasileiro, no caso de Álvaro Vieira Pinto, e que se desdobram em suas respectivas percepções e análises filosóficas, o que aproxima tais pensadores em torno da questão da técnica é o fato de que são homens que vivenciaram os grandes conflitos mundiais das primeiras décadas do século XX, os horrores perpetrados pela racionalidade técnica instrumental nos campos de concentração e outros tantos conflitos que se desenrolaram ao longo do século, ceifando vidas, impondo sofrimento, subdesenvolvimento e miséria às culturas, aos povos e aos países.

Sob tais pressupostos, iniciamos com uma premissa heideggeriana, expressa em seu célebre texto *A questão da técnica: A técnica é o destino de nosso tempo*. Seguramente, pode-se dizer que a técnica é o destino do Ocidente desde seus primórdios. A técnica, essa capacidade criativa humana de fabricar instrumentos para o alcance de determinados fins, acompanha o ser humano desde seus primórdios na longa caminhada humanizadora do mundo. No mundo grego antigo, há conhecimento, a partir da obra de Aristóteles, que a *téchne* está intimamente ligada à dimensão

da estética. Para o filósofo estagirita, a arte se ocupa da beleza que reflete um tipo ideal de realidade que, na natureza, apresenta-se de forma imperfeita.

Para Aristóteles, o belo é um bem, um valor universal desejável e alcançável pela via racional, mas também pela via prática no exercício ético e político da polis. Proporciona aos seres humanos a agradabilidade na contemplação das formas, do cosmo, da existência e da vida. É um bem que agrada aos seres humanos e está vinculado ao plano das faculdades cognitivas que procuram reconhecer na natureza, nos objetos e na própria vida, a ordem, a simetria e a determinação. Sob tais pressupostos, a técnica se apresenta como uma forma de conhecimento, de atividade do espírito, de engenhosidade, de criatividade humana e, enquanto tal, constitui-se na forma de atividade produtiva e prática. A técnica é potência de fazer, de materializar ideias, de colocá-las em ato através do campo produtivo.

A TÉCNICA EM ORTEGA Y GASSET

A obra *Meditações da Técnica*, do filósofo Ortega y Gasset define a técnica como o conjunto dos atos técnicos empreendidos pelo homem na modificação do mundo, na reforma que o homem impõe à natureza, modificando-a no intuito de satisfazer necessidades e vontades. A técnica materializa-se como intensa e enérgica reação contra a natureza e suas forças, trazendo ao mundo, à existência, um conjunto de objetos e de seres que passam a fazer parte do projeto existencial humano.

De onde resulta que estes atos modificam ou reformam a circunstância ou natureza, conseguindo que nela haja o que não há – seja que não existe aqui e agora quando se necessita, seja que em absoluto não existe. Pois bem, estes são os atos técnicos, específicos do homem, o conjunto deles é a técnica, que podemos, desde logo, definir como a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação de suas necessidades. [...]. É, pois, a técnica, a reação enérgica contra a natureza ou circunstância que leva a criar entre esta e o homem uma nova natureza posta sobre aquela, uma sobre natureza (GASSET, 1963, p. 14).

Para Ortega y Gasset, a importância estratégica da técnica, na modernidade, apresenta-se na medida do aumento das necessidades humanas, “sabemos que as necessidades humanas são objetivamente supérfluas e que somente se convertem em necessidades para quem necessita o bem-estar e para quem viver é essencialmente viver bem” (GASSET, 1963, p. 22). Sob os imperativos da sociedade da produção e do consumo, a técnica torna-se um fim em si mesmo, um dispositivo vital sem o qual é quase impossível pensar a vida contemporaneamente. A técnica dispõe, usufrui e reforma a vida, na medida em que potencializa os desejos humanos transformando-os em necessidades que se materializam na intensidade produtiva e na voracidade do consumo cotidiano de objetos, de relações e do mundo que circunscreve a condição humana, caracterizando a forma de vida contemporânea.

[...] o empenho do homem por viver, por estar no mundo, é inseparável de seu empenho de estar bem. Mais ainda: que vida significa para ele não simples estar, mas bem-estar, e que somente sente como necessidades as condições objetivas do estar, porque este, por sua vez, é suposto do bem estar. [...]. O bem-estar é a necessidade fundamental para o homem, a necessidade das necessidades (GASSET, 1963, p. 20).

A busca da felicidade, do viver bem, reside na disposição, na capacidade de desenvolvimento e na aplicabilidade da técnica, que pode permitir ao ser humano a longevidade, o corpo ideal, à vida saudável e prazerosa. Assim, se uma parte da vida humana está ligada ao que se pode denominar de natureza e que constitui sua dimensão biológica, que submete o humano às leis da necessidade, a outra dimensão da vida humana, sua condição humana é aquilo que se constrói, que se cria, que se inventa culturalmente, a partir dos entes e dos elementos que a natureza disponibiliza. Assim, o empreendimento humano tem, em sua capacidade técnica, as condições de submeter a natureza, o mundo que lhe é externo a seu serviço, aos seus interesses. Porém, o exuberante desenvolvimento da técnica apresenta sinais inequívocos de domínio sobre a própria condição humana. Ou seja, a racionalidade técnica e instrumental alcançou tal estágio de desenvolvimento que a própria condição humana se torna refém da técnica.

É essa capacidade de criação, de invenção, de trazer ao mundo humano objetos culturalmente construídos que se denomina de técnica. A técnica se apresenta em uma de suas dimensões na capacidade humana de trazer à existência, ao mundo humano, objetos, coisas e seres que não se apresentam num primeiro plano na existência natural de forma imediata. Mas, a capacidade e a necessidade humana de inventar a vida impulsionam a capacidade do homem de enfrentar a natureza, manipulando-a e exigindo que ela entregue o que é necessário e de interesse para o bem viver humano.

E precisamente a essa vida inventada, inventada como se inventa um romance ou uma peça de teatro, é ao que o homem chama de vida humana, bem-estar. A vida humana, pois, transcende da realidade natural, não lhe é dada como lhe é dado à pedra cair e ao animal o repertório rígido de seus atos orgânicos – comer, fugir, nidificar, etc. – Senão que o homem a faz, e este fazer a própria vida começa por ser a invenção dela (GASSET, 1963, p. 33).

É nesse contexto de invenção da vida humana, de construção do mundo, que o ser humano aposta na técnica, a ponto de transformá-la, contemporaneamente, num fim em si mesma, passando a dispor do mundo, da totalidade da existência humana. O sujeito cognoscente traz consigo a necessidade de um método que lhe permita alcançar conhecimentos que, doravante, poderão ser estabelecidos sobre o mundo, sobre a existência, sobre a natureza, sobre sua condição humana e suas relações vitais. Para Ortega y Gasset “o sentido e a causa da técnica estão fora dela; isto é: no emprego que dá o homem a suas energias disponíveis, libertadas por aquelas. A missão inicial da técnica é essa: dar franquia ao homem para poder dedicar-se a ser ele mesmo” (GASSET, 1963, p. 46).

Porém, no capítulo XII de sua obra acima citada, intitulado “O TECNICISMO MODERNO – OS RELÓGIOS DE CARLOS V – CIÊNCIA E OFICINA – O PRODÍGIO DO PRESENTE”, o filósofo abre o capítulo com a seguinte frase: “O tecnicismo da técnica moderna se diferencia, fundamentalmente, daquele que inspirou todas as anteriores” (GASSET, 1963, p. 93). O termo a ser destacado nessa passagem é “tecnicismo da técnica”. Ou seja, o filósofo aponta para a instrumentalidade da

técnica. A técnica que se apresenta como uma das principais artes que acompanha o ser humano em seus esforços de constituição de um mundo que abrigue adequadamente a vida humana, passa na modernidade e, sobretudo na contemporaneidade, a apresentar-se como ameaça aos seres humanos, ao mundo humano. Ortega y Gasset provavelmente vivenciou, nas primeiras décadas do século XX, a ação pavorosa da instrumentalidade da técnica nos campos de batalha da Primeira Grande Guerra Mundial ou os efeitos da Segunda Revolução Industrial de meados do século XIX em diante, marcados pela precarização da vida das massas de trabalhadores, que a despeito do aumento da capacidade produtiva encontravam-se em sua maioria alijados da participação na riqueza tecnicamente produzida.

Sob tais pressupostos, Ortega y Gasset reflete sobre a passagem da técnica enquanto meio a serviço do homem ao longo dos tempos para, na modernidade, assumir uma condição instrumental e, nessa direção, apresentar-se como ameaça ao mundo e a condição humana. Gasset reconhece a importância da técnica como o âmbito por excelência dos meios, que permitiu aos seres humanos criar um mundo que acolhesse a vida humana, mas, ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato dos riscos implicados na ausência do questionamento sobre a técnica transformada em fim, em condição destinal do mundo humano.

HEIDEGGER E A QUESTÃO DA TÉCNICA

É neste contexto de profundas e rápidas transformações tecnológicas, científicas, espaço-temporais que estamos vivenciando, que trazemos Heidegger ao centro deste debate, por entender que suas reflexões podem nos ajudar a compreender a questão da técnica sobre a urgência de uma concepção temporal que nos permita retomar a experiência técnico-produtiva fundante da condição humana, demasiadamente humana. Nesse sentido, é sintomático o fato de que a principal obra do filósofo alemão se intitula: *Ser e Tempo*. Porém, no texto *A Questão da Técnica*, conferência proferida por Heidegger na Escola Técnica Superior de Munique em 18/11/1953, o filósofo alemão coloca em jogo o questionamento da essência da técnica como condição para se pensar a vida nas formas como ela se apresenta (*Dasein*) na contemporaneidade. Para Heidegger, a técnica não é a mesma coisa que a essência da técnica. A essência da técnica não é, de modo algum, coisa que se reduza ao âmbito técnico. Partir do técnico como condição de sua essência não possibilita alcançar a essência, o que limita a liberdade de pensar as implicações sobre a vida, sobre as possibilidades de ser e de estar (apresentar-se) no mundo. Heidegger insiste que permanecer no âmbito do técnico como o essencial é, em última instância, negar a liberdade pelo fato de considerar a técnica como algo neutro. Heidegger,

considera nuestro tiempo como la época del predominio incondicionado de la esencia de la técnica moderna, esencia que llama das Ge-stell: lo dispuesto, el dis-positivo, la im-posición, la posición-total. Esta esencia es un modo de destinarse el ser al hombre, y a ella corresponde este [...] (GUERRA, 2006/2007, p. 12).³

³ Tradução livre da citação: Heidegger [...] considera nosso tempo como a época da predominância incondicional da essência da técnica moderna, uma essência que o autor chama Das Gestell: o querer, o dispositivo, a imposição, a posição total. Esta essência é uma forma de se direcionar ao homem, e deste homem correspondê-la.

Questiona-se a técnica ao questionar o que ela “é”, o seu “ser”. Aquilo que lhe dá identidade, que possibilita a aproximação de seu entendimento diante das possibilidades e dos matizes do que pode ser o real. A concepção moderna de técnica parte do pressuposto de que ela é um meio e um fazer humano, o que a caracteriza por sua determinação instrumental e antropológica. Porém, para Heidegger, ao definir-se a técnica como meio para fins, ou a permanência desse caráter instrumental, faz com que todo esforço de conduzir o homem a uma adequada relação com ela seja determinado pela concepção instrumental da técnica, levando a uma visão precarizada, comprometendo um adequado posicionamento diante das prerrogativas técnicas que se apresentam na modernidade, à medida que a transformam num fim em si mesma e reduzem as condições de possibilidade do pensamento e da ação humana remetendo-a à condição de conformidade, a atuar na operacionalização de formas otimizadas da técnica, enquanto meio.

A partir dessa visão instrumental da técnica, Heidegger adverte de que a correta determinação da técnica não permite alcançar sua essência. O que é meramente correto, talvez não seja imediatamente verdadeiro e somente o que é verdadeiro nos leva a uma relação livre com o que nos toca, a partir de sua essência. Uma das possibilidades de “des-ocultar” o que a técnica “é” ou pode “ser”, é remeter à sua causalidade instrumental. Ou seja, reconhecer na técnica, na sua redutibilidade fechada em si mesma e desprovida de finalidade para além de sua própria expressão, a dimensão meramente instrumental, operacional. Para os modernos, causa significa aquilo que efetua, que faz com que algo surja dessa ou daquela maneira como resultado, diferentemente, do modo de os gregos pensarem, para quem causa significa aquilo que compromete uma outra coisa.

Há séculos a filosofia ensina que há quatro causas: 1. a causa materialis, o material, a matéria [...]. 2. a causa formalis, a forma, a figura, na qual se instala o material; 3. a causa finalis, o fim [...] requerida e determinada segundo matéria e forma; 4. a causa efficiens, o forjador da prata que efetua o efeito, a taça real acabada (HEIDEGGER, 1997, p. 47).

Essas quatro causas apresentam-se como modos de comprometimento que permitem algo aparecer, apresentar-se à existência. Deixam algo surgir na “pré-sença”, liberam algo e, com isso, situam-se num completo surgir. O comprometimento é o traço fundamental desse deixar situar no surgir. O comprometimento está situado na essência da causalidade pensada pelos gregos. O que está em jogo para os gregos é pensar o produzir em toda sua amplitude, na relação com a *physis*, na relação com a totalidade daquilo que é e que se apresenta para a existência. “De acuerdo con la concepción griega, la physis es la póiesis en el sentido más pleno y elevado. La póiesis humana es analógica a la de la naturaleza. Se trata de una producción de lo artificial; es decir, de lo que no surge por naturaleza” (LINARES, 2003, p. 29).⁴

O produzir não se reduz ao que é feito manualmente, ao objeto que é levado a aparecer mecanicamente no mundo. É também o que, a partir de si, emerge seu sentido e os sentidos que propõem a existência em seu entorno são um produzir. Sendo assim, o que se apresenta tem, em

⁴ Tradução livre da citação: De acordo com a concepção grega, *physis* é poesia no sentido mais pleno e mais elevado. A poesia humana é análoga a poesia da natureza. É uma produção do artificial; ou seja, do que não surge naturalmente.

si, a irrupção do produzir no comprometimento consigo e com o mundo, com a *physis*. O produzir leva do “ocultamento” para o descobrimento, é o trazer ao mundo, ao plano da existência, da reversibilidade, na medida em que algo oculto chega ao desocultamento, à verdade, como a exatidão da representação.

A técnica apresenta-se, para os gregos, como um modo de desabrigar, de desocultar o ser, de trazer à existência, de alcançar a verdade. Ela desabriga o que não se produz sozinho e ainda não está à frente e que, por isso, pode aparecer e ser notado. O decisivo, na concepção técnica do mundo antigo, é a sua possibilidade de desabrigar, de trazer à existência, essencializando-se no âmbito em que acontece o desabrigar, o desocultamento.

No contraponto com as prerrogativas da técnica no mundo antigo, para Heidegger, a questão decisiva apresenta-se da seguinte forma: “de que essência é a técnica moderna?” Ora, também ela é um desabrigar, um desocultar. Ela o faz desafiando e exigindo, na relação com a natureza, que se reduza à condição de fornecedora de energia e matéria prima a ser armazenada, consumida freneticamente, na marcha do ideal de progresso do mundo moderno. Apresenta-se como o desafio de extrair, destacar da natureza, tirar o máximo de proveito, a partir do mínimo de despesas. A natureza é objetivada, desabrigada e reduzida à condição funcional e pragmática. Explorar, transformar, armazenar e distribuir são modos de desabrigar. O mundo transforma-se num grande depósito de mercadorias e quinquilharias, expressão máxima de uma racionalidade que se estabeleceu na crença do progresso material, a condição do desenvolvimento existencial.

Como de-pósito aparecem as coisas somente na sua funcionalidade e dis-posição. [...]. A palavra de-pósito ganha agora a posição de um título. Ela caracteriza nada menos do que a maneira como tudo que foi atingido pelo desocultamento exigente desafiante se apresenta. [...]. No processo da apropriação das propriedades das coisas, a técnica desapropria-as do próprio. [...] atinge o homem a quem a técnica demanda igualmente como depósito (BRÜSEK, 2001, p. 79-81).

A busca moderna pelo viver bem, pelas pequenas felicidades proporcionadas pelos instantes efêmeros de consumo, pela segurança individual, apresenta-se como um dos traços fundamentais do desabrigar do mundo, da vida pela técnica. O modo pelo qual tudo o que é tocado pelo desabrigar essencializa-se pela técnica moderna está submetido à lógica da subsistência e, necessariamente, da subserviência do mundo, da natureza e da existência. Ao transformar a natureza em objeto de pesquisa, ao representá-la a partir de um olhar objetivo e metódico, o homem elimina o apresentar-se da natureza em si mesma e faz com que desapareça e se ausente na perspectiva da redutibilidade a objeto de subsistência. A técnica moderna, enquanto desabrigar que requer, não é um mero fazer humano, mas potencializa, no ser humano, o desejo e a vontade para requerer o real, instrumentalizando-o, enquanto mera condição de subsistência. “O valor calculado dissolve as propriedades específicas das coisas, desfaz a sua identidade e demonstra o desconhecimento do seu peso específico” (BRÜSEK, 2001, p. 67).

Na essência da técnica encontra-se aquilo que Heidegger designa como “armação”, sobre a qual se apoia o trabalho técnico de categorização em estruturas, camadas, suportes e conjuntos de peças que compõem a totalidade. A armação apresenta-se, dessa forma, como dissecação da totalidade na fria estruturação das partes funcionais. Na armação, acontece o descobrimento no qual

o trabalho da técnica moderna desabriga o real enquanto subsistência. Nessa condição, o homem da era da técnica moderna é desafiado a incorporar-se na centralidade do desabrigar, assumindo uma postura instrumental de requerente frente à natureza e em relação a si mesmo. Seu modo de representar a natureza faz com que a disponibilize como um complexo de forças possíveis de serem calculáveis, mensuráveis e, conseqüentemente, manipuláveis sob essas perspectivas.

Definir a técnica como uma maneira de desocultamento significa entender a essência da técnica como a verdade do relacionamento do homem com o mundo. A técnica não é mais algo exterior e exclusivamente instrumental, mas a maneira pela qual o homem se apropria e se aproxima da natureza (BRŮSEK, 2002, p. 140).

Nessa perspectiva, avaliamos que

Um ser humano sente-se como se fosse o centro do Universo porque, para ele, sua própria percepção consciente é o ponto de onde vê o panorama cósmico espiritual e material. Também é egocêntrico, no sentido de que seu impulso natural é tentar fazer o resto do Universo servir a seus propósitos. Ao mesmo tempo, tem consciência de que, longe de ser o verdadeiro centro do Universo, ele próprio é efêmero e dispensável. (TOYNBEE, 1987, p. 20).

A técnica moderna somente se afirmou quando pôde apoiar-se sobre a ciência exata na interpretação da natureza. A moderna teoria da física representa a preparação daquilo que Heidegger entende como essência da técnica moderna, na medida em que tal teoria expõe a natureza como conjunto de puras teorias universalizáveis expostas como contexto de forças previamente possíveis de serem calculadas em padrões de regularidades determináveis pelo ser humano. Mesmo com o recuo da física, em sua visão mecanicista e objetiva da natureza, não se renuncia ao fato de que a natureza se anuncie em algum modo asseverado, calculado, como sistema de informações. Uma vez mais, a possibilidade de impulsão na direção da causalidade, em sua essencialidade, é preterida em “função” de causas asseguradas e simultâneas na ordenação de um mundo objetivo, disposto unicamente à subsistência.

Nessa direção, a essência da técnica moderna se anuncia naquilo que Heidegger denomina como armação, que é o modo a partir do qual a realidade se desabriga como subsistência. O homem, em sua natureza e condição humana, apresenta-se no mundo desafiado a requerer e a desabrigar a realidade enquanto necessidade de subsistência. Dessa forma, o ser humano está situado no âmbito essencial da armação e a técnica torna-se o ambiente vital, conduzindo-o pelo caminho do desabrigar o real por todos os lugares e recantos possíveis e imagináveis.

A essência da técnica conduz o homem para o caminho do desabrigar como sendo seu “destino”, o que remete a pensar uma essência da história para além da mera historiografia ou da ratificação do fazer humano. Essa perspectiva destinal, marcante da trajetória humana, apresenta-se como infinito impulso adiante, como contínuo progresso que se supera a si mesmo, missão antropocêntrica de subjugar, de desabrigar ou de desocultar na intenção de alcançar o máximo domínio e a maior previsibilidade sobre as coisas, sobre o mundo, sobre a existência e sobre os próprios seres humanos.

Parece que si el hombre está emplazado por la esencia de la técnica, y ahora su entera existencia está dominada por el solicitar provocador, entonces no puede establecer – por el momento – una relación libre y una distancia ontológica que le permita salir deste emplazamiento. En este sentido, la esencia de la técnica moderna se revela como un destino (Geeschick) que el ser nos ha destinado. [...]. Así, pues, Heidegger muestra que la libertad del hombre ante la técnica moderna está limitada e, incluso, amenazada. El hombre no puede desatender el llamado provocador de la técnica porque proviene del ser mismo y es el modo como ha sido revelado en nuestra época (LINARES, 2003, p. 34)⁵.

A armação como perspectiva existencial, como condição destinal ao desabrigar o real, transformou-se, na modernidade, num imperativo categórico da condição para o descobrimento da realidade. O destino do desabrigar domina os homens, não, porém, como mera fatalidade de coação, mas como condição da liberdade. Liberdade inserida em determinada temporalidade e historicidade, remetendo o homem à paradoxalidade de sua condição diante de projetos existenciais autênticos e suas exigências, daquele que contempla, ouve e se sente pertencente ao âmbito do destino ou de projetos existenciais inautênticos, quando se renuncia ao exercício da liberdade, daquele que reflete a própria existência, o estar-aí, o apresentar-se no mundo em meio a seus desafios.

Para Heidegger “a essência da liberdade, originariamente, não está ordenada segundo a vontade, ou apenas segundo a causalidade do querer humano”. A “liberdade do que é livre não consiste nem na independência do arbítrio, nem no compromisso com meras leis” (HEIDEGGER, 1997, p. 75). A liberdade é o que iluminando, oculta, que se aproxima da verdade e reconhece que o essencial pode ali não estar. É o reconhecimento do fundo misterioso no desvelamento do ser.

O discurso moderno afirma a técnica como o destino da época atual enquanto marcha para o progresso, para o desenvolvimento, algo inalterável e inevitável. Tal prerrogativa civilizatória remete a polêmicas e polarizações diante da técnica, na forma de perpetuá-la cegamente ou de insurreição desesperada contra ela, o que revela os extremismos que se assumem diante da técnica, conduzindo a posições equivocadas e infrutíferas em torno do debate de sua importância e de seus limites sobre a vida em sua totalidade e sobre a condição humana.

Para Heidegger, a questão central está em o humano se abrir para a “essência” da técnica, o que o remete à exigência libertadora de sua condição, de reconhecer que a essência da técnica como elemento destinal, potencializado na inevitável marcha para o progresso, remete o homem à condição de perigo. Pois, o desabrigar que remete ao conhecimento objetivo sobre o mundo abriga o perigo de o ser humano equivocar-se e falsear (por meio do que foi descoberto) o mundo.

O descobrimento de um contexto calculável e mensurável de forças naturais, de possíveis representações geométricas da natureza, permite ao homem transformá-la, mas o perigo apresenta-se no fato de transformar essa (possível) representação da natureza em algo verdadeiro. Nessa condição, pode-se dizer que o perigo se apresenta em duas direções. Na primeira, que

⁵ Tradução livre da citação: Parece que se o homem encontra a si na essência da técnica, e toda a sua existência está dominada por seu chamado, não se pode estabelecer - no momento - uma relação livre e um distanciamento ontológico que lhe permita sair dessa colocação. Nesse sentido, a essência da técnica se revela como um destino (Geeschick) que o homem deve cumprir. [...] Dessa forma, Heidegger mostra que a liberdade do homem em relação à técnica moderna é limitada e está ameaçada. O homem não pode ignorar o apelo provocante da técnica (ou tecnologia moderna) porque essa é a forma como o ser se revela em nosso tempo.

o mundo objetivamente conhecido é reduzido à condição de subsistência, a uma quantidade infinita de mercadorias consumíveis e descartáveis, redução essa que atinge e configura, necessariamente, a vida em suas formas contemporâneas. A segunda é a ilusão de que tudo o que vem ao encontro, somente subsiste na medida em que é algo feito pelo homem. Isso confere, ao homem, a sensação de que, em todos os lugares, somente encontra a si mesmo.

A armação, como essência da técnica moderna, coloca em um jogo perigoso, o mundo, a natureza, o próprio ser humano em sua relação consigo e com tudo o que é e se apresenta à existência no plano da imanência. Impede toda possibilidade diferente de desabrigar, marcada pela imposição e pela cobrança por segurança e subsistência. A armação impede o aparecer e a afirmação da verdade essencial. O destino que requer e manda é, assim, o extremo perigo. A essência da técnica enquanto destino do desabrigar é o perigo no qual as formas de vida, na contemporaneidade, estão submetidas. A autêntica ameaça já impregnou o ser humano em sua essência, impedindo-o de adentrar num desabrigar mais originário, de perceber o apelo a uma verdade originária.

Nesse contexto, a técnica trespassa as formas de vida em curso em nossos dias, respondendo aos anseios, aos desejos e às necessidades derivadas de práticas de vida elevadas em sua condição prioritariamente biológica. Cada vez mais a busca pela realização vital, por sentido e finalidade que orientem as formas de vida, articula-se as armações possíveis derivadas das panaceias prometeicas da técnica. A técnica deixa de ser a extensão do corpo na luta pela sobrevivência, no desvelamento do ser que é chamado à existência, para provocar e dispor da vida, para tê-la à sua disposição como reserva biológica na busca da longevidade, do corpo perfeito, na otimização de desejos e necessidades de produção e de consumo.

Nessa perspectiva, a busca da felicidade e do bem viver reside nas promessas e na crença de desenvolvimento e de aplicabilidade da técnica que permitirão ao ser humano a longevidade, o corpo ideal, a vida saudável, o consumo privatizado de si mesmo e a descartabilidade de objetos e de relações com as coisas e com os seres humanos, que perdem a compreensão de seu sentido na efemeridade das relações tecnologizadas em que se insere a vida de consumo.

[...] evidenciar a transformação que o homem sofre na idade da técnica. Continuamos pensando a técnica como instrumento à nossa disposição, enquanto a técnica se tornou o ambiente que nos envolve e nos constitui segundo as regras de racionalidade que, baseando-se apenas em critérios de funcionalidade e de eficiência, não hesitam em subordinar as exigências do homem às exigências do aparato técnico. Inconscientes, movemo-nos ainda com os traços típicos do homem pré-tecnológico que agia tendo em vista fins inscritos num horizonte de sentido, com uma bagagem de ideias e uma coletânea de sentimentos em que se reconhecia. Mas a técnica não tende a um fim, não promove um sentido, não inaugura cenários de salvação, não redime, não desvela a verdade: a técnica funciona. (GALIMBERTI, 2006, p. 36)

O que estava em jogo na modernidade e que se potencializa na contemporaneidade é a construção de uma ordem racional, asséptica e higiênica que projeta, na técnica, os dispositivos por excelência na definição da vida, na manipulação dos corpos como o suporte da vida e da morte. O corpo, esse lugar polissêmico, híbrido entre natureza e cultura, entre privado e

público, necessitava ser disciplinado, higienizado como condição da máxima produtividade e da felicidade possível. É submetido aos constantes tratamentos, a métodos e técnicas com o intuito de controlar e, se possível, extirpar as mazelas que se abatem sobre os corpos degenerando-os, ceifando-os, abortando, prematuramente, vidas produtivas e consumidoras.

O corpo, suporte por excelência da vida, é transformado em laboratório vivo de dietas, de regimes, de tratamentos e de drogas sintetizadas, no afã de alongar a vida, diminuir sofrimentos, otimizar suas condições de plena produtividade e de consumo, exige tecnicamente que se possa livrá-lo de sintomas de desconforto, de indisposição, e, em certas circunstâncias, em que os cálculos de custo e benefício assim o exigirem, de agilizar a sua morte quando essa se faz eminente e “irreversível” (a partir dos discutíveis critérios técnicos da medicina), a consumir significativos recursos estatais e sociais na manutenção de um corpo que jaz decrépito e inerte em um leito de hospital.

A técnica elevada à condição de si mesma agrilha a vida à manifestação de sua condição biológica. Confere-lhe um horizonte ontológico e político articulado em torno de formas de vida caracterizadas por uma ansiosa busca pela vida. Paradoxalmente, constata-se que, talvez em nenhum outro momento da ocidentalidade, a vida foi tão obliterada, violentada e reduzida em suas potencialidades. A efemeridade, o instantâneo e a descartabilidade dificultam fazer a experiência da presentidade cotidiana do ser, de apreciar o transcorrer dos fatos que constituem a vida. Impede-se, ao ser humano, de fazer a experiência da finitude, da morte como um momento único de cada ser e como condição do bem viver, mas, em outro sentido, apenas como um “evento” consumível, na efêmera dinâmica de formas de vida decrépitas.

Porém, Heidegger dirá: “Mas onde o perigo cresce também há salvação” (HEIDEGGER, 1997, p. 81). Ou seja, a essência da técnica deve abrigar em si as possibilidades daquilo que salva. Para tanto, questionar-se-á a técnica, pois, é na sua essência que se encontram as possibilidades que salvam. É a técnica que solicita e impulsiona a pensar em outro sentido o que se entende por “essência”. Assim, torna-se imprescindível que também se questione: É essencial tudo aquilo que dura? Mas, o que dura é o que somente continua? Dura a essência da técnica no sentido da continuação de uma ideia que paira sobre tudo o que é técnico?

O modo como a técnica se essencializa somente se deixa visualizar com base naquele continuar por onde acontece a armação enquanto um destino do desabrigar. Na armação que se impõe sobre o homem, no requerer como único modo de desabrigar, impulsionando o homem ao perigo do abandono de sua livre essência, encontra-se a possibilidade da percepção do sentido, do pertencimento íntimo e indestrutível, do homem a uma totalidade que mantém seu mistério e leva a atentar para a essência da técnica.

Nós humanos somos um aspecto parcial e momentâneo de um incrivelmente longo e paciente processo, da fantástica história evolutiva do Caudal da Vida que caracteriza nosso Planeta e o distingue dos demais planetas deste sistema solar. [...]. A natureza não é um aglomerado arbitrário de fatos isolados, arbitrariamente alteráveis ou dispensáveis. Tudo está relacionado com tudo (LUTZENBERGER, 1986, p. 11).

Enquanto se representa a técnica como instrumento, permanecer-se-á preso à vontade de dominá-la e, na sensação de dominá-la, fica-se cada vez mais aprisionado e violentado por ela, sem perceber, na medida em que se depositam confiança e esperança, de que o desenvolvimento técnico instrumental é a condição de um mundo melhor. Questionar a técnica moderna é, portanto, questionar-lhe a essência em sua ambiguidade enquanto impulso para o “mistério do desabrigamento da verdade”. “A questão da técnica é a questão acerca da constelação na qual acontece a essencialização da verdade” (HEIDEGGER, 1997, p. 87).

Assim, para Heidegger, a “A questão da Técnica” apresenta-se como uma convocação, como possibilidade diante de possível salvação. Salvação essa que se realiza nas pequenas coisas, no olhar atento e na contemplação do mundo e da vida de forma questionadora, procurando compreender, no limite das possibilidades, o fato técnico de estar diante de inúmeras possibilidades vitais e da companhia de perigo extremo.

Questionar a essência da técnica é anunciar o perigo de sua essencialização e abarcar a totalidade das manifestações existenciais, na aridez da instrumentalidade como meio e fim em si mesmos. Questionar a essência da técnica é dar-se conta de que ela se tornou o ambiente por onde se vaga, vive-se, convive-se e se modifica a natureza, o entorno. É dar-se conta de ser requerido e provocado por um poder que se manifesta na essência da técnica. Ao se questionar o homem é, pois, o questionar a condição e a atenção do pensamento.

A TÉCNICA EM ÁLVARO VIEIRA PINTO

O filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto parte do pressuposto de que a compreensão da essência da técnica implica no fundamento de uma definição antropológica. A técnica é um dos elementos que compõem a dinâmica antropogenética que desembocou no processo de hominização que nos trouxe à atualidade da condição humana. “O aparecimento do homem como espécie à parte assinala-se pelo surgimento da técnica, pois tal é a modalidade pela qual a natureza [...], ao lhe negar o instinto produtivo, dota-o da faculdade de agir racionalmente” (PINTO, 2005, p. 195).

O humano produz o humano e o mundo. Para Álvaro Vieira Pinto, o homem em sua animalidade originária foi colocado à prova pela natureza para produzir materialmente o que necessitava para manter-se vivo e, ato contínuo, a produzir a si próprio. Esse produzir-se a si mesmo significa representar, na forma de ideia, as ações que realiza sobre o real no pensamento, enquanto forma de constituição da racionalidade sobre o real e sobre si mesmo. Esse tipo de racionalidade necessita ser concebida de forma dialética, porque está num dinâmico processo de construção simultânea uma em relação à outra. Assim, diferentemente de outros animais e, do conjunto da vida natural em que se apresentavam e se apresentam inseridos numa dinâmica cíclica e instintiva de sobrevivência, de manutenção e de reprodução da espécie, foi exigido aos seres humanos e sua continuidade biológica, individual e como espécie, que produzissem as condições materiais de sua sobrevivência. Coetaneamente, produzem as condições sociais e culturais, que permitem

cada vez mais o domínio da natureza em seu entorno, bem como, a produção da capacidade ideativa, enquanto domínio do seu pensar.

A dignidade biológica do homem, pela qual se distingue das espécies inferiores, reside na possibilidade de produzir. Porque mediante tal ato transforma o mundo à imagem do que pretende venha a ser a realidade física e social, e com esse procedimento modifica-se a si próprio, cria a sua existência. Torna-se o ser obrigado a conhecer para subsistir. Esse processo chama-se cultura, mas a fundamentação biológica onde se assenta não ocorre senão mediatizada pelo exercício das relações sociais. (PINTO, 2005, p. 165)

Há várias questões implicadas nessa perspectiva dialética de Álvaro Vieira Pinto de interpretar a questão da técnica. A primeira delas consiste em dar-se conta de que o humano é a resultante de múltiplas variáveis em jogo coetaneamente no processo de hominização. Sob tal argumentação, torna-se equivocado estabelecer um evento que o antecede ou desencadeia os demais. Para Álvaro Vieira Pinto, não há uma hierarquia de eventos que constituem o humano. O ato produtivo das condições biológicas de existência vem acompanhado do ato produtivo do humano, do aumento de sua capacidade de conhecer os objetos, os materiais que o cercam e, ato contínuo, tais domínios vêm acompanhados pelo desenvolvimento e pela complexificação da linguagem humana ao longo da história.

A segunda questão, derivada da primeira, apresenta-se na perspectiva de que uma leitura do processo de hominização, ancorado no materialismo histórico-dialético, pressupõe o reconhecimento da contradição fundamental que se estabelece entre o homem e a natureza. Ou seja, a emergência do humano pressupõe a necessária superação da natureza. E a superação da natureza, sob determinadas condições, impõe ao homem, novos desafios e obstáculos a exigirem-lhe esforço humano e intelectual. Ao transformar a natureza, o homem produz a si mesmo.

É o ininterrupto esforço de superar os obstáculos da natureza que faz com que o homem se humanize cada vez mais. Assim, o domínio da natureza pelo homem revela um princípio teleológico que lhe é inerente e, que se constata no processo de evolução da vida em sua totalidade e, especificamente no ser humano que atinge o auge desse dinamismo, ao desenvolver a vida em sua base biológica, racional, política e espiritual.

Ao constituir o ser humano, a natureza, se nos é lícito usar esta linguagem antropomórfica, transfere para ele a responsabilidade de procurar tecnicamente a solução das contradições experimentadas com o mundo material, para tanto dá-lhe liberdade de inventar os meios de produzir sua própria existência. A natureza inicialmente, no segmento da evolução puramente animal, programava a espécie e o desenvolvimento desta. Com o surgimento do ser consciente entregou-lhe a capacidade de se autoprogamar, não apenas na condição de animal que se constitui a si mesmo, mas ainda na de agente que, obedecendo a um projeto originado do pensamento, modifica a natureza. Só então torna-se possível a consciência desta técnica. Sem este traço especificamente humano a técnica a rigor não existe (PINTO, 2005, p. 148).

Dessa forma, a terceira questão derivada de um posicionamento dialético diante do processo de hominização refere-se à dimensão da historicidade que envolve o ser e estar do homem no mundo. Sob essa condição, o grau evolutivo e de progresso científico e tecnológico alcançado pelo ser humano não é fruto de uma evolução natural, mas sim da forma como, em cada contexto

histórico, o homem respondeu produtivamente, e tecnologicamente aos desafios da contradição fundamental estabelecida em relação à natureza. Álvaro Vieira Pinto chama a atenção para o equívoco das análises e interpretações que pretendem argumentar que os tempos atuais são melhores, mais evoluídos tecnicamente que outros.

Argumenta o filósofo Vieira Pinto que o homem, em cada contexto histórico, responde de modo específico e característico no que se refere à técnica e aos desafios da contradição com a natureza. Afirma o pensador que as mais diversas respostas conferidas nos mais diversos contextos humanos temporais contribuíram para o grau tecnológico alcançado na atualidade. O que significa afirmar que não encontra amparo na dinâmica histórico-dialética o fato de anunciarmos nossa época com o rótulo de “era tecnológica”. Cada época histórica pode ser concebida como “era tecnológica”, pois articulou técnicas que responderam aos desafios de superação dos obstáculos naturais impostos ao homem naquele contexto de mundo e das necessidades de um momento histórico específico.

A técnica é por isso contemporânea de todo curso do processo de formação do homem na condição de espécie zoológica autônoma. A técnica inicia-se com o homem pela mesma razão que faz o homem iniciar-se com a técnica. Em nenhum momento, os computadores e as máquinas cibernéticas mais complexas [...] se desligam do homem, mesmo quando supostamente parecem gerar os próprios modelos de ação (PINTO, 2005, p. 2001).

É importante salientar que, quando Álvaro Vieira Pinto fala em homem relacionando-o a técnica, o faz considerando-o como um ser social que produz a existência material. “O homem que se fez por si, examinado com rigor científico, revela ser na verdade aquele que se fez pelos outros, mas teve a habilidade de transformar-se a si próprio em conceito ideológico” (PINTO, 2005, p. 305). Assim, “O exercício social da técnica estabelece o fundamento do inevitável caráter ideológico da tecnologia” (PINTO, 2005, p. 321). Vieira Pinto afirma que a relação do homem com a técnica na verdade ocorre por que “a sociedade é o sujeito que domina a tecnologia” (PINTO, 2005, p. 345). Ainda nessa direção, o filósofo chama a atenção para a “raiz de uma modalidade comum de desenvolvimento semântico que irá florescer nas mais simplistas especulações e teorias a que aludimos, mencionando alguns casos passados e atuais, e que todas têm por essência geral o engano da hipostatização da ‘técnica’” (PINTO, 2005, p. 177).

Por fim, ressalta-se uma quarta questão que é a filosofia da técnica. Essa assume um duplo caráter; a inércia da técnica e a técnica como invenção: a) A inércia da técnica. Sob tais pressupostos é preciso deixar claro que o desenvolvimento histórico da técnica consiste num processo vinculado “a acumulação qualitativa do trabalho enquanto o modo de fazer bem, alguma coisa com vista à produção de um resultado com maior economia de meios e de tempo” (PINTO, 1960, p. 75/76). Dessa forma, “a técnica estabiliza por algum tempo o conjunto de relações de produção e dá consistência a estrutura social” (PINTO, 1960, p. 76) num dado momento e contexto. Esse é o modo conservador de conceber a técnica que realiza a manutenção dos modos de fazer que se revelam os mais adequados em determinado contexto. Nesse sentido, a essência da técnica é a inércia, porque usa o fazer bem feito aprovado pelo setor produtivo como obsessão pelo lucro rápido que tende a implantar e oferecer resistência a melhorar processos e resultados. Nessa

direção, a técnica estabiliza processos do fazer humano ao longo do tempo. Ou seja, a técnica manifesta um caráter reacionário porque produz resistência às inovações e reifica as relações sociais contraditórias do modo de produção. Assim, a técnica se transforma num instrumento do bem fazer que estabiliza num estágio específico de desenvolvimento e numa única forma repetitiva do fazer, o processo produção material da existência e, por decorrência, a estrutura social do momento.

Resistência aqui precisa ser compreendida como consciência social que a transformação progressiva e qualitativa da técnica traria turbulência e perturbações de ordem econômica, e esforços intelectuais no sentido de abandonar o arsenal de maquinaria, objetos usuais, ideias e os modos de fazer bem alguma coisa por outra ainda mais elaborada” (PINTO, 1960, p. 76).

Por isso, que representantes da consciência ingênua e setores mais reacionários da sociedade são constituídos pelos chamados técnicos, representantes da classe média que são a sustentação da consciência socialmente ingênua da nação subdesenvolvida. Valorizam o modelo de fazer o mesmo em contextos e momentos históricos diferentes. Daí que a inércia da técnica realiza o reducionismo de que tudo pode pela sua absolutização no interior de um momento histórico e de uma estrutura social resistente a qualquer possibilidade de um novo fazer. Enfim, somos produto de uma sociedade portadora de uma consciência social ingênua que promove a ingenuidade social pela resistência à mudança, isto é, o imobilismo social que vivemos no momento presente da realidade brasileira. Portanto, a inércia da técnica consolida o atual estágio de subdesenvolvimento do país.

b) A técnica como invenção. A técnica como invenção não significa apenas “fazer bem”, mas “no fazer novo”. A técnica tem uma condição inventiva quando procura realizar algo mais perfeito por meio melhor. Esse “meio melhor” do fazer novo desvenda o íntimo da técnica na consciência socialmente crítica. O meio melhor retira: i) o caráter absoluto e definitivo da inércia da técnica nos mais diferentes contextos e momentos da história; ii) a busca do melhor meio que impele a consolidação da atual estrutura social e suas contradições para consolidar o imperativo comum “siga o modelo”. O ponto de partida para “o fazer novo”, que é o meio melhor de fazer, está alicerçado no procedimento de pensar “o fazer bem”, na possibilidade de descobrir outro fazer que seja “melhor” do que o atual. É no encontro com “o outro” fazer que emerge o novo no processo, na forma de fabricação e o novo produzido por ele. Por isso, a técnica, como invenção, dinamiza a qualidade do processo e dos produtos, superando o estágio atual no manuseio das máquinas, objetos e ideias que abrangem toda a estrutura da sociedade objetivando melhorar as condições materiais dos indivíduos e da coletividade. Melhorando a estrutura social pelo processo do desenvolvimento técnico no modo como conseguimos produzir e acessar os bens materiais que necessitamos para nos mantermos vivos, produz-se o desenvolvimento da nação. Portanto, a técnica, como invenção, é o suporte para a superação do subdesenvolvimento.

Esse duplo caráter de conceber a técnica, a inércia da técnica e essa como invenção, levam-nos a uma indagação fundamental: como superar o velho pelo novo? Como superar o fazer bem pelo fazer melhor? Essa passagem somente será possível quando despertar, no indivíduo e na

sociedade, o movimento do espírito criador do qual se apoia sobre o velho procedimento para lançar-se à frente com um novo tipo de fazer, que será sempre um fazer novo. O velho aqui significa o modo estabilizado de trabalho de um dado momento na história e de um contexto, na busca do resultado mais perfeito desejado. A técnica como fazer novo afeta o trabalho existente e, sobre ele, cria um modo novo e mais perfeito do fazer em sociedade para responder às suas necessidades de toda a ordem de um modo mais elaborado do que a fase ou etapa anterior. É nessa perspectiva que podemos falar de um processo de desenvolvimento da técnica, a partir da defesa dos seguintes argumentos:

1) A técnica, como invenção, não está fundada na ideia de que “nada surge do nada (ex nihilo). Ou seja, o ser não pode começar a existir a partir do nada como defendia o filósofo grego Parmênides. A invenção também não se funda na repetição do *modus operandi* do homem sobre o real para conservar o estágio atual do fazer bem. Para alterar o já existente, o efeito do fazer bem numa dada estrutura social e no atual estágio, deve-se vincular o existente habitual e admitir a possibilidade do fazer melhor, a inovação. Essa tem de ser compreendida como o espírito criativo do ser humano em base ao modo como vem operando sobre a realidade. Ou seja, uma racionalidade fundada no “fazer bem”, que dialeticamente pensado, entra num processo de “fazer melhor” sem fim. Ou seja, um modo de produzir melhor e mais elaborado, se comparado com a etapa anterior.

O novo surge do estímulo da imaginação humana, sobre o atual estado de agir e de interagir do homem sobre a realidade, não para reificar o atual estágio, mas rompê-lo e atingir, por meios mais eficientes, um estado melhor e mais perfeito do novo fazer. Nessa tensão, entre o atual estado das coisas e o esforço de imaginação em permanente confronto e diálogo com a realidade, o pensamento capta nova propriedade do real, enquanto nova possibilidade de agir até então desconhecido. É no pensar sobre o que fazemos que nasce o caráter da técnica, enquanto invenção que produz o avanço qualitativo do que fazemos para adaptar o real à manutenção mais perfeita da vida individual e coletiva do ser humano.

2) A técnica, como invenção, entra num processo histórico-dialético de reinvenção do novo modo de fazer do homem sobre o mundo. O que está subjacente a esse argumento é que o ser humano tem de “querer o mundo”, isso significa, o desejo de fazer o mundo enquanto criador dele e não uma simples contemplação dele, “querer o mundo’ [...] entendemos o desejo de fazer o mundo, de constituir-se em criador dele, e não apenas de contemplá-lo. A fonte originária da técnica é, então, este ‘querer o mundo’” (PINTO, 1960, p. 78).

Esse pensamento de Vieira Pinto, chama-nos a atenção sobre a origem da técnica e os seus efeitos sociais. Isto é, por um lado a técnica está presente no processo histórico do qual torna-se a base para o seu aperfeiçoamento ao longo da história, e, do outro, mas de forma complementar, a técnica se insere no bojo do processo de produção material da existência que, além de produzir as coisas que necessitamos para sobreviver, desenvolve, simultaneamente, o aprimoramento da capacidade ideativa do ser humano.

Essa é a fonte original da técnica: o desejo humano de querer um mundo melhor para si e para a sociedade, num dado contexto e momento histórico. Nesse sentido, o ser humano abre-se pela capacidade de operar sobre o real que, representado na forma de ideia no pensamento, cria

uma nova perspectiva para o fazer, que será sempre uma nova técnica do fazer humano. O fazer necessita ser compreendido como acumulação qualitativa de trabalho no seio de uma estrutura social, que dinamicamente vai se aperfeiçoando, tanto no processo, que é o fazer novo, quanto nos produtos, que são os resultados do novo fazer. Assim, o fazer se justifica na perspectiva de melhorar as condições de vida de um povo de forma mais elaborada do ponto de vista técnico, ou seja, melhorar as condições materiais dos indivíduos e da sociedade em geral. Nessa direção, não se pode falar de técnica em geral referindo-se apenas a um contexto social e a um momento histórico isolado, sob pena de cairmos nos delírios metafísicos sobre ela.

3) A técnica, como invenção, não pode ser confundida “com a distribuição horizontal de conhecimento pragmático” para a sociedade como um todo. Mas é o empreendimento de um esforço comum para melhorar o modo de fabricação dos bens necessários à vida e à sociedade, com o fim de criar “o novo” a partir da imaginação sobre o velho, que se desenvolve o progresso qualitativo sobre as condições de vida individual e social do ser humano. Por isso, “o processo histórico do desenvolvimento nacional consiste no desenvolvimento de processos técnicos de produção. Eis a razão pela qual o desenvolvimento nacional está forçosamente na dependência do avanço técnico” (PINTO, 1960, p. 79). É do contínuo avanço da técnica que se instaura a possibilidade de um país superar o degradante nível de subdesenvolvimento. Por isso, é a partir da essência da técnica que podemos,

[...] determinar a aceleração crescente no ritmo de invenção, pois a facilidade com que cada técnica permite aumentar o volume da produção acarreta o encurtamento do seu prazo de vigência, não só porque a manipulação em larga escala de matérias-primas e de utensílios conduz mais brevemente a descobrir neles novas propriedades, mas ainda porque o modo de vencer a concorrência na produção passa a depender da descoberta de processos novos. Daí o rápido envelhecimento de cada técnica particular (PINTO, 1960, p. 79).

Um país subdesenvolvido consegue diminuir a distância dos países desenvolvidos quando se apropria dos conhecimentos técnicos que se difundem muito rapidamente pelo mundo todo, objetivando aumentar o ritmo da produção com uma técnica cada vez mais adequada à realidade nacional. Dessa forma, pode saltar da condição de nação subdesenvolvida para uma nação desenvolvida, mediante a produção cada vez mais elaborada, viabilizando que a sociedade, como um todo, tenha acesso, além do que possui aquilo que ainda não possui. Assim sendo, a técnica cumpre com sua finalidade social que é dar suporte a uma produção material da existência com mais qualidade para a humanização do ser da nação.

4) Enfim, a técnica, como invenção, está intimamente ligada à revolução tecnológica, isto é, apoderar-se do atual estágio do seu desenvolvimento para integrá-lo como possibilidade para enveredar o país no caminho do desenvolvimento nacional.

[...] a instauração do processo de desenvolvimento nacional está intimamente ligada à possibilidade de enveredar o país pelo rumo da revolução tecnológica. Não serão outras as bases da política educacional conveniente às nações desejosas de abreviar a sua emancipação econômica. É preciso que se esforcem por apoderar-se o mais depressa possível das técnicas fecundas, tendo a consciência de que assim deverão proceder porque a aquisição desse saber é o instrumento mais eficaz do seu desenvolvimento (PINTO, 1960, p. 80).

Sob tais pressupostos, criar uma técnica apropriada para o desenvolvimento nacional torna-se um processo caro e demorado, por isso, a melhor estratégia é se apropriar dos conhecimentos técnicos existentes no mundo, para que sirvam de suporte para a superação do atual estágio de subdesenvolvimento. Isso não significa internacionalizar a produção e nem tão pouco sujeitar a nação às técnicas avançadas já existentes no mundo, mas adaptar as técnicas alheias a nossa realidade nacional, para fortalecer as empresas nacionais, a fim de fortalecer a soberania nacional pelo desenvolvimento integral e autônomo da sociedade. Tem origem, nesse processo, o fortalecimento da empresa nacional e a nacionalização do processo e da produção material da existência compatível com as necessidades da sociedade. Assim, a técnica adequada ao desenvolvimento nacional de uma sociedade subdesenvolvida é aquela que impulsiona o fazer novo com novos meios, a fim de encaminhar a produção para o desenvolvimento do ser humano e do ser da nação. É nessa condição de uso da técnica que se agrega valor ao processo de produção nacional e aos processos sociais de humanização da nação, porque um novo jeito de produzir, voltado para satisfazer as reais necessidades do povo, acaba se desenvolvendo de modo adequado às condições socioeconômicas da nação superando o estágio de seu subdesenvolvimento.

Nessa direção, os países desejosos de emancipação econômica e, por consequência, ansiosos para vencer o atraso econômico necessitam de ação política lúcida e decidida, “que determine a comunidade a realizar enorme esforço de acumulação de capital para financiar o progresso técnico” (PINTO, 1960, p. 80), para alterar, de forma qualitativa, o padrão de vida das massas pobres e proporcionando, ao país, outro nível de existência econômica, e, por extensão, à sociedade como um todo. Portanto, o desenvolvimento de um país autônomo, soberano e humanizado, será possível pela superação da produtividade de baixa qualidade que mantém a sociedade subdesenvolvida e desumanizada. Isto é, a superação das desumanas condições de vida, dos indivíduos e da coletividade, acontece a partir do momento em que se dá, ao ser humano, a partir do que possui, o que ainda não possui, por algo mais elaborado do ponto de vista técnico. A técnica, como invenção, é o suporte do processo de um fazer novo acompanhado por meios novos, no sentido de produzir algo mais elaborado que reflita, direta e imediatamente, na alteração qualitativa do padrão de vida dos indivíduos e da sociedade. Enfim, a técnica, como invenção, para superar o subdesenvolvimento nacional pela produção é de natureza qualitativa e não apenas quantitativa, porque não adianta aumentar a produtividade de baixa qualidade e não se lançar para frente com novas formas do fazer melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, confrontando os pensamentos do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, do filósofo alemão Martin Heidegger e do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, reconhece, num primeiro momento, as especificidades teóricas e conceituais constitutivas do pensamento de cada um dos referidos pensadores. Contudo, reconhece também, a convergência

dos desses autores em torno da centralidade da questão da técnica na modernidade, sobretudo em sua instrumentalidade como forma de domínio e de controle do humano.

Nas três concepções de técnica abordadas existe um ponto de convergência fundamental que é o caráter social no modo como foi concebida, na perspectiva de influenciar na qualidade do padrão de vida em que se promove o bem-estar individual, que se manifesta na melhoria progressiva na qualidade de vida social do ser humano, no processo histórico de hominização.

Os pensadores em questão reconhecem que a ciência moderna, amparada pela instrumentalidade da técnica, apresenta-se como portadora da vontade de verdade à procura do estabelecimento das leis universais, a partir das quais seria possível estabelecer a previsibilidade, a uniformidade, e regularidade à forma de vida dos seres, bem como a dinâmica de sua existência. Pretendendo estabelecer relações de grandeza macrocósmica, bem como adentrar pelos intrincados e ínfimos caminhos da materialidade em sua dimensão microcósmica, decifrando-lhe os segredos e as potencialidades, o homem investe esforços e esperanças no desenvolvimento científico e técnico. Essa condição de aposta na ciência e na técnica justifica-se, em parte, pelo fato do humano constituir-se como humano no confronto com a natureza que o cerca e, por extensão, por sentir-se órfão, abandonado numa realidade cosmologia de grandezas e profundezas abissais, e compete somente a ele encontrar vias de entendimento dos fenômenos naturais que permeiam sua existência.

Num segundo momento, constatam-se diferenças de fundo teórico e conceitual nas análises levadas adiante sobre a técnica pelos referidos pensadores. A análise de Ortega y Gasset ancora-se no materialismo fenomenológico existencialista. O filósofo chama atenção para o fato de que a essência da técnica não se encontra em seu caráter instrumental, mas na forma como desvela os objetos, as coisas que passam a fazer parte do mundo humano e interferir na forma como os seres humanos concebem as relações e, por extensão, o mundo em que se encontram inseridos. Nessa direção, há a percepção de que o posicionamento do Ortega y Gasset apresenta certo ceticismo em relação ao tecnicismo moderno e sua instrumentalidade sobre o homem e o mundo por ele articulado e construído.

Heidegger, a partir de sua vinculação à fenomenologia existencialista de matriz husserliana, aponta para a necessidade da compreensão da “essência” da técnica. Adverte o filósofo que tomar a técnica, em seu caráter instrumental, significa permanecer preso aos seus modos de funcionamento que incidem sobre o humano e sobre o seu mundo. Tal condição impede que haja compreensão do modo de desvelamento do mundo inerente à técnica e ao fazer técnico que, constantemente, produz um mundo e o humano. Sob tais perspectivas, o risco que se apresenta é a essencialização da técnica. Ou seja, quando perdemos a capacidade de perceber que a técnica não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio inerente ao esforço humano de tornar-se cada vez mais humano na superação das contradições fundamentais em que se encontra inserido, o humano torna-se meio, instrumento do aparato técnico que o cerca, operador de máquinas e instrumentos que não lhe permitem a experiência vital da contradição em que está inserido e, da necessidade de mobilizar suas capacidades analíticas, interpretativas, no sentido de superar os obstáculos que se lhe apresentam, superando a si próprio.

Por sua vez, a análise de Álvaro Vieira Pinto ancora-se no materialismo dialético, o que lhe permite tomar a técnica como condição *sine qua non* do humano tornar-se humano pelo domínio e pela transformação da natureza que o cerca. Assim, se num primeiro momento, seu posicionamento, diante da técnica, circunscreve-se nos meandros evolutivos do fazer-se humano frente à natureza, num segundo momento o filósofo chama a atenção para os limites da constituição humana, quando se estabelece o limite de acesso à técnica ou a inovações técnicas, limitando o horizonte cognitivo e de domínio do mundo pelo limite da capacidade de técnica do homem nele agir e realizar-se.

Refletir as relações e implicações técnicas na contemporaneidade, significa manter vivo o desafio humano de constituir-se em sua humanidade e mundanidade, de dar-se conta de que a técnica é decorrência das necessidades humanas de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de sua capacidade criativa, inventiva e lúdica de se posicionar diante de si mesmo, dos outros seres humanos com os quais compartilham o espaço e o tempo de vida em curso, no esforço de conformar um mundo que possa acolher os desejos e as necessidades humanas. Enfim, um mundo que possa lhe conferir sentido e finalidade vitais e isso, implica, no homem, assumir o protagonismo no desenvolvimento de seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

- BRÜSEKE, F. J. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2001.
- BRÜSEKE, F. J. A Modernidade técnica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, jun. 2002. P. 135-173. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 26 mar. 2008.
- GALIMBERTI, U. **Psiche e techne: o homem na idade da técnica**. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.
- GASSET, J. O. y. **Meditação sobre a técnica: vicissitudes das ciências. Cacofonia na física**. Tradução e Prólogo de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.
- GUERRA, J. A. Meditación acerca de nuestra época: una era técnica. In: SABROVSKY, E. **La Técnica en Heidegger**. Antologia de textos. Santiago del Chile: Ediciones de la Universidad Diego Portales, 2006/2007.
- HEIDEGGER, M. **A questão da técnica**. Tradução e apresentação de Marco Aurélio Werle. Cadernos de Tradução, n. 2. DF/USP, p. 40-93, 1997, p. 47.
- LINARES, J. LA CONCEPCIÓN HEIDEGGERIANA DE LA TÉCNICA: DESTINO Y PELIGRO PARA EL SER DEL HOMBRE. In: **Revista Signos filosóficos**, n.10, Julio-diciembre, 2003. Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, México, p. 15-44.
- LUTZENBERGER, J. A. **Fim do futuro?** Manifesto Ecológico Brasileiro. Porto Alegre: Editora Movimento, 1986.
- PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia v. I**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- PINTO, Á. V. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC. v. 1, 1960.
- TOYNBEE, A. **A humanidade e a mãe-terra: uma história narrativa do mundo**. Tradução Helena Maria Camacho Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



FIGURA 2 – Imagem de Fran Jacquier em unsplash.com

POIESIS

Cronos: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais, UFRN, Natal
v. 21, n. 1, jan./jun. 2020

QUEIMA BABYLON

Adélia Danielli¹

Parece pesadelo distopia
um tempo anacrônico
uma história que não estamos
assimilando

A cada dia um bom dia amargo
com a ressaca da mente massacrada
e o temor do que está por vir

Todo dia más notícias que de tantas
não nos deixa tempo de sentir

E em estado de paralisia
num Estado de barbárie nefasta
temos que seguir em meio à
perplexa apatia e toda dor
que o fascismo tem causado
ideias de resistência inebriadas
por um cotidiano resignado
a afonia nos toma a garganta
e os gritos continuam calados

Todo dia eu sonho com um fogo
que não nos destrua, mas nos coloque
lado a lado vendo as chamas
cobrirem tudo libertando-nos
desse sistema que nos faz escravos
a luta tem que surgir e se a febre
recrudescer lembrarmos
que a palavra é resistir.

¹ Adélia Danielli é poeta e produtora cultural, nordestina, seridoense e potiguar. Premiada com o terceiro lugar no III Concurso de Poesia Zila Mamede, em 2012 participou da coletânea “Por cada uma” - editora Una, depois publicou os zines “Entre seios” e “Revoada”, em 2015, e no ano seguinte, 2016, lançou o primeiro livro solo, “Bruta” - editora Tribo. O seu livro mais recente, lançado em 2021 por meio da Lei Aldir Blanc, é intitulado “Vertigo”. Contato: adeliadmsouza@gmail.com

POPULISMO E FUNDAMENTALISMO NA ATUAÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS: Uma entrevista a Marcelo Natividade¹ para a revista Cronos

POPULISM AND FUNDAMENTALISM IN THE POLITICAL ACTION OF PROTESTANTS: AN INTERVIEW WITH MARCELO NATIVIDADE FOR CRONOS MAGAZINE

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior²
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0001-8114-4169>

Cronos: Professor Marcelo, gostaríamos de ouvi-lo mais acerca de sua aula inaugural, do primeiro semestre de 2021, da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizada no dia 29 de março de 2021. Em conjunto com o professor Joanildo Burity, o professor abordou o tema Populismo e Fundamentalismo na atuação política dos evangélicos... A pergunta sobre como os evangélicos chegaram a dar apoio a um governo de extrema direita como este que está no poder, o professor levantou a questão de que está em curso uma “guerra cultural”. Pode explicar essa ideia, por favor?

Marcelo Natividade: É tudo muito recente e estamos no calor da hora. Ainda buscamos entender a ascensão do bolsonarismo e uma certa forma de agir desse governo, que se apresenta publicamente como “de extrema direita” e “cristão”. A bibliografia internacional fala em “nova direita cristã”, identificando movimentações transnacionais. A etnografia do presente é atravessada por imponderáveis, fatos históricos e sanitários que nos afetam concretamente, com a pandemia do Novo Coronavírus. Por exemplo, enquanto respondo a esta entrevista, o país ultrapassou os 430 mil mortos e 15 milhões de infectados e isso coloca questões humanitárias na balança. Então, meu primeiro destaque é que é impossível falar hoje sem “contexto”. Lidamos com a escassez de vacinas para a população brasileira, a interrupção da imunização em vários estados e municípios, em decorrência da inexistência de uma efetiva política de saúde. Não temos testagem. Morrem mais mulheres, pessoas pobres e negras, sofrem as comunidades,

¹ Marcelo Tavares Natividade é antropólogo e jornalista, pós-doutor em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ) e doutor na mesma área pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Artivista, membro da Comissão de Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia e da Federação Nacional de Jornalistas do Observatório Nacional da Política LGBT.

² Professor titular de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculado ao Instituto Humanitas de Estudos integrados; Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN); Coordenador do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos: Imaginário e Parcerias do Conhecimento (UFRN); Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e pós-doutor pela Università Degli Studi di Padova.

abandonadas pelo Estado, a pandemia avança no sistema carcerário e nas aldeias indígenas. O Brasil é recordista na morte de mulheres grávidas pela COVID-19. Falta auxílio emergencial, um plano de economia de socorro aos mais afetados. Que relação tudo isso tem a ver com religião? Eu espero deixar isso mais claro. Mas vou fazer uma primeira provocação e tomada de posição: será possível fazer ciência social nesse momento, abrindo mão de uma – ainda que tentativa – análise de conjuntura, de uma abordagem interessada?

Desde as eleições presidenciais que levaram ao poder Jair Messias Bolsonaro, se realizam as articulações entre bolsonarismo e igrejas evangélicas, com protagonismo das pentecostais e participação de católicos carismáticos. Há notícias de templos convertidos em verdadeiros comitês eleitorais, de carreatas bolsonaristas partindo pelas cidades ao final de cultos, nas periferias do Rio de Janeiro e de um engajamento ativo de pastores e lideranças na orientação para o voto. A Igreja Universal do Reino de Deus foi um dos principais atores nessa cena. Em muitas metrópoles foi visível o apoio institucional, com “vira voto” evangélico nas ruas. Mensagens na Internet divulgaram fotos de fiéis e apoiadores encenando o empunhar de armas, gesto mais famoso da campanha vencedora, em alusão ao seu apelo armamentista e ao lema “bandido bom é bandido morto”, “vamos armar toda a população”. Na pandemia, acompanhamos a adesão de redes evangélicas e católicas às posições do Presidente da República na recusa do isolamento social, na propaganda da cloroquina e na defesa do tratamento precoce, apesar da comprovada ineficácia atestada pelos órgãos científicos competentes de abrangência internacional. Isso indica a capacidade de penetração e de formação da opinião pública dessas articulações. Os dissensos e as contrariedades existem, é claro, mas elas não invalidam o empenho para produzir efeitos de verdade, inclusive com clamores pela abertura de templos religiosos como serviço essencial e com a demonização de prefeitos e governadores que adotam restrições de circulação e seguem orientações sanitárias internacionais. Diante desse panorama, eu volto ao tema da “guerra cultural”.

“Guerra cultural” é tanto categoria êmica quanto analítica, tanto narrativa como modo de ação. Em minha pesquisa que avalia as políticas LGBT do golpe ao bolsonarismo, ela apareceu em controvérsias diversas, usada por jornalistas, sociólogos, historiadores, intelectuais, ativistas e gestores públicos. Uma espécie de missão, de um lado, de outro, um problema. Tem inspiração nas ideias de Olavo de Carvalho, expoente do pensamento dessa nova e ao mesmo tempo “velha direita” que se autointitula pensador, filósofo, influenciador digital e representante dessa “direita” e de sua nova onda conservadora.

As relações entre bolsonarismo e *olavismo* são destacadas nessa controvérsia, quando se fala em “núcleo ideológico do governo”, dos quais participam alguns atores-chave. Em termos de uma gramática discursiva, ela opõe “o Brasil”, bolsonaristas, representantes “da direita” e “cristãos” aos *outros*. A crítica, a oposição e toda luta social é capturada pelos rótulos de “comunismo”, “marxismo cultural”, “esquerdista”, “petista”, “imoral”, “a favor da corrupção”. Nosso Professor Joanildo, recorrendo ao conceito de populismo, destacou muito bem essas construções. A bandeira do Brasil e o verde e amarelo foram sequestrados como símbolo desses movimentos desde o golpe.

O esforço por produzir um inimigo imaginário que deve ser destruído, desqualificado, silenciado, que merece a perseguição, a morte e a aniquilação, é celebrado na exaltação da

tortura e da ditadura. É proclamada a verdade do criacionismo e do terraplanismo e se propõe o revisionismo histórico para (re)contar a ditadura militar como “revolução que livrou o Brasil do comunismo”. Há muitos chavões representativos de uma narrativa demonizante das minorias, assinada pelo Estado: “eu odeio essa história de povos indígenas e comunidades tradicionais”; “não existe feminicídio no Brasil, só homicídio”; “o Brasil não pode ser conhecido pelo turismo gay, mas se quiserem conhecer nossas mulheres podem vir”; “a escravidão foi benéfica ao povo negro”; “movimento negro é a escória humana”; “só não te estupro porque não merece”; “negro não serve nem pra procriar”; “o erro da ditadura foi só torturar e não matar”; “o Brasil só tem jeito quando matar uns 30 mil”; “só vai morrer velho, que já ia morrer”; “e daí? Eu não sou coveiro”, “Vão chorar até quando, deixem de mimimi”; “quem quiser vacina, pede pra tua mãe”; “menino veste azul e menina veste rosa”.

Essa hostilidade manifesta é propagada por agentes públicos de alto escalão: Presidente da República, Ministros de Estado, assessores, secretários, diretores de instituições públicas. Contudo, ela não está apenas no plano das representações, mas em ações concretas do Executivo. Elas contêm a assinatura do Estado em atos do poder público – portarias, decretos, cortes de orçamentos, demissões, nomeações, mudanças departamentais, declarações públicas – tem portaria que dificulta o reconhecimento de corpos na ditadura militar; tem desarticulação/fim da Comissão da verdade; tem decreto que transforma Ministério de Direitos Humanos em Ministério da Mulher e da Família; tem edital das artes conservadoras (MINC) e edital de pesquisa “da família” (CAPES e MMFDH); tem normativas que burocratizam e impedem a autuação de crimes ambientais; tem cancelamento de editais de cotas para pessoas transexuais nas Universidades Federais; tem fim de conselhos e outros órgãos de controle social; tem “desomenagem” de lideranças negras por uma Fundação Palmares bolsonarista; tem campanha publicitária “o Brasil não pode parar”; tem protestos antidemocráticos e ataques ao Supremo Tribunal Federal; tem enfermeiros da linha de frente agredidos; tem invasão de hospitais de campanha para provar que a pandemia não existe; tem veto presidencial que desobriga o Estado brasileiro de oferecer materiais de higiene, saneamento básico, alimentação e serviços de atenção à saúde em comunidades indígenas. Em suma, esse modo de ação, essa guerra cultural opera pela produção de hostilidades supostamente legítimas e combina interesses das hegemonias políticas do Parlamento e das bancadas (armamentismo, privaticionismo, nepotismo, pautas morais anti-LGBT, antifeministas e antiaborto, anti-meio ambiente, anti-igualdade étnico-racial etc.).

Mas muito do que se vê não é novo. É um tipo de construção política e cultural que vem sendo gestada há décadas! Nos anos 2000 eu já encontrava a apropriação de ideias *olavistas* em manuais de *cura gay* brasileiros. Só não fazíamos ideia de que isso se espalharia e se capilarizaria numa espécie de fala pública, uma cultura do ódio às minorias banalizadas. Ou que teríamos aparato governamental para ela, o “Gabinete do ódio”, com seus robôs e disparos massivos, algoritmos, *likes*, *deslikes*, curtidas, compartilhamentos, cancelamentos, lixamentos morais cibernéticos. A Internet e os webmeios tem um papel central em sua disseminação, combinando virtualidade, autoritarismo, extremismo religioso, o reavivamento de estereótipos sobre minorias, a exaltação e exacerbação da norma, elogio da tortura e da violência, incitação às ofensas e injúrias, banalização das mortes em massa, insultos e desrespeito ao luto coletivo.

Nesse pânico moral incitado, certas minorias não mereceriam direitos e cidadania pois reivindicariam privilégios, é a mensagem repetida de modo a persuadir e a convencer ao ódio: LGBT querem ser “super castas” e impor uma “ditadura sexual gayzista”. Ambicionam suplantar “a vontade da maioria” e esconder seus objetivos perversos e deletérios: se autopromover, se vitimizar, propagar ideologias de gênero, destruir as famílias, abusar e explorar sexualmente crianças, incentivar a promiscuidade e espalhar doenças, matar fetos e banalizar o aborto, acabar com os conceitos de homem e de mulher e desconstruir o gênero “natural”. Os componentes religiosos dessa guerra estão manifestos no atual *slogan* do governo: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. E em outras declarações públicas de agentes governamentais: “o Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”; “é hora de deixar a igreja governar”, notadamente incompatíveis à laicidade do Estado e ao pluralismo religioso da sociedade brasileira. Uma fantasia de poder e de identidade de grupos específicos, das bancadas religiosas e seus representantes de impor sua agenda moral conservadora e de se contrapor a visões de mundo pluralistas, igualitárias e alinhadas às pautas globais dos Direitos Humanos.

Cronos: Sua posição sobre fundamentalismo é bastante crítica, e vê com muitas reservas abordar o tema de modo relativista. Por que?

Marcelo Natividade: A ciência existe com o compromisso de tornar a vida das pessoas melhor e ajudar a superar os grandes desafios de nossa história global. Não cabe em hipótese alguma complacência com modos de compreensão da vida e do mundo que desumanizam o outro ou buscam afirmar superioridades raciais, étnicas, sexuais, religiosas. Como cientistas sociais, nosso papel é ser críticos e avaliar os dilemas, as narrativas, as relações de poder de modo complexo, em suas múltiplas dimensões. Mas não caberia, por exemplo, relativizar o nazismo ou quaisquer outras construções que ameaçam nossa humanidade, subalternizam, escravizam, desprezam ou eliminam a diferença. Que afrontam a nossa democracia, que censuram, constroem, que exaltam e incentivam a violência, que negam nossa dignidade e violam direitos humanos fundamentais, individuais e coletivos. Não se pode tolerar a intolerância. Não é aceitável desculpar o racismo, a LGBTfobia, o feminicídio, a velhofobia, a AIDSfobia. Não acredito em análises supostamente neutras que medem com a mesma regra o opressor e o oprimido. Afinal, como indagaria o mestre Howard Becker: de que lado estamos? A ciência do pós-colonial é antifacista, sim. Não tolera as *fake News*, não pondera sobre o negacionismo científico e histórico. Defende a saúde pública, respeita os acordos internacionais, reclama vacina para toda a população, denuncia a necropolítica, o genocídio e a destruição dos mais vulneráveis. Vejo com reserva a presença de segmentos fundamentalistas no Estado, evangélicos ou não. As suas formas de atuar, em sua historicidade, foram hegemonicamente obstrutoras de direitos e de cidadania das minorias sexuais. É produtivo dizer que fundamentalismo é uma categoria de acusação, sem atualizar os impasses e problemas? Essa forma de olhar, dos estudos dos anos 1990/2000, são datadas. E diziam respeito àquele contexto. É a estrutura das revoluções científicas, diria o filósofo Thomas Kuhn. Mas não estamos falando “do chute na santa” e nem das contendas entre a Rede Globo e a IURD dos anos 1990, na disputa por mercados televisivos e anunciantes. E sim de uma crise sanitária mundial e de replicação massiva de mensagens falsas sobre ela, de movimentos antivacina, de eleições cujos resultados são afetados pelos algoritmos, de arroubos

de autoritarismos cotidianos e ameaças de “ruptura institucional” da democracia brasileira por representante do Estado e sua prole, que participa ativamente dessas redes de influência política, produzindo efeitos desastrosos sobre a política de saúde e controle sanitário. Estamos falando de “cristo-fascismos”, de uma relação que ainda precisa ser revelada – a relação entre religião, ódio, destruição do outro, da banalidade do mal. O teólogo Fabio Py tem trabalhado sobre isso. Deixo aqui a menção aos escritos dele como referência. Mas também deixo uma inquietação que corrói os abandonados à margem – por que as religiões hegemônicas precisam tanto da “salvação”, quando, na verdade, salvar é eliminar o outro? Será que o que precisamos é ser salvos do salvacionismo dos intolerantes? E denunciar a violência da bondade? Será que temos que ser também salvos do relativismo que desculpa a violência e a eliminação do outro? Então, eu penso que podemos usar as categorias que quisermos. Podemos falar em neofundamentalismos, em neopopulismos e neoconservadorismos. Mas não vamos avançar sem entender a naturalização do extremismo e do desejo de fim do outro pela própria academia.

***Cronos:** Ao longo dos estudos antropológico-sociológicos dos evangélicos nas últimas décadas, o que permanece atual nesse cenário? O professor acha realmente que houve complacência por parte dos cientistas em relação ao que estava sendo gestado desde os anos 1980?*

Marcelo Natividade: Todo diagnóstico é datado, claro. Ninguém podia prever os rumos que as coisas tomariam e também não havia indícios de um projeto coletivo evangélico nos anos 1980. Como minoria política, sua aparição na esfera pública estava sendo construída como legítima ali. Naquele momento, era imprescindível identificar e discutir a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias do poder, como parte da cena da redemocratização brasileira. Com a entrada de evangélicos na política, vislumbramos a minimização do poder da Igreja Católica na vida pública brasileira. O crescimento dos evangélicos numericamente no país indicava justamente a perda dessa influência do catolicismo sobre comportamentos, mas também apontava outras coisas. Evidenciava o pluralismo religioso brasileiro, a perda de fiéis pelo tradicionalismo católico, as mudanças institucionais e as desvinculações, os trânsitos e a circulação entre diferentes correntes. A entrada de atores religiosos na vida política integrou a agenda de pesquisa dos cientistas sociais de toda uma geração e passou a indicar que tais agentes participavam do jogo democrático, buscando intervir, agir e transformar “esse mundo”. O interesse por questões da sociedade foi assumido por tais segmentos, mostrando que os crentes produziam com facilidade deslocamentos entre o culto e os espaços laicos da vida política como parte de sua missão. Efetivamente, os estudos apontaram que eles aprenderam a participar do jogo democrático levando suas legítimas demandas e colaborando com a vida civil. Mas tão logo se revelaram os paradoxos dessa atuação, com a formação das bancadas e de alinhamentos em pautas morais controversas e a formação de grupos de interesse. É importante lembrar que já na Constituição de 1988, a atuação de lideranças religiosas foi muito eficaz na exclusão das expressões “identidade sexual” e “opção sexual” do texto da Constituição Cidadã, obstruindo a criminalização da homofobia já naquele momento, sob a alegação de que “a maioria” da sociedade brasileira não aprovava a homossexualidade, portanto, ela não deveria ter amparo legal. Assim, a conhecida Lei do Racismo, a 7716, de 05 de janeiro de 1989, criminalizou as distinções de raça, de sexo, de cor ou de origem, mas não as de orientação sexual. No entanto,

poucos estudos se voltaram para a compreensão desses conflitos nos campos da antropologia e da sociologia da religião. Parece-me que se estava mais interessado em destacar a positividade dessa relação que os seus problemas. Isso tem a ver com o que chamamos hoje de lugar de fala. É nos estudos sobre política de sexo e gênero que emerge a questão. O imbróglio da recusa da criminalização da homofobia nos anos 1980 foi discutido em etnografias dos coletivos GLBT da época. Eu me refiro em especial ao trabalho de Cristina Câmara, publicado em livro, com o título *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Triângulo Rosa*. Depois, nos anos 1990 e início dos anos 2000, o debate avançou com a análise das controvérsias sobre a obstrução das bancadas ao casamento gay e a adoção de criança por casais homoafetivos. Mas novamente essas análises são internas ao campo dos estudos em sexo e gênero.

Cronos: Então, o professor diria que existe uma ligação entre fundamentalismo religioso e moralismo de fachada no governo Bolsonaro?

Marcelo Natividade: Essa análise é facilitada pelo diagnóstico do estreitamento da relação entre política e religião com a formação de bancadas religiosas e frentes parlamentares, com o surgimento e a atuação de um partido específico (Partido Social Cristão), com candidaturas de representantes de instituições religiosas para cargos no Executivo (prefeitos, governadores e Presidência da República). O novo é a chegada às redes do poder por meio da eleição de um presidente de extrema direita, com a ocupação de cargos no Executivo e no Judiciário brasileiros (técnicos, secretários, ministros de Estado, incluindo o Supremo Tribunal Federal). O apoio de algumas redes evangélicas e católicas, em especial pentecostais, mas não somente elas, à eleição de Jair Messias Bolsonaro demonstra o sucesso desse projeto de poder e interferência na vida civil. Nos Governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, especialmente, do Partido dos Trabalhadores, se instaurou e ampliou um fosso entre essa agenda ideológica evangélica e os planos de governo vigentes. Ao mesmo tempo, os evangélicos cresceram, e a Internet propiciou um novo campo para sua atuação. Não há como falar na chegada ao poder do bolsonarismo sem falar em *fake News*, nas afinidades eletivas entre essa agenda e velhos pânico morais reavivados.

Na verdade, essa relação foi forjada e intensificada nos protestos de 2013 e no golpe que afastou a Presidenta Dilma Rousseff por *impeachment*. Eu não tenho tempo aqui para explorar as tensões que permearam o Governo Dilma com episódios do *kit-gay* ou das políticas de combate à homofobia no sistema educacional. Mas vale destacar os componentes ideológicos, fundamentalistas, do golpe (por Deus, pela “família”, pela “nação”) e das eleições presidenciais (contra o comunismo, o lulopetismo, as esquerdas, contra ideologia de gênero, a favor das armas). São notáveis as afinidades entre pautas dessa nova direita e moralismos religiosos, na manutenção de novos pânico morais. O grande exemplo foi a *fake News* da “mamadeira de piroca”. Fernando Haddad foi construído como “pedófilo” e o PT como partido promotor de “ideologias de gênero”. As eventuais políticas de igualdade de gênero e de combate à LGBTIfobia foram significadas como incentivadoras do sexo na escola, da propaganda da homossexualidade, desconstrutoras de gêneros supostamente naturais. “A favor da família”, contra o PT e a ideologia de gênero foi a enorme mensagem fundamentalista propagada. A grande *fake News* que interferiu no resultado das eleições presidenciais.

Cronos: *Como poderíamos então evitar um elitismo cientificista e enfrentar a atual necropolítica? O papel d@ cientista nesta luta não pode ser ambíguo, mas também não pode se desviar dos princípios que sustentam a atividade científica, pois nesse caso a contribuição perderia a legitimidade. Como construir um método científico que possa se pôr a serviço dos oprimidos?*

Marcelo Natividade: Certamente passa por expor as tomadas de posição, os lugares de fala. Nenhuma análise ou abordagem deixa de ser posicionada, de refletir um olhar e subjetividades. O rigor da abordagem, dos métodos de coleta, da sistematização e da análise de dados, não é prejudicado quando são explícitas tais dimensões. O problema é que a maior parte dos trabalhos deixa de refletir a posição de sujeito de seus autores. Inclusive as suas vinculações religiosas e os seus lugares institucionais, que em alguma medida fornecem parâmetros epistemológicos, enquadramentos. Falar nas Ciências da Religião é diferente de falar nas Ciências sociais da Religião. Que também se distingue de falar dos estudos de sexo e gênero. Eu tenho repetido que eu falo de uma posição de sujeito de pessoa cisgênero, gay, ativista, artista, antropólogo com interesse por conflitos, vindo de uma trajetória de educação em escola pública, no subúrbio do Rio de Janeiro, com socialização no catolicismo tradicional. Não cristão! Embora ocasionalmente, em minha trajetória, tenha sido consumidor de práticas religiosas plurais, recentemente próximo das afro-centradas. Hoje ocupo o lugar de docente e cientista em uma Instituição de Ensino Superior do Nordeste brasileiro, de um servidor público, para quem a produção de conhecimento promotor de cidadania não é contraditória. Ao contrário, é coerente com a vocação da área disciplinar que me confere o título de antropólogo.

Foi a passagem por institutos de pesquisa e centros de produção de conhecimento como o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS e outras Organizações não governamentais crucial para o meu entendimento do papel da ciência na transformação da sociedade, das desigualdades, da proteção social das minorias. Acredito que é essencial uma permanente autorreflexão sobre lugares de fala e posições de sujeito. Temos chamado a isso também de autoantropologia ou outros rótulos que queiramos dar a esse esforço permanente de autocompreensão no percurso de construção do conhecimento e de momentos específicos de nossas trajetórias e delas em um contexto. Desse modo, uma antropologia feminista ou uma ciência social *queer*, uma antropologia LGBTI, um conhecimento engajado e aplicado, desde que refletido, explicitado, aprofunda a reflexão sobre como certos objetos, fenômenos e problemas me afetam e, portando, essa afecção oferece certos olhares (e não outros), reações, interesses, relações e perspectivas simpáticas de análise. Os desafios estão por toda a parte. Mas a já antiga superação da distinção sujeito-objeto e a profunda reflexão sobre as afecções nos tiram do lugar de conforto da pseudoneutralidade. Uma vez assumido esse lugar posicionado, seus limites, relações, implicações, voltamos para a produção de diagnósticos interessados, cada vez mais elaborados, complexos, úteis na melhoria de vida das nossas populações, na redução das vulnerabilidades sociais, do preconceito e das intolerâncias; na superação das iniquidades; na democratização do acesso à informação e à comunicação científica. De que serve a ciência que não chega às pessoas e comunidades, encastelada nos anais de congressos e que circula apenas entre iniciados? Em tempos de pandemia isso tudo é muito perturbador e dramático, em face da necropolítica em curso.

É nesse sentido que compreendo o papel da ciência social no combate às *fake News*; na difusão da verdade científica e no enfrentamento do negacionismo; na defesa da saúde pública e das normativas sanitárias internacionais, incluindo o acesso a imunização para todas e todos; na preservação da democracia e no confronto aos movimentos de revisionismo histórico (ditadura não foi revolução!); nas denúncias das violações de direitos humanos, incluindo a violência do Estado; na defesa do direito a não ser objeto de violência, de extermínio e de genocídio. Mesmo que isso signifique nos contrapor a pessoas e movimentos religiosos hegemônicos que se alinham à necropolítica e ao negacionismo. Eu termino como me é de costume, com um manifesto: quem pode se dar ao luxo de ser neutro? Essa semana, enquanto as redes de deslavadas mentiras virtuais avançam sua persuasão, acontecem cultos e festas da COVID-19, se incentiva o consumo nos comércios populares, se despreza a vacina. A Marcha para Jesus aconteceu há dias, marcada por clamores de ditadura, intervenção militar “com Bolsonaro” e marcou posição contra o isolamento social, atacando prefeitos e governadores em nome de Jesus. Jesus contra a sociedade?! Perdão! O Estado contra a sociedade ostentou seus tentáculos da perseguição política, vergonhosamente: Sônia Guajajaras, importante liderança indígena, foi denunciada pela FUNAI (organismo do Estado de proteção dos povos indígenas) e intimada pela Polícia Federal a depor sobre uma inventada e *fake* injúria contra o Governo.

Enquanto ponderamos e voltamos a problemas já resolvidos, deixamos de compreender e denunciar uma enormidade de violências e violações de direitos que se tornaram, infelizmente, cotidianas e banais em plena pandemia. Não basta dizer que os grupos religiosos são diversos ou que a atuação política conservadora não reflete a totalidade. Mas entender as hegemonias, o que aparece na esfera pública e constrói opinião pública; a atuação evangélica no Estado, no reforço das vulnerabilidades sociais, nos desmontes das políticas de sexo e gênero; a participação nos movimentos antidemocráticos e a adesão ao armamentismo e discursos de ódio; a moralização e a higienização das políticas sexuais; as formas de agir daqueles que amolam a faca do agressor. A aposta é uma antropologia dos inacabamentos da política pública, marcada pelo avanço dos neofundamentalismos e a crescente busca pela cristianização dos costumes (“direitos humanos cristãos”; direitos humanos para “humanos direitos”; abstinência sexual como política de prevenção ao HIV e à gravidez na adolescência; a busca da obstrução de serviços de aborto legal na pandemia; a crítica às políticas de prevenção da PEP e PREP (“remédio não resolve comportamento de risco”); “é preciso fazer políticas de prevenção ao HIV, mas sem ofender as famílias”. Enfim, essas são mais algumas das estapafúrdias formas de fazer política pública do bolsonarismo. De fazer a “antipolítica pública”. Quem pode se dar ao luxo de ser neutro ou neutra? Queremos vacina, verdade e misericórdia!

A CIÊNCIA DA POLÍTICA - UMA INTRODUÇÃO

THE SCIENCE OF POLITIC - AN INTRODUCTION

Pablo Diego Santos Avelino¹

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN)

<https://orcid.org/0000-0001-8759-1541>

O presente trabalho é uma resenha acadêmica da obra *A ciência da política - uma introdução*, lançada em 2018 pelo professor italiano e doutor em pensamento e comunicação política Adriano Gianturco.

A partir de uma reflexão sobre a natureza do conhecimento político – sobretudo calcado em pensadores clássicos e/ou expoentes (suas obras, teorias e conceitos mais relevantes) da Ciência Política e reflexões modernas afins a essa área –, Gianturco (2018) apresenta-nos um texto introdutório, porém, rico em elementos-base sobre o campo de conhecimento em questão.

Como preconiza o caráter da obra, o autor não pauta sua produção na defesa de uma teoria em detrimento de outra, pelo contrário, expressa ao leitor inúmeros pontos de vista sobre a mesma temática; em outras palavras, tem na política, e em suas inúmeras visões, o cerne do seu trabalho. A obra *A ciência da política - uma introdução*, além da “Introdução metodológica” e da “Bibliografia”, está dividida em 24 capítulos, estes distribuídos em quatro grandes partes. Destarte, tratemos de destacar, resumidamente, as grandes seções e seus respectivos capítulos. A primeira seção, intitulada “As abordagens metodológicas”, é composta dos quatro primeiros capítulos do livro (Capítulo 1 – “A Escola Elitista”; Capítulo 2 – “Teoria dos Jogos”; Capítulo 3 – “Public Choice”; e, Capítulo 4 – “A Escola Austríaca”). Gianturco usa esse momento para expor os pressupostos metodológicos mais caros aos elementos-base presentes na obra, isto é, explora os métodos mais comumente utilizados, dá as bases de trabalho, na Ciência Política.

Por outro lado, a segunda parte do texto, nomeada “Fundamentos e desenvolvimento da política”, formada por seis capítulos (Capítulo 5 – “Poder e Política”; Capítulo 6 – “Estado, o nome e a coisa”; Capítulo 7 – “Comando, obediência, ação coletiva e desobediência”; Capítulo 8 – “Guerra”; Capítulo 9 – “Autocracias”; e, Capítulo 10 – “Democracia”), lida, em suma, com conceitos-base da política, bem como os seus desdobramentos. Evidentemente, diante da vastidão teórica explorada nesse trecho do texto, não é possível abordar as obras de referência nem os textos fundadores de modo integral, bem como as perspectivas mais contemporâneas sobre política; por isso, este momento é dedicado à exposição sintética, pontos essenciais, dos elementos supracitados.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela UFRN; cursando especialização em Literatura e Ensino no IFRN; Graduado em Ciências Sociais pela UFRN.

Dando continuidade, temos a parte três – “O tecnicismo da política” – e seus sete capítulos (Capítulo 11 – “Governo e divisões de poderes”; Capítulo 12 – “Grupos, facções e partidos”; Capítulo 13 – “Sistemas partidários”; Capítulo 14 – “Sistemas eleitorais”; Capítulo 15 – “Luta eleitoral e campanha”; Capítulo 16 – “Representação e paradoxos do voto”; Capítulo 17 – “Governo e processo legislativo”) preconizando, sempre à luz dos conceitos-base, a organização prática da política no regime democrático. Logo, usando de inúmeros recursos categorizantes e disposições processuais, o autor mostra-nos como se dá o jogo político no contexto social.

O período final do trabalho – “Outputs e temas da política” – conta com os últimos sete capítulos da obra (Capítulo 18 – “Impostos”; Capítulo 19 – “Regulamentação”; Capítulo 20 – “Renda política e corrupção”; Capítulo 21 – “Os bens públicos”; Capítulo 22 – “Análise das políticas públicas”; Capítulo 23 – “Território e federalismo”; e, Capítulo 24 – “Relações internacionais”) e discorre, sob a égide da máquina estatal, sobre elementos complementares e/ou burocráticos essenciais ao entendimento da Ciência Política. Portanto, sumariamente falando, entra em cena o Governo, os seus pormenores e o seu papel frente ao cenário político/social.

Apesar de desenhado o panorama geral da obra (perfil, tese central e estrutura do trabalho), a fim de fazer uma análise crítica mais apurada, é imprescindível conhecer a linha de pensamento teórico/metodológica adotada pelo autor. Adriano Gianturco compactua (conforme externou em entrevistas, palestras e outras fontes documentais e audiovisuais facilmente encontradas por meio de buscas na rede global de computadores) com o posicionamento liberal econômico e se diz conservador; fato importante de ser frisado porque, isso se mostra explícito desde a introdução até o final do livro, sua ideologia acaba exercendo influência significativa sobre a sua obra. Assim, finalmente, podemos iniciar a nossa avaliação.

Primeiramente, é importante salientar que *A ciência da política - uma introdução* consiste em uma obra introdutória, ou seja, preconiza uma exposição mais generalista e menos profunda sobre determinado assunto. Sendo assim, Gianturco exerce o papel de comentarista dos principais elementos da Ciência Política (autores clássicos e contemporâneos, teorias e conceitos-base, metodologias e demais pontos afins), uma vez que seus conhecimentos se convertem em contribuições aos estudos e saberes correlatos à referida discussão. Temos um destaque assaz positivo no que diz respeito à transposição desses conhecimentos, pois: o autor lança mão de termos técnicos apenas quando necessário; baseia, predominantemente, a sua linguagem no uso de palavras comumente usadas e conhecidas até mesmo pelo público não acadêmico; e, nos exemplos explicativos, cita analogias e fatos históricos de modo claro e direto. A organização da obra também merece destaque, pois o autor teve sensibilidade e notável traquejo na distribuição das temáticas, organizando-as em quatro grandes áreas; didática e pedagogicamente falando, essa escolha facilita o entendimento, haja vista a complexidade do assunto. Em contrapartida, como fator negativo, na versão lida não foi possível identificar a numeração das páginas. Esta não existe nem no sumário e nem em nenhuma outra parte do trabalho, dificultando assim a citação, direta ou indireta, das passagens ali contidas. Outro fator negativo, o mais preocupante, é a doutrinação exercida ao longo da obra.

Na sua “Introdução metodológica”, primeiras palavras do livro, Gianturco expõe os porquês que fizeram-no escrever a obra, enumera uma miríade de escolas de pensamento e autores,

abordagens epistemológicas e metodológicas, e, concluindo as suas impressões iniciais, escancara seu viés ideológico ao defender o alinhamento tecnicista como forma de superar o “defasado” modelo positivista quando da abordagem política. A nossa primeira crítica à obra advém dessas palavras iniciais. Embora tenha liberdade para expressar e defender sua ideologia política, o autor desvirtua, em partes, o caráter introdutório da obra quando argumenta ferrenhamente em favor de uma ótica específica em detrimento de outras, ação que ele poderia ter feito de modo mais ameno, mais moderado. Estendemos essa crítica à primeira parte do livro, pois, análogo à introdução, mesmo que de modo menos incisivo, o autor tem sua predileção clara. Ratificando isso, a título de exemplo, no final do capítulo 4, em vias de encerrar a sua discussão acerca dos pressupostos metodológicos que permeiam a política, o autor percorre o seguinte caminho: cita, inicialmente, Hayek (um dos autores expoentes da Escola Austríaca); em seguida, evoca o intervencionismo e seus níveis (a ação política em si); e, finaliza sua argumentação expondo a realidade social, política e econômica vivida pela Venezuela hodiernamente (implicação na sociedade após a intervenção política). Ou seja, ao optar por um exemplo voltado estritamente a seu favor, Gianturco segue um caminho bem linear, sistemático, pois reúne elementos teóricos/metodológicos, mostra como se deu sua aplicação em um contexto social específico e expõe os resultados de tal intervenção.

A segunda parte do livro – “Fundamentos e desenvolvimento da política” – debruça-se sobre os “temas originários, primordiais, ancestrais (poder, política, impostos, estado, obediência etc.)” (GIANTURCO, 2018). Portanto, a nosso ver, esse é o momento mais significativo e importante da obra. Essa citação se mostra coerente, devido ao fato de os conceitos-base serem as raízes, ou pontos de partida, para toda e qualquer reflexão voltada à política. Gianturco, na abordagem acerca da política moderna, percorre mais de meio século entre autores e teorias, indo de *Machiavelli* a Bobbio, dos mais clássicos aos mais contemporâneos. Outrossim, é pertinente destacar, que os pressupostos metodológicos (apresentados no momento inicial da obra, embora tendenciosos) são vitais ao desenvolvimento de tais teorias. Resumindo as palavras acima citadas, o autor se mostrou hábil ao casar teoria e método em capítulos subsequentes.

Dando continuidade, nossas considerações acerca da parte três do livro – “O tecnicismo da política” – são regidas, sobretudo, por duas frentes: sociedade e democracia. A escolha pela democracia, ao invés de regimes híbridos ou autoritários, como pano de fundo para o desenvolvimento nesta altura do texto, mostrou-se acertada tendo em vista as particularidades ímpares inerentes a esse regime político. Já quanto à sociedade, vê-se que sem ela não existe Estado, uma vez que os cidadãos são os protagonistas, agentes políticos, nessa grande peça da vida. Gianturco, esmeradamente bem, “biografa” o Estado (mostra-nos o passo a passo que circunda a formação estatal, indo do princípio ao fim) e apresenta como os termos “partidos políticos”, “sistemas eleitorais e partidários”, entre outros, são aplicados nos regimes democráticos, sejam estes plenos ou parciais. Logo, o autor foi certo ao nomear o título dessa seção.

Por fim, como parte final da obra, temos a “Outputs e temas da política”. Nessa seção, o autor resolveu usar o termo “máquina estatal” como cerne para trabalhar pontos mais burocráticos e técnicos da política. Aqui vemos a onipresença da Ciência Econômica junto à Política. Embora vejamos as Ciências Sociais e a Filosofia Política como fontes subsidiárias ao entendimento da

política, a economia se mostra como influenciadora majoritária nas decisões do campo político. Gianturco, ao discutir sobre regulamentação, bens públicos, corrupção, análise das políticas públicas, entre outros temas, conclui sua obra de modo satisfatório e linear. Portanto, *A ciência da política - uma introdução* atende à procura do leitor no que diz respeito a obras introdutórias. Sua maior contribuição, no nosso ponto de vista, é a de que devemos lidar com a política de modo realista e não idealista ou romanceado. Portanto, mesmo não concordando com determinados posicionamentos ideológicos do autor, indicamos a leitura dessa obra.

Enfim, após breve celeuma acerca da obra *A ciência da política - uma introdução*, chegamos às nossas considerações finais. No entanto, ao invés de fazermos um apanhado geral do que foi exposto, seguiremos uma outra via: por mais que pareça demasiado arrojado, faremos uma autoavaliação sobre nossa crítica. Primeiramente cabe destacar que o exercício de sintetizar, em apenas cinco laudas corridas, as mais de 600 páginas de um livro que aborda uma temática tão complexa e cheia de meandros foi exaustivo, porém engrandecedor. Outrossim, criticar o outro é sempre uma tarefa ingrata, uma vez que incorremos no risco de estarmos julgando erroneamente; nesse sentido, ao resenhar, tentamos ser políticos (aprendizado obtido via leitura da obra em questão), sem deixar de lado a nossa criticidade e a nossa opinião, sobretudo, sendo sinceros ao apontar tanto os fatores positivos como as falhas contidas na obra.

REFERÊNCIA

GIANTURCO, A. **A ciência da política - uma introdução**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SOBRE O CANSAÇO DA SOCIEDADE

ABOUT SOCIETY TIREDNESS

José Waldeyr Santos Adelino¹

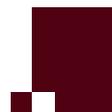
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Orcid: 0000-0001-6648-3533

Tadeu de Oliveira Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Orcid: 0000-0001-8272-0746²



O filósofo Byung-Chul Han, nasceu na Coreia do Sul, fixando-se na Alemanha onde cursou filosofia e é doutor pela Universidade de Friburgo. Professor de filosofia e de estudos culturais na Universidade de Berlim, com inúmeras obras publicadas, Han tem como trabalhos principais: *Sociedade da Transparência*, que tem sua primeira edição em 2016, e *Sociedade do Cansaço*, a publicação tema deste texto.

O livro, que tem a sua primeira publicação em 2015, aborda uma análise do autor sobre a sociedade atual, denominada por ele como sociedade do desempenho que, devido ao excesso de positividade, que leva os indivíduos à exaustão e à ausência de negatividade, transforma-se em uma sociedade do cansaço, com uma série de patologias típicas das primeiras duas décadas do século XXI.

Han trabalha com a perspectiva de que cada época tem as suas enfermidades fundamentais e que passamos por uma época bacteriológica, que acabou com a descoberta dos antibióticos que superamos pela técnica imunológica. Em sua concepção, o começo do século XXI é uma época neuronal e as enfermidades típicas desse período constituem uma violência neuronal.

Doenças como a depressão, o Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL) ou a Síndrome de *Burnout* (SB) são as patologias deste início de século XXI, de acordo com ele, infartos causados pelo excesso de positividade, e não de negatividade. Por isso, as tentativas de acabar com a negatividade delas são inúteis.

O autor toma como exemplo o século XX, um século imunológico para comparar com a época atual. Naquele século existia uma divisão nítida entre dentro e fora, amigo e inimigo, próprio e estranho, da mesma forma que a ação imunológica: ataque e defesa. A defesa afasta tudo o que é estranho, mesmo que esse estranho não tenha qualquer intenção hostil. Mesmo que não apresente perigo é eliminado por causa da diferença do que é entendido como comum.

Com relação a época atual, Han afirma que nela se apresenta o desaparecimento da alteridade e da estranheza. Continuando, a alteridade como categoria fundamental da imunologia,

¹ Mestrando em Ciências Sociais e licenciado no mesmo curso pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuando nas áreas de pesquisa: Teoria Social; Saúde Mental; Cinema; Ideologia; Trabalho.

² Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Potiguar (2011). Membro do Marginália, Grupo de Estudos Transdisciplinares em Comunicação e Cultura.

reage aos aspectos da alteridade do outro, como reação imunológica. Hoje em dia, a alteridade dá lugar à diferença que não provoca nenhuma reação imunológica. Como exemplo, o autor cita que atualmente os imigrantes são vistos mais como um peso do que como uma ameaça.

O paradigma imunológico não se coaduna com o processo de globalização porque a hibridização de fronteiras não estabelecidas não permite o caráter imunológico. De acordo com o filósofo, o desaparecimento da alteridade significa que vivemos numa época pobre de negatividades. Os adoecimentos neuronais do século XXI são estados patológicos devidos a um exagero de positividade.

A violência também provém da positividade e do igual. Citando o sociólogo francês Jean Baudrillard, ele afirma que “Quem vive do igual também perece no igual” (HAN, 2017, p. 15). Vivemos uma obesidade de todos os sistemas atuais – de informação, de comunicação e de produção. Em épocas de super abundâncias, o problema volta-se mais para a rejeição e a expulsão.

A violência da positividade resulta na superprodução, super desempenho ou super comunicação. A violência da positividade é saturante e exaustiva, não privativa e excludente e é por isso que não se percebe de forma direta. A violência neuronal é uma violência inerente ao sistema. As doenças apontam o caminho para uma nova forma de sociedade que está para além da sociedade disciplinar proposta pelo filósofo francês Michel Foucault.

No lugar da sociedade feita de asilos, presídios, quartéis e fábricas entrou a sociedade de desempenho e seus espaços como bancos, prédios de cartórios, *shoppings centers* e academias *fitness*. Os habitantes desta sociedade não são mais sujeitos de obediência, mas sujeitos de desempenho e de produção, empresários de si mesmos.

Os muros que determinam o normal e o amoral se tornaram arcaicos. A sociedade disciplinar dominada pela ação é uma sociedade da negatividade, determinada pela negatividade da proibição. A sociedade atual se desvincula da negatividade, sendo o poder ilimitado sua principal característica. De acordo com Han, no lugar de proibição, mandamento ou lei entram as palavras projeto, iniciativa e motivação.

Enquanto a sociedade disciplinar gera loucos e delinquentes, a de desempenho gera depressivos e fracassados e a positividade do poder é mais eficiente que a negatividade do dever. O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência, porém, o poder não anula o dever porque o sujeito de desempenho continua disciplinado devido ao estágio disciplinar que o pauta.

O imperativo de termos que obedecer a nós mesmos é o que gera a depressão. Discordando do sociólogo francês Alain Ehreberg, para quem a depressão é a expressão patológica do fracasso, Han afirma que ela não é apenas isso, mas sim a pressão por desempenho, um excesso de positividade. O mandato da sociedade pós-moderna do trabalho reflete uma sociedade que está em guerra com ela mesma.

O trabalho e a exigência por desempenho transformam-se de forma aguda em uma autoexploração, mais eficiente que a exploração do outro porque caminha ao lado do sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Esta autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal. Assim, as doenças psíquicas da sociedade de desempenho são as manifestações patológicas dessa liberdade.

Para Han, o excesso de positividade também se manifesta como excesso de estímulos, informações e impulsos, o que fragmenta e destrói a atenção. A multitarefa é um retrocesso, presente na vida

selvagem. Jogos de computadores geram uma atenção ampla, mas rasa, que se assemelha a atenção de um animal selvagem. As mais recentes evoluções sociais assemelham a vida humana à selvagem.

Existe maior preocupação em sobreviver do que em viver bem, promovendo o desaparecimento do descanso. A cultura pressupõe um ambiente onde seja possível uma atenção profunda e, neste caso, o tédio profundo deve ganhar destaque. Ele constitui o ponto alto do descanso espiritual. Quando contemplamos saímos de nós mesmos e mergulhamos nas coisas. Citando Nietzsche, o filósofo destaca a necessidade de fortalecer o elemento contemplativo, pois é na falta de repouso que a sociedade vai na direção de uma nova barbárie.

A filósofa alemã Hannah Arendt e sua concepção sobre a vida contemplativa também estão presentes na análise de Han. A possibilidade de ação no nascimento dos homens, o milagre, encontra na sociedade moderna, como sociedade do trabalho, um obstáculo porque aniquila toda a capacidade de agir, criar o novo, degradando o homem a um animal trabalhador, o *animal laborans*.

Han destaca que as descrições do *animal laborans* de Arendt não correspondem às observações que podemos fazer na sociedade do desempenho atual. O *animal laborans* pós-moderno é provido do ego ao ponto de quase dilacerar-se, diferente do proposto pela filósofa. Ele não é passivo, nem animalesco, mas sim hiperativo e hiperneurótico. A perda da capacidade contemplativa também é responsável pela histeria da sociedade ativa moderna.

A *vita contemplativa*, conforme Han, pressupõe uma especificidade que intitula como pedagogia do ver. Vivemos em um mundo pobre de entremeios e tempos intermediários, desaprendemos a ira, que pressupõe uma interrupção no presente. Para Han, a dispersão geral da sociedade de hoje não permite a ênfase na ira, que tem a capacidade de irromper um estado e fazer se iniciar um novo. Hoje ela cede lugar à irritação que não produz nenhuma mudança significativa.

O filósofo também ressalta que existem duas formas de potência: a potência positiva – potência de fazer alguma coisa –, e a potência negativa – a de não fazer e dizer não. Se não tivéssemos a potência de não fazer, teríamos uma hiperatividade fatal. Continuando seu raciocínio sobre a negatividade, Han dedica um capítulo inteiro de sua obra para analisar Bartleby, personagem principal do livro *O escriturário*, de Herman Melville, de 1853.

Bartleby pertencia a uma sociedade disciplinar, sendo um sujeito de obediência que não sofre com o mundo pós-moderno. O seu “Prefiro não fazer” não está relacionado à vida contemplativa, não tem potência criadora. Han discorda do filósofo italiano Giorgio Agamben em sua análise sobre o personagem afirmando que a narrativa não se volta na direção de uma esperança messiânica, não é uma história de “des-criação”, mas sim de esgotamento.

Para encerrar a obra, o filósofo ressalta que a sociedade do cansaço, enquanto na sociedade ativa, lentamente se torna uma sociedade do *doping*. O *doping*, por sua vez, possibilita um desempenho sem desempenho e o sucesso da elevação deste desempenho leva a um infarto da alma. Assim, o cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário.

Livro para todos que buscam conhecer quais os novos caminhos que a humanidade está construindo, a obra *Sociedade do Cansaço* ultrapassa as barreiras do mundo acadêmico. As novas formas de trabalho e de serviços, as antigas e resistentes formas artesanais, a produção intelectual e artística, todos são temas passíveis de análises pelas vias do texto de Han, uma jornada sobre o cansaço em tempos de excesso de positividade.

REFERÊNCIA

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo
Vice-reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues
Vice-diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
Vice-coordenador da Pós-Graduação: Prof. José Antonio Spinelli

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-gerente: Prof. José Antonio Spinelli
Coeditora: Profa. Lore Fortes

Auxiliares de editoria: Luana Araújo, Tiago Souto Bezerra, Geovane de Souza Almeida e Marcelha Pereira da Silva.

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “DEMOCRACIA, CONFLITO POLÍTICO E HEGEMONIA”

Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
Prof. José Antonio Spinelli

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil
Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil
Gilmar Santana, UFRN, Brasil
José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil
Karlla de Araújo Souza, UFRN, Brasil
Lore Fortes, UFRN, Brasil
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes – USP
Boaventura de Sousa Santos – Universidade Coimbra
Denise Machado Cardoso – UFPA
Edgar de Assis Carvalho – PUC-SP
Evaldo Vieira – USP
Jessé Souza – UFABC
João Emmanuel Evangelista – UFRN
John D. Lemons – New England University – USA
José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra
Maria da Conceição Almeida – UFRN
Mauro Koury – UFPB
Michel Zaidan Filho – UFPE
Teresa Sales – UNICAMP
Vincent de Gaujelac – Université Paris 7 (FRANÇA)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues
Diagramador: Victor Hugo Rocha Silva
Revisora: Karla Geane de Oliveira
Bolsista de revisão: Janaína Moreno Matias

IMAGEM DE CAPA

Detalhe de “I Fatti Dell Anticristo” (Obras e pregações do Anticristo), 1502 por Luca Signorelli. Afresco na Catedral de Orvieto [imagem de domínio público].

A Revista CRONOS, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da CRONOS é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros países. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética, e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN

Descrição baseada em: vol. 21, n. 1 (janeiro/junho 2020)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

**1. Ciências Sociais – 2. Epistemologia – 3. Ensino – 4. América Latina –
5. Educação – 6. Antropologia**

CDU301(05)

CDD 300.05

**CRONOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, Natal/RN – Brasil
CEP 59078-970 <https://periodicos.ufrn.br/cronos/index>
E-mail: cronospoggcs@gmail.com**

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions>

**REVISÃO E ACABAMENTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
LETRAS E ARTES
Setembro de 2021**
